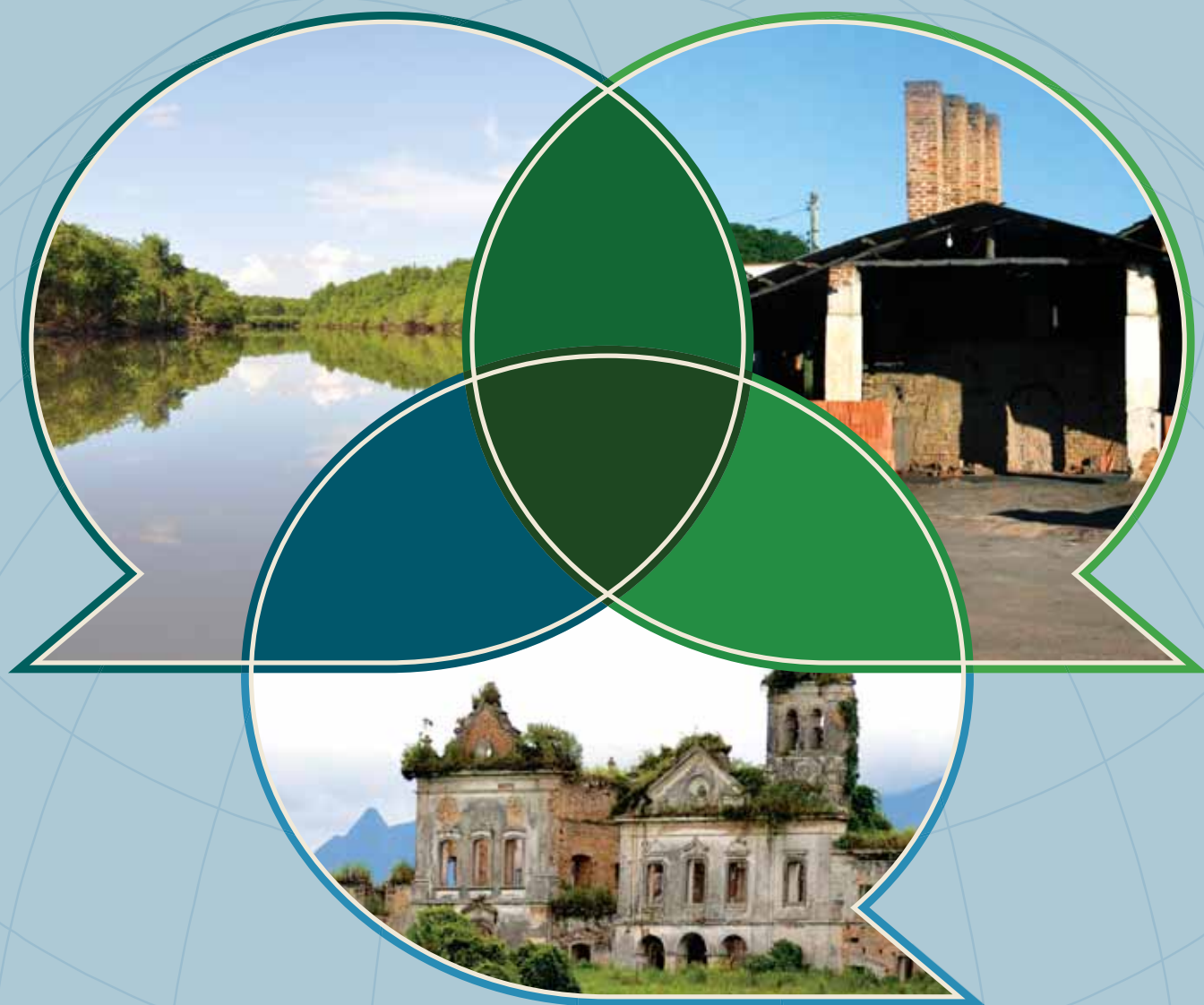




# AGENDA 21

Itaboraí





## AGENDA 21 COMPERJ

### Grupo Gestor:

**Petrobras**

Gilberto Puig Maldonado

**Ministério do Meio  
Ambiente**

Karla Monteiro Matos (2007 a junho de 2010)  
Geraldo Abreu (a partir de julho de 2010)

**Secretaria de Estado do  
Ambiente (RJ)**

Carlos Frederico Castelo Branco

### Equipe:

**Coordenação Geral:**

Ricardo Frosini de Barros Ferraz

**Coordenação Técnica:**

Patricia Kranz

**Redação:**

Arilda Teixeira  
Janete Abrahão  
Kátia Valéria Pereira Gonzaga  
Patricia Kranz  
Thiago Ferreira de Albuquerque

**Pesquisa:**

Mônica Deluqui e Ruth Saldanha

**Revisão de Conteúdo:**

Ruth Saldanha

**Revisão:**

Bruno Piotto e Fani Knoploch

**Leitura Crítica:**

Cláudia Pfeiffer  
Liane Reis

**Edição de Texto:**

Vania Mezzonato / Via Texto

**Colaboração:**

Ana Paula Costa  
Bruno Piotto  
Hebert Lima  
Liane Reis  
Luiz Nascimento  
Nathália Araújo e Silva

**Fomento dos Fóruns:**

Ana Paula Costa

**Colaboração:**

Leandro Quintão  
Paulo Brahim  
Roberto Rocco

**Projeto Gráfico:**

Grevy Conti Designers

**Seleção e Tratamento de  
Imagens:**

Maria Clara de Moraes

**Fotos:**

Ana Paula Costa, Liane Reis, Roberto Rocco,  
Sandro Giron, Priscila Marins / Banco de  
Imagens Petrobras: Beto Paes Leme, Cris Isidoro,  
Geraldo Falcão, Ismar Ingber, Rogério Reis /  
Agência Petrobras

**Impressão:**

Stilgraf

# MEMBROS DO FÓRUM DA AGENDA 21 DE ITABORAÍ

## Primeiro Setor

Adelmo Antonio dos Santos – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Carla Menezes da Silveira – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Carlos Cleber Barbosa Santiago – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Cheila Camos Dutra – Secretaria Municipal de Governo

Deoclecio Machado Viana – Câmara Municipal

Ivone Chaves de Oliveira – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Luiz Vieira – Secretaria Municipal de Governo

Marcia Regina Florentina Silva – Câmara Municipal

Reinaldo Guedes Ferreira – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Valter Ferreira Barcelos – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

## Segundo Setor

Alair Vieira Melo (até 2010) – Câmara dos Dirigentes Lojistas de Itaboraí

Alexandre Jose Firme Vieira – Consultoria Socioambiental Sítio Ibirapitã

Ana Paula da Silva Santos – Tecnim – Escola Técnica Nilton Murad

Ananda Barbirato Rangel da Silva – Clínica Labor Assessoria em Medicina e Segurança do Trabalho

Anderson Pedrinha – Lojas Ice

Antônio Gomes Lacerda – Câmara dos Dirigentes Lojistas de Itaboraí

Glaucir dos Anjos Novo – GL Empreiteira de Mão de Obra e Gestão Ambiental

Izabela Barbosa Gonzalez – Rotary Club

Jordan Marins Brust – Clínica Labor Assessoria em Medicina e Segurança do Trabalho

Jose Alves Peixoto – Rotary Club

Leila Marins Sarmento – Tecnim – Escola Técnica Nilton Murad

Lais de Oliveira Mendonça Novo – GL Empreiteira de Mão de Obra e Gestão Ambiental

Maria Cristina de Oliveira Pinto – Associação de Produtores de Flores e Plantas Ornamentais de Itaboraí (Itaflores)

Nilson Souza Bastos – Associação de Produtores de Flores e Plantas Ornamentais de Itaboraí (Itaflores)

Patricia Maria da Silva – Lojas Ice

Ricardo Rimerssom (atual) – Câmara dos Dirigentes Lojistas de Itaboraí

Ricardo Frosini de Barros Ferraz – Petrobras

## Terceiro Setor

Alcione Edna Gonçalves – Associação de Moradores do Bairro Esperança

Carlos M. Quirino – Associação de Moradores de Morada do Sol

Delcimar Zéfiro – Associação Comunitária de Visconde de Itaboraí (ACVI)

Dinarte Oliveira – Associação de Moradores de Morada do Sol

Eliezer de M. Coutinho – Seguimento Religioso

Heleno de Jesus Cruz – Associação de Rádio e Difusão Comunitária, Cultural e Socioambiental de Itaboraí (Acomcita)

José Silva de Oliveira – Associação de Moradores do Bairro Esperança

Pedro Paulo Belga de Souza – ONG Guardiões do Mar

Rosilene Baranda – ONG Guardiões do Mar

## Secretária Executiva

Cleilene Duarte Ranel – até Junho 2010

Luciano de Paula da Silveira – Atual



Um dos principais empreendimentos da história da Petrobras, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) deverá entrar em operação em 2013. Situado em Itaboraí, vai transformar o perfil socioeconômico de sua região de influência.

Ciente da necessidade de estabelecer um relacionamento positivo com as comunidades sob influência direta de suas operações, a Petrobras, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, a Secretaria de Ambiente do Estado do Rio de Janeiro e organizações da sociedade civil, desenvolveu uma metodologia para implementar a Agenda 21 Local nos municípios localizados no entorno do Comperj.

Em todo o mundo, já foram desenvolvidas mais de 5 mil Agendas 21 Locais, e diversas empresas utilizaram ou utilizam a Agenda 21 em seus processos de planejamento e alinhamento com a sustentabilidade. No entanto, não se conhece experiência anterior que tenha fomentado um processo em escala semelhante, nem que empregue a Agenda 21 como base de política de relacionamento e de comunicação, o que torna esta experiência uma estratégia empresarial inédita.

A implementação de Agendas 21 Locais colabora para estruturar modelos sustentáveis de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que esclarece o papel de cada setor social nesse processo. Além disso, neste caso, contribui para que os municípios se preparem mais adequadamente para os impactos e oportunidades advindos do desenvolvimento impulsionado pelo Comperj e por outras empresas que se instalarão na região.

A Agenda 21 Comperj expressa o compromisso por parte da Petrobras, do Ministério do Meio Ambiente, da Secretaria de Ambiente do Estado do Rio de Janeiro e de todos os demais envolvidos, de promover um desenvolvimento pautado na sustentabilidade no entorno da região em que o Comperj se insere.

Esse esforço só foi possível devido à ampla participação de toda a sociedade. Assim, agradecemos a todas as instituições, empresas, associações e cidadãos que, voluntariamente, dedicaram seu tempo e esforços ao fortalecimento da cidadania em seus municípios em busca de um modelo de desenvolvimento que leve qualidade de vida para todos.

Estendemos nosso agradecimento também a todas as prefeituras e câmaras de vereadores, ao Poder Judiciário e a outros representantes do Primeiro Setor por sua participação ativa nesse processo.

Esperamos que a Agenda 21, fruto de trabalho intenso e amplo compromisso, contribua para a construção de um futuro de paz e prosperidade para esta e as próximas gerações. Transformá-la em realidade é uma tarefa de todos.

**Grupo Gestor da Agenda 21 Comperj**



A Agenda 21 Local é um importante instrumento de planejamento participativo que visa ao desenvolvimento sustentável de nossa cidade. Como prefeito e cidadão itaboraiense, não poderia deixar de apoiar e de participar desse importante resultado da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992.

Itaboraí, município detentor de significativo patrimônio ambiental, tem uma grande área rural que tende a crescer economicamente, em especial com a instalação do Comperj. Por isso, a Agenda 21 Local é um instrumento de extrema importância, posto que é um fórum de participação intensa dos três setores econômicos da sociedade e de grande abrangência, pois todas as decisões são tomadas sempre em consenso, visando formar o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável (PLDS).

Quero ressaltar a importância deste documento que vocês irão contemplar e que ficará registrado nos anais da história de Itaboraí.

Sinto-me orgulhoso por nossa cidade ter um Fórum da Agenda 21 criado por lei municipal, com atuação de todos os setores, e gostaria de convidar todos os cidadãos itaboraienses a participar dessa caminhada rumo ao desenvolvimento sustentável.

**Sérgio Soares**

Prefeito de Itaboraí





É com muita satisfação e honra que redigimos esta carta, pois esta Agenda registra o trabalho árduo de vários munícipes e colaboradores que ao longo desses anos vêm se reunindo para discutir o desenvolvimento sustentável de nossa cidade. Esta é uma excelente oportunidade de mostrar à comunidade local e ao mundo o trabalho de um povo em pleno exercício de sua cidadania, somado ao apoio da Petrobras.

Antes mesmo de o projeto Agenda 21 do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro mobilizar diversos setores da sociedade, com a consulta às bases dos 15 municípios diretamente impactados pelo Comperj – que receberão influência permanente em seu desenvolvimento socioeconômico e cultural –, a Agenda 21 Local de Itaboraí já havia iniciado suas reuniões e estudos acerca das potencialidades e demandas locais.

O processo de desenvolvimento da Agenda 21 Comperj deu suporte e potencializou o Fórum como um importante instrumento de avaliação dos ônus e bônus que esse empreendimento trará para nossa cidade. E, ao longo desses anos, trabalhamos constantemente para construir o nosso Plano Local de Desenvolvimento Sustentável (PLDS).

Nós, participantes do Fórum da Agenda 21 de Itaboraí, estamos muito orgulhosos e felizes com esta publicação, que retrata todo o nosso trabalho ao longo desse tempo e mostra que nesta cidade há cidadãos, em todos os setores, preocupados com o futuro de nossa população, pessoas que trabalham de maneira voluntária, com amor e comprometimento.

Vários atores entraram e saíram desta ciranda que é a Agenda 21, e citar todos os nomes nos levaria a cometer alguma injustiça, fugindo da proposta de construir um bairro melhor, uma cidade melhor, um país melhor e um mundo melhor... E justiça é uma de nossas principais bandeiras, ao lado da equidade social, da prosperidade econômica e da preservação ambiental.

Depois de participar da Rio 92, é uma honra coordenar um grupo de cidadãos compromissados que, apesar das dificuldades, lutam por uma Itaboraí melhor.

A todas essas pessoas, o registro neste documento: muito obrigado!

Que este seja o instrumento inicial do intenso trabalho ainda a ser feito pelo povo itaboraiense.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Ivone Chaves de Oliveira'.

**Ivone Chaves de Oliveira**

Coordenadora do Fórum da Agenda 21



# Sumário

|                                                |    |
|------------------------------------------------|----|
| DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A AGENDA 21..... | 13 |
| A Agenda 21 Local.....                         | 14 |
| A Agenda 21 no Brasil.....                     | 15 |
| O COMPERJ.....                                 | 16 |
| Agendas 21 Locais na Região.....               | 16 |
| Premissas.....                                 | 17 |
| Organização da Sociedade.....                  | 17 |
| Metodologia.....                               | 18 |
| Desafios e Lições Aprendidas.....              | 22 |
| O MUNICÍPIO DE ITABORAÍ.....                   | 25 |
| Um pouco da história de Itaboraí.....          | 26 |
| Processo de construção da Agenda 21 Local..... | 28 |
| AGENDA 21 DE ITABORAÍ.....                     | 31 |
| Para ler a Agenda.....                         | 31 |
| Vetores Qualitativos.....                      | 32 |
| Vocação e Visão.....                           | 35 |
| ORDEM AMBIENTAL.....                           | 39 |
| Recursos Naturais.....                         | 40 |
| Recursos Hídricos.....                         | 47 |
| Biodiversidade.....                            | 51 |
| Mudanças Climáticas.....                       | 55 |

|                                                   |         |
|---------------------------------------------------|---------|
| ORDEM FÍSICA.....                                 | 59      |
| Habitação.....                                    | 60      |
| Saneamento.....                                   | 65      |
| Mobilidade e Transporte.....                      | 72      |
| Segurança.....                                    | 75      |
| <br>ORDEM SOCIAL.....                             | <br>79  |
| Educação.....                                     | 80      |
| Educação Ambiental.....                           | 85      |
| Cultura.....                                      | 87      |
| Saúde.....                                        | 90      |
| Grupos Principais.....                            | 93      |
| Padrões de Consumo.....                           | 99      |
| Esporte e Lazer.....                              | 101     |
| <br>ORDEM ECONÔMICA.....                          | <br>105 |
| Geração de Trabalho, Renda e Inclusão Social..... | 106     |
| Agricultura.....                                  | 112     |
| Indústria e Comércio.....                         | 118     |
| Turismo.....                                      | 120     |
| Geração de Resíduos.....                          | 123     |
| <br>MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO.....                   | <br>127 |
| Ciência e Tecnologia.....                         | 128     |
| Recursos Financeiros.....                         | 132     |
| Mobilização e Comunicação.....                    | 137     |
| Gestão Ambiental.....                             | 139     |
| <br>AÇÕES DA PETROBRAS NA REGIÃO.....             | <br>143 |
| Programas ambientais.....                         | 143     |
| Projetos sociais.....                             | 145     |
| <br>GLOSSÁRIO (SIGLAS).....                       | <br>148 |
| PARTICIPANTES.....                                | 151     |
| CRÉDITOS TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS.....           | 158     |



## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A AGENDA 21

*A sustentabilidade não tem a ver apenas com a biologia,  
a economia e a ecologia, tem a ver com a relação que  
mantemos com nós mesmos, com os outros e com a natureza.  
(Moacir Gadotti)*

A vida depende essencialmente do que a Terra oferece – água, ar, terra, minerais, plantas e animais. Todavia, há algumas décadas, esses recursos naturais vêm dando sinais de esgotamento ou de degradação, principalmente em função do consumo dos seres humanos, que estão se apropriando de cerca de 20% da produção mundial de matéria orgânica. Como um planeta com recursos em grande parte finitos pode abrigar e prover a crescente população de seres humanos e as demais espécies que nele vivem?

Evidências científicas sobre os crescentes problemas ambientais levaram a Organização das Nações Unidas (ONU) a reunir 113 países, em 1972, no primeiro grande evento internacional sobre o meio ambiente – a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo. Uma das conclusões do encontro foi que era preciso rever a própria noção de desenvolvimento. Para tanto, foi criada a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, que, em 1987, publicou o relatório “Nosso Futuro Comum”, no qual foi consagrado o conceito de “desenvolvimento sustentável”.

A Comissão declarou que a economia global, para atender às necessidades e interesses legítimos das pessoas, deve crescer de acordo com os limites naturais do planeta e lançou o conceito de sustentabilidade. “A humanidade tem a capacidade de tornar o desenvolvimento sustentável – de assegurar que ele *atenda às necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações de satisfazer suas próprias necessidades.*”

Em busca desse novo modelo de desenvolvimento, em 1992 a ONU convocou a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro e que ficou conhecida como Rio-92. Tratou-se, na época, do maior evento voltado para o meio ambiente até então realizado pela ONU, contando com a representação de 179 nações e seus principais dirigentes.

Um dos principais resultados da Rio-92 foi o documento do Programa Agenda 21, que aponta o desenvolvimento sustentável como o caminho para reverter tanto a pobreza quanto a destruição do meio ambiente. O documento lista as ações necessárias para deter, ou pelo menos reduzir, a degradação da terra, do ar e da água e preservar as florestas e a diversidade das espécies de vida. Trata da pobreza e do consumo excessivo, ataca as desigualdades e alerta



"Através da Agenda 21, buscamos um modo de vida sustentável como modo de vida comum: com paixão, compaixão, amor e tolerância, atrelados aos direitos e deveres, garantiremos a democracia, a não violência e a paz."

para a necessidade de políticas de integração entre questões ambientais, sociais e econômicas.

Em seus 40 capítulos, o documento detalha as ações esperadas dos governos que se comprometeram com a Agenda 21 e os papéis que cabem a empresários, sindicatos, cientistas, professores, povos indígenas, mulheres, jovens e crianças na construção de um novo modelo de desenvolvimento para o mundo.

## A Agenda 21 local

Mais de dois terços das declarações da Agenda 21 adotadas pelos governos nacionais participantes da Rio-92 não podem ser cumpridos sem a cooperação e o compromisso dos governos locais. Em todo o documento há uma forte ênfase na "ação local" e na administração descentralizada.

Mais precisamente, a ideia da elaboração das Agendas 21 Locais vem do capítulo 28 da Agenda 21, o qual afirma que é no nível local que as ações ocorrem concretamente e, assim, as comunidades que usam os recursos naturais para sua sobrevivência é que podem ser mais eficientemente mobilizadas para protegê-los.

A Agenda 21 Local é um processo de elaboração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável e de sua implementação por meio da formação de parcerias entre autoridades locais e outros setores, orientando-os rumo ao futuro desejado.

O processo de construção de Agendas 21 Locais se inicia com um levantamento dos problemas, preocupações e potencialidades de cada território, seguido da elaboração de um plano local de desenvolvimento sustentável, de forma consensual e com ampla participação de todos os setores da sociedade.

A construção das Agendas 21 Locais se dá por meio dos Fóruns de Agenda 21, espaços de diálogo onde representantes de diversos setores da sociedade se reúnem regularmente para acompanhar a construção das Agendas 21 Locais e a viabilização dos Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável.

A construção de Agendas 21 Locais é um processo contínuo – e não um único acontecimento, documento ou atividade. Não existe uma lista de tarefas a executar, mas uma metodologia que envolve uma série de atividades, ferramentas e abordagens que podem ser escolhidas de acordo com as circunstâncias e prioridades locais, e que deverão ser constantemente trabalhadas e atualizadas.

**Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Agenda 21 Local é o processo de planejamento participativo de determinado território que envolve a implantação de um Fórum de Agenda 21. Composto por governo e sociedade civil, o Fórum é responsável pela construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável (PLDS), que estrutura as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazos. No Fórum são também definidas as responsabilidades do governo e dos demais setores da sociedade local na implementação, acompanhamento e revisão desses projetos e ações.**

## A Agenda 21 no Brasil

O processo de elaboração da Agenda 21 brasileira se deu entre 1996 e 2002, e foi coordenado pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS). Durante esse período, cerca de 40 mil pessoas em todo o País foram ouvidas, em um processo que valorizava a participação cidadã e democrática.

No ano seguinte ao término da sua elaboração, a Agenda 21 brasileira foi alocada como parte integrante do Plano Plurianual (PPA) do governo federal – o que lhe proporcionou maior força política e institucional – e deu-se início à fase de implementação.

A Agenda 21 brasileira cita quatro dimensões básicas no processo de construção do desenvolvimento sustentável:

**Ética** – demanda que se reconheça que o que está em jogo é a vida no planeta e a própria espécie humana;

**Temporal** – determina a necessidade de planejamento a longo prazo, rompendo com a lógica imediatista;

**Social** – expressa o consenso de que o desenvolvimento sustentável só poderá ser alcançado por uma sociedade democrática e mais igualitária;

**Prática** – reconhece que a sustentabilidade só será conquistada por meio da mudança de hábitos de consumo e de comportamentos.

Assim como nos demais países, a Agenda 21 brasileira não pode ser cumprida sem a cooperação e o compromisso dos governos locais.

## ○ COMPERJ

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), um dos principais empreendimentos da Petrobras no setor petroquímico, está sendo construído no município de Itaboraí, no Estado do Rio de Janeiro.

Quando entrar em operação, o complexo agregará valor ao petróleo nacional e reduzirá a necessidade de importação de derivados e produtos petroquímicos. Além disso, atrairá novos investimentos e estimulará a criação de empregos diretos, indiretos e por efeito renda, modificando o perfil socioeconômico da região do leste fluminense.

Para mais informações sobre o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, acesse o *site* [www.comperj.com.br](http://www.comperj.com.br)

### Mapa 1: Área de atuação da Agenda 21 Comperj



### Agendas 21 locais na região

O projeto Agenda 21 Comperj é uma iniciativa de responsabilidade socio-ambiental da Petrobras, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro, que formam o Grupo Gestor do projeto. É parte do programa de relacionamento que a companhia está promovendo junto aos 15 municípios localizados nas proximidades do Comperj: Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Saquarema, Silva Jardim, Tanguá e Teresópolis. Juntos, estes municípios representam uma área de 8.116 km<sup>2</sup>, com mais de oito milhões de habitantes, dos quais seis milhões correspondem à população do município do Rio de Janeiro.



O objetivo do projeto é criar e fomentar processos de Agenda 21 Locais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável em toda a região e melhorando a qualidade de vida de seus habitantes, hoje e no futuro.

O projeto Agenda 21 Comperj foi realizado simultaneamente em todos os municípios participantes, com exceção do Rio de Janeiro. Este município se encontra na fase de Consolidação Municipal (ver Metodologia), devido à complexidade local e aos planos de preparação para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, ainda em elaboração.

A descrição e os documentos gerados em cada etapa podem ser encontrados no *site* [www.agenda21comperj.com.br](http://www.agenda21comperj.com.br).

Com o lançamento das Agendas e a implementação dos Fóruns Locais em cada município, o projeto é encerrado, e os Fóruns passam a ser acompanhados pelo Programa Petrobras Agenda 21 e a se relacionar diretamente com o Comperj.

**Uma vez finalizadas, as Agendas 21 passam a ser uma referência para a implantação de políticas públicas e ações compensatórias e de responsabilidade socioambiental de empresas que deverão se instalar na região.**

## Premissas

O projeto Agenda 21 Comperj adota as premissas de construção de Agenda 21 preconizadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA):

- Abordagem multissetorial e sistêmica, que envolve as dimensões econômica, social e ambiental;
- Sustentabilidade progressiva e ampliada, ou seja, construção de consensos e parcerias a partir da realidade atual para o futuro desejado;
- Planejamento estratégico participativo: a Agenda 21 não pode ser um documento de governo, mas um projeto de toda a sociedade;
- Envolvimento constante dos atores no estabelecimento de parcerias, aberto à participação e ao engajamento de pessoas, instituições e organizações da sociedade;
- Processo tão importante quanto o produto;
- Consensos para superação de entraves do atual processo de desenvolvimento.

## Organização da sociedade

O projeto Agenda 21 Comperj substituiu a divisão paritária da malha social entre governo e sociedade civil, comumente adotada, pela divisão em quatro setores – público, privado, sociedade civil organizada e a comunidade – no

"A Agenda 21 é um celeiro de oportunidades para melhorar a qualidade de vida do município."

intuito de identificar mais detalhadamente as demandas locais, fortalecendo a representação dos diversos segmentos.

| SETORES    | REPRESENTAÇÃO                                                                                    |
|------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Primeiro   | Prefeituras, Câmaras de Vereadores, poderes Legislativo e Judiciário, órgãos e empresas públicos |
| Segundo    | Empresas de capital privado, associações e federações do setor produtivo                         |
| Terceiro   | ONGs, sindicatos, associações de classe, clubes, fundações                                       |
| Comunidade | Associações de moradores e de pescadores, e cidadãos em geral                                    |

## Metodologia

A metodologia do Projeto Agenda 21 Comperj é constituída de cinco etapas:

- 1) Mobilização da Sociedade;
- 2) Construção Coletiva;
- 3) Consolidação Municipal;
- 4) Formalização dos Fóruns Locais;
- 5) Finalização das Agendas.

A descrição resumida dessas etapas e dos produtos delas resultantes se encontra nas tabelas das páginas seguintes e de forma mais detalhada no *site* [www.agenda21comperj.com.br](http://www.agenda21comperj.com.br).

Para executar as quatro primeiras fases, foram contratadas, por meio de licitação, quatro Organizações Não Governamentais – Instituto Ipanema, Instituto de Estudos da Religião – Iser, Rodaviva e Associação de Serviços Ambientais – ASA –, encarregadas da mobilização dos setores sociais e da facilitação de oficinas.

Para o acompanhamento da fase de Finalização das Agendas, incluindo redação, diagramação, impressão e eventos de lançamento, foram contratados consultores especializados.

Como resultado deste processo, as diferentes demandas da sociedade foram identificadas e sistematizadas em um mapeamento detalhado do cenário local, contemplando anseios, propostas e visões dos quatro setores dos municípios abrangidos.

Com a sociedade local representada nos Fóruns de maneira paritária e com um objetivo comum, foi possível construir os Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável.

Ao final das cinco etapas, as Agendas 21 Comperj compõem um mosaico do contexto regional e oferecem uma visão privilegiada do cenário no qual o Complexo Petroquímico será instalado, indicando as potencialidades que podem ser aproveitadas em benefício de todos, fortalecendo a cidadania e a organização social.

| ETAPAS                                                             | ATIVIDADES                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | RESULTADOS/PRODUTOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | RESPONSABILIDADES                                                                                                                                       |                                                                                                               |
|--------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Mobilização da Sociedade</b><br>Março de 2007 a Janeiro de 2008 | <b>Caravana Comperj, em cada município, para:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentar o Comperj, o projeto de Agenda 21 e as demais ações planejadas para a região;</li> <li>• Identificar lideranças e atores estratégicos locais;</li> <li>• Sensibilizar e mobilizar os setores;</li> <li>• Envolver a comunidade no processo;</li> <li>• Divulgar o calendário de eventos relacionados à Agenda 21.</li> </ul>                | <b>Na região:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 15 Caravanas Comperj realizadas;</li> <li>• 1.589 representantes do poder público, 900 da iniciativa privada, 850 do Terceiro Setor e 5.038 munícipes em geral, movimentos populares e associações de moradores mobilizados para a fase seguinte do processo;</li> <li>• Fórum Regional da Agenda 21 Comperj criado em reunião com a presença de 2.700 pessoas.</li> </ul>                                                                                                                                                                       | MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor)                                                                                                                       | Coordenação e responsabilidade operacional                                                                    |
| <b>Construção Coletiva</b><br>Janeiro a Setembro de 2008           | <b>Seis reuniões por setor em cada município para:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecer os setores, identificar seus interesses e promover o alinhamento da visão de cada um sobre o município;</li> <li>• Realizar o Levantamento das Percepções Setoriais (LPS), identificando preocupações e potencialidades;</li> <li>• Elaborar Planos de Ação Setoriais;</li> <li>• Eleger sete representantes de cada setor.</li> </ul> | <b>Na região:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 369 reuniões ordinárias e 197 extraordinárias realizadas;</li> <li>• 292 representantes eleitos para participação nas atividades da fase seguinte.</li> </ul> <b>Em cada município:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estágios de desenvolvimento do município em relação aos 40 capítulos da Agenda 21 Global identificados (Vetores Qualitativos)<sup>1</sup>;</li> <li>• Preocupações e potencialidades de cada setor identificadas;</li> <li>• Planos Setoriais elaborados; Setores sociais fortalecidos e integrados.</li> </ul> | MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor)<br><br>Fundação José Pelúcio (UFRJ)<br><br>ONGs Ipanema, Iser, Roda Viva, ASA<br><br>Fórum Regional Agenda 21 Comperj | Coordenação estratégica<br><br>Coordenação executiva<br><br>Responsabilidade operacional<br><br>Monitoramento |

*1 Os Vetores Qualitativos foram elaborados a partir da metodologia do Instituto Ethos para a construção do desenvolvimento sustentável em empresas. Esta ferramenta definiu uma escala que possibilitou a identificação do estágio no qual o município se encontrava em relação a cada um dos 40 capítulos da Agenda 21, ajudando os participantes a relacioná-los com a realidade local e planejar aonde gostariam de chegar.*

| ETAPAS                                                               | ATIVIDADES                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | RESULTADOS/PRODUTOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | RESPONSABILIDADES                       |                                             |
|----------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|---------------------------------------------|
| <b>Consolidação Municipal</b><br>Novembro de 2008 a<br>Junho de 2009 | <b>Duas oficinas com os representantes dos quatro setores de cada município para:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Integrar os setores, orientando-os para um objetivo comum: o desenvolvimento sustentável do município;</li> <li>• Obter consenso sobre os estágios dos vetores estabelecidos pelos quatro setores;</li> <li>• Obter consenso sobre as preocupações e potencialidades elencadas pelos quatro setores;</li> <li>• Identificar a vocação e construir uma visão de futuro para o município com base na realidade local, bem como oportunidades e demandas decorrentes da implantação do Comperj;</li> <li>• Elaborar um plano de ação com base nos temas estruturantes de planejamento;</li> </ul> Elaborar o detalhamento preliminar de propostas para viabilizar o plano de ação. | <b>Na região:</b><br>30 oficinas de 20 horas cada. <b>Em cada município:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Consenso acerca das preocupações e potencialidades municipais e estágios dos vetores identificados;</li> <li>• Planos de ação municipais elaborados;</li> <li>• Primeira versão de Vocação e Visão de Futuro do município;</li> <li>• Propostas de ação detalhadas, prioridades e próximos passos estabelecidos e possíveis parceiros e fontes de financiamento identificados;</li> <li>• Setores sociais integrados em um Fórum da Agenda 21.</li> </ul> | MMA/SEA/<br>Petrobras<br>(Grupo Gestor) | Coordenação estratégica e executiva         |
|                                                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Ipanema, Iser,<br>Roda Viva,<br>ASA     | Responsabilidade operacional e metodológica |
|                                                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Consultoria                             | ILTC <sup>2</sup>                           |

| ETAPAS                                                            | ATIVIDADES                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | RESULTADOS/PRODUTOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | RESPONSABILIDADES                                                      |                                                                                        |
|-------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Formalização dos Fóruns Locais</b><br>Julho a Dezembro de 2009 | <b>Duas oficinas em cada município para:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Orientar os Fóruns para sua organização, estruturação e formalização através de projeto de lei ou decreto;</li> <li>• Desenvolver o Regimento Interno;</li> <li>• Aprimorar a vocação e a visão de futuro municipal;</li> <li>• Realizar a análise técnica das propostas de ação.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <b>Na região:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 28 oficinas e diversas visitas técnicas realizadas;</li> <li>• Portal na internet para relacionamento e divulgação do projeto lançado.</li> </ul> <b>Em cada município:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto ou projeto de lei criando o Fórum da Agenda 21 Local aprovado;</li> <li>• Regimento interno do Fórum elaborado;</li> <li>• Fórum organizado com estruturas de coordenação, secretaria executiva e grupos de trabalho;</li> <li>• Primeira versão do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável finalizada;</li> <li>• Segunda versão da vocação e da visão de futuro municipal desenvolvida;</li> <li>• Propostas de ação analisadas tecnicamente.</li> </ul> | MMA/SEA/<br>Petrobras<br>(Grupo Gestor)                                | Coordenação estratégica e executiva<br><br>Responsabilidade operacional e metodológica |
| <b>Finalização das Agendas</b><br>Janeiro de 2010 a Junho de 2011 | <b>Consultoria e serviços para:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisar dados estatísticos e informações técnicas;</li> <li>• Levantar e produzir material visual;</li> <li>• Redigir, editar, revisar, diagramar e imprimir as Agendas.</li> </ul> <b>Duas oficinas em cada município, para:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Validar os textos de diagnósticos;</li> <li>• Atualizar e validar as propostas de ação.</li> </ul> <b>Cinco encontros de coordenação dos Fóruns de Agenda 21 Locais para:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a integração e fomentar o apoio mútuo entre os Fóruns locais.</li> </ul> <b>Encontros, reuniões locais e contato permanente para:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecer a integração do Fórum com o poder público local;</li> <li>• Desenvolver e fomentar o Fórum Local.</li> </ul> | <b>Na região:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 28 oficinas e diversos encontros e reuniões locais e regionais realizados;</li> <li>• Comitê Regional da Agenda 21 Comperj estruturado para apoiar os Fóruns e planejar e facilitar ações regionais ou intermunicipais.</li> </ul> <b>Em cada município:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fórum de Agenda 21 Local em funcionamento;</li> <li>• Agenda 21 Local publicada e lançada;</li> <li>• Site do Fórum Local em funcionamento;</li> <li>• Vídeo da Agenda 21 local produzido.</li> </ul>                                                                                                                                                                                | MMA/SEA/<br>Petrobras<br>(Grupo Gestor)<br><br>Consultores contratados | Coordenação estratégica e executiva<br><br>Responsabilidade técnica e operacional      |

## DESAFIOS E LIÇÕES APRENDIDAS

Processos participativos são sempre muito complexos. A ordem de grandeza deste projeto – 15 municípios envolvidos e mais de 8 mil participantes diretos – se por um lado o tornava mais estimulante, por outro aumentava os desafios para o sucesso da iniciativa.

O primeiro deles foi o fato de se tratar de um projeto iniciado pela Petrobras tendo como elemento definidor do território de atuação os municípios influenciados pela implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

Em geral, processos de Agenda 21 Local são iniciados pelo poder público municipal ou por organizações da sociedade civil, sendo, por vezes mais difícil obter a adesão do Segundo Setor. Além disso, empresas do porte da Petrobras despertam resistências e expectativas muitas vezes desmedidas.

No entanto, a atenção dedicada ao projeto, coordenado e acompanhado pela Petrobras, e a transparência na condução dos processos minimizaram posturas negativas e foram decisivas para conseguir o comprometimento de todos os participantes.

A inovação metodológica de iniciar o trabalho dividindo os segmentos sociais foi bem-sucedida, propiciando que os interesses ficassem bem definidos e alinhados internamente nos setores e, depois, igualmente representados. Embora o sistema simplificado de indicadores – os Vetores Qualitativos – precise ser aperfeiçoado, ficou clara sua utilidade para que todos tomassem conhecimento do conteúdo da Agenda 21. No entanto, a complexidade de alguns temas e a falta de correspondência de outros com a realidade local dificultaram a compreensão de alguns participantes.

O tempo dedicado às etapas iniciais constituiu uma limitação para uma melhor identificação de lideranças representativas, para que novas pessoas se incorporassem ao processo e para a capacitação dos participantes em tantos e tão variados temas. Estes percalços foram trabalhados nas etapas seguintes.

Outra questão foi o equilíbrio delicado entre usar a mesma metodologia para todos os municípios e fazer as adaptações necessárias às diferentes realidades encontradas. Quanto mais o processo evoluía, mais as diferenças se acentuavam. Mesmo assim, foi possível alcançar um resultado que reflete as peculiaridades de cada município e o grau de maturidade de cada grupo mantendo uma estrutura semelhante e apoiando a todos da mesma forma.

A construção do consenso em torno das preocupações, potencialidades e ações identificadas foi bem-sucedida graças à concordância em torno de objetivos comuns, ao estabelecimento de regras claras e à ação de facilitadores experientes. A consolidação dos Fóruns requer uma boa compreensão do que

é representatividade e tempo para que esta se desenvolva. O debate sobre o Regimento Interno foi um momento rico e determinante para a sustentabilidade dos Fóruns. Assim, foi encaminhado sem pressa, com foco nos valores que cada grupo desejava adotar e por meio do desenvolvimento de critérios para a tomada de decisão.

A criação de um portal com um *site* para cada município, com notícias atualizadas, divulgação de oportunidades, editais e boas práticas, biblioteca, vídeos e ferramentas de interatividade, como o *chat*, traz inúmeras possibilidades de comunicação, funcionando como uma vitrine do projeto e uma janela dos Fóruns para o mundo.

Além de democratizar e dar transparência às atividades de cada Fórum Local, o portal proporciona a troca de experiências entre eles, criando uma sinergia para seu desenvolvimento. As limitações de acesso à internet na região são uma barreira que esperamos seja superada em breve.

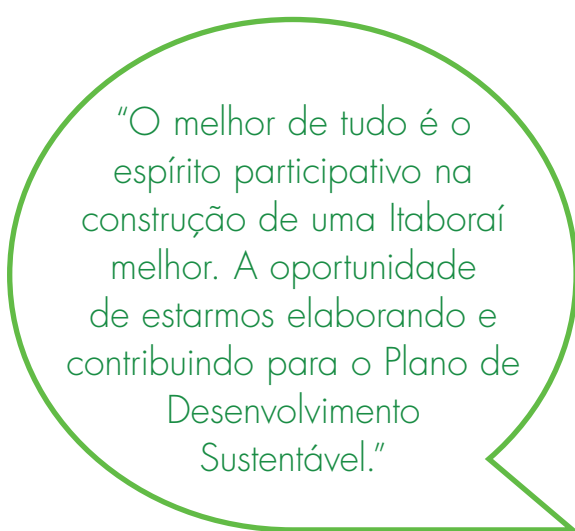
Finalmente, a integração entre os saberes técnico e popular é um dos aspectos mais gratificantes do processo e foi conduzida cuidadosamente com a construção dos textos das Agendas a partir do contato constante com os Fóruns. As preocupações e potencialidades indicadas por consenso nas reuniões foram suplementadas por informações técnicas obtidas de diversas fontes, como institutos de pesquisa, prefeituras e agências governamentais diversas.

O processo de consulta continuou durante a etapa de finalização da Agenda. Sempre que as informações coletadas divergiam da percepção dos participantes e quando incongruências ou questões técnicas eram identificadas, os consultores se dedicavam a dirimir as dúvidas, por telefone, *e-mail* ou em reuniões presenciais. Os Fóruns também se empenharam em qualificar o trabalho realizado, que foi aprimorado progressivamente. A evolução deste processo pode ser verificada nos documentos postados no *site* de cada município na internet.

Ao longo do processo foram necessárias diversas adaptações, naturais em processos participativos, já que estes, por sua natureza, não ocorrem exatamente de acordo com o planejado. Todos os envolvidos aprenderam a flexibilizar suas expectativas e atitudes em prol do bem comum.

O resultado que apresentamos agora é a síntese deste percurso de mais de três anos, durante os quais foram construídas novas relações e aprofundado o entendimento de todos os envolvidos sobre o modelo de desenvolvimento almejado para a região. A diversidade é uma premissa da sustentabilidade e, assim como a participação, demanda transparência e responsabilidade individual e coletiva pelos resultados alcançados.

Um processo de Agenda 21 Local é a construção participativa do consenso possível entre interesses diversos, com o objetivo comum de promover a



“O melhor de tudo é o espírito participativo na construção de uma Itaboraí melhor. A oportunidade de estarmos elaborando e contribuindo para o Plano de Desenvolvimento Sustentável.”

qualidade de vida e a justiça social, sem perder de vista os limites impostos pelo planeta e tendo um futuro sustentável como horizonte comum.

A Agenda 21 publicada é o início da jornada rumo a este futuro.



*Membros do Fórum da Agenda 21 de Itaboraí*



## O MUNICÍPIO DE ITABORAÍ

**Área total: 424,219 km<sup>2</sup>**

**População: 218.090 habitantes (IBGE – 2010)**

**Economia: Serviços e indústria**

**PIB: R\$ 1.702.231,00 (IBGE – 2008)**

**Participação PIB estadual: 0,5% (Cederj – 2007)**

Itaboraí fica na região metropolitana do Rio de Janeiro, em área de baixada litorânea, às margens da Baía de Guanabara, a 45 km de distância da capital. O município faz divisa com Guapimirim, São Gonçalo, Cachoeiras de Macacu, Tanguá e Maricá.

A economia do município gira em torno da manufatura cerâmica (decorativa e utilitária), fruticultura, apicultura, pecuária extensiva, comércio e serviços.

Itaboraí apresenta um relevo variado. Suas maiores altitudes são encontradas nas serras do Barbosão, à leste, na divisa com Tanguá, e do Lagarto e de Cassorotiba do Sul, na fronteira com Maricá. Nas demais localidades predominam as planícies, onde se concentram os rios que convergem para a Baía de Guanabara. Entre as planícies e as serras, observa-se um relevo suavemente ondulado, com morros que raramente ultrapassam 50 metros de altitude.

Parte de seu território é voltada para a Baía de Guanabara, compondo, com os municípios de Magé e Guapimirim, a APA de Guapimirim, uma Unidade de Conservação de uso sustentável voltada para a preservação e conservação de remanescentes dos manguezais.

A vegetação do município é composta principalmente por pastagens, mata de encosta, mangues e brejos. Os remanescentes de matas são observados nos setores mais íngremes e elevados nas serras do Barbosão e do Lagarto. São matas tipicamente secundárias, resultantes da regeneração natural após muita exploração de madeira para a obtenção de carvão e lenha no passado. No restante do município, as matas se encontram muito fragmentadas e aparecem em locais isolados.

Em Itaboraí encontra-se o mais antigo e importante sítio paleontológico do Brasil, às margens do Lago São José, onde foram encontrados, em 1986, os fósseis de uma preguiça gigante pré-histórica – um autêntico tesouro da arqueologia brasileira. A preguiça, que pesava várias toneladas e media cerca de 7 metros de comprimento, viveu há cerca de 5 milhões de anos, sendo contemporânea do homem primitivo. Outras preciosidades arqueológicas

### **Produto Interno Bruto (PIB) –**

Indicador que mede a produção de um território, segundo três grupos principais: agropecuária (agricultura, extrativa vegetal e pecuária); indústria (extrativa mineral, transformação, serviços industriais de utilidade pública e construção civil); e serviços (comércio, transporte, comunicação e serviços da administração pública, entre outros).

**Itaboraí – Na língua Tupi, significa “pedra bonita escondida na água”**

### **Unidades de Conservação (UC) –**

Áreas de proteção ambiental legalmente instituídas pelas três esferas do poder público (municipal, estadual e federal). Dividem-se em dois grupos: as de proteção integral, que não podem ser habitadas pelo homem, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais em atividades como pesquisa científica e turismo ecológico; e as de uso sustentável, onde é permitida a presença de moradores, com o objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais (World Wildlife Fund – WWF).

Sítio paleontológico – Localidade que apresenta variadas espécies de fósseis, tanto de animais quanto de vegetais. O Sítio Paleontológico São José é conhecido como o “berço dos mamíferos” por se tratar do único depósito brasileiro conhecido que registra a primeira irradiação dos mamíferos após a extinção dos dinossauros.



*As ruínas do convento de São Boaventura são uma referência histórica regional*

lógicas da região são os cemitérios indígenas de Itambi e Visconde, e os sambaquis de Sambaetiba.

Itaboraí tem rico patrimônio histórico e acervo arquitetônico, em que se destaca o conjunto das ruínas do Convento de São Boa Ventura – tombado pelo Iphan –, que começou a ser construído em 1660. Suas ruínas são consideradas um dos mais belos e importantes conjuntos arquitetônicos religiosos do período colonial. O convento foi a quinta construção da Ordem Franciscana no Brasil.

A manufatura cerâmica é uma importante atividade econômica e foco de conflitos ambientais. É a maior fonte de arrecadação e de geração de empregos locais e, ao mesmo tempo, responsável por um passivo ambiental ligado à degradação dos solos onde existem jazidas de argila, ao assoreamento dos rios e à poluição atmosférica provocada pela fumaça lançada das chaminés.

Os moradores de Itaboraí se orgulham de sua história, dos patrimônios culturais e artísticos e do poder de suas comunidades, pois as associações de moradores locais são atuantes e têm grande poder de mobilização.

A escolha de Itaboraí como sede do Comperj atrairá muitos investimentos para o município e incrementará a geração de empregos e a arrecadação de impostos na região.

## Um pouco da história de Itaboraí<sup>2</sup>

O desbravamento da região onde se localiza Itaboraí remonta à época da fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, quando, em seus arredores, foram doadas sesmarias para a instalação de lavouras de cana-de-açúcar. Seu surgimento está relacionado à história da extinta Vila de Santo Antônio de Sá ou Vila de Santo Antônio de “Macacu”, como também era conhecida, que tem sua origem em 1567. Em sua época mais próspera, a Vila possuía 20 portos ao longo de seus rios, por onde circulavam barcos, canoas e saveiros que carregavam a produção de toneladas de açúcar, aguardente e farinha.

A fundação de Itaboraí ocorreu em 1672, quando João Vaz Pereira inaugurou uma capela dedicada a São João Batista, substituída em 1742 pela Igreja de São João. Em torno dela surgiu a freguesia de São João de Itaboraí, que por sua vez transformaria-se, séculos mais tarde, na cidade de Itaboraí.

Entre 1700 e 1800, a freguesia de São João de Itaboraí estabeleceu-se como um importante centro agrícola. Em 1780, grande parte do açúcar produzido pelos 80 engenhos das freguesias próximas era embarcada em caixas de madeira nos 14 barcos pertencentes ao porto local (daí o nome “Porto das Caixas”).

---

2 Com a contribuição do Professor Paulo Maia.

Quando D. João VI chegou ao Brasil, em 1808, a freguesia de Itaboraí crescia em virtude dos progressos materiais e culturais de seus habitantes, chegando a competir com Niterói pelo direito de ser a capital da Província do Rio de Janeiro, perdendo, honrosamente, por um voto.

Em 1829, a Vila de Santo Antônio de Sá, da qual fazia parte a freguesia de Itaboraí, foi atingida por uma epidemia de febre amarela (denominada febre do Macacu), que causou muitas mortes e grande prejuízo à região. Em janeiro de 1833, um decreto imperial elevou a freguesia de São João de Itaboraí à categoria de vila.

No segundo reinado, Itaboraí se tornou uma das mais desenvolvidas regiões fluminenses com a presença de personalidades ilustres na vida política, como: Paulino José Soares (o pai e o filho), sendo o pai, 1º Visconde de Uruguai e o filho, 2º Visconde de Uruguai; José Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí e Salvador de Mendonça, diplomata. Na vida cultural do Brasil Império, destacam-se: João Caetano, Alberto Torres e Joaquim Manuel de Macedo. São desta época a construção de grandes marcos da cidade, como a Casa de Cultura, a Câmara Municipal e o Teatro João Caetano.

A partir de 1860, os transportes fluviais foram gradualmente substituídos pelos ferroviários. Em 23 de abril de 1860, com a inauguração do primeiro trecho da Estrada de Ferro de Cantagalo, que ia de Porto das Caixas à Cachoeiras de Macacu; Porto das Caixas, em Itaboraí consolidou sua importância econômica, pois recebia toda a produção de gêneros do Norte Fluminense pela ferrovia e as enviava em embarcações pelo Rio Aldeia até o Rio Macacu (e deste para o Porto do Rio de Janeiro, para ser comercializada).

Em 1874, foi inaugurada a Estrada de Ferro-Carril Niteroiense, partindo de Maruí, em Niterói, até o Porto das Caixas. A construção da ferrovia foi uma das principais causas do declínio da Vila de São João de Itaboraí – agravado pela libertação dos escravos, o que levou muitos fazendeiros à falência.

Itaboraí tornou-se uma cidade em 1890, por meio de um decreto estadual. Hoje, é um município em desenvolvimento, que concentra suas atividades econômicas no setor de comércio. Muitas famílias ainda vivem da agricultura de subsistência e da pequena criação de bois, aves e outros animais, enquanto outras conseguiram trabalho no comércio local ou nas regiões circunvizinhas.

Durante cerca de 50 anos, a Companhia Nacional de Cimento Portland (CNCP) explorou o calcário da Bacia de São José de Itaboraí. O estádio do Maracanã e a Ponte Rio-Niterói foram construídos com o cimento produzido a partir do calcário da jazida de São José de Itaboraí.



*Prédio da Câmara Municipal de Itaboraí (1840), tombado pelo Inepac*

## O processo de construção da Agenda 21 Local



*Grupo de trabalho reunido em oficina de Consolidação de Diagnósticos*

Em 2002, as lideranças locais de Itaboraí que atuavam em associações e comunidades já estavam organizadas para a construção da Agenda 21 Local e iniciaram o processo de elaboração do projeto A Comunidade Construindo Sua Agenda. Logo em seguida, conseguiram aprovar na Câmara de Vereadores a Lei da Agenda 21.

Em 2005, conquistaram recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA/MMA) e, em 2006, junto com a ONG Roda Viva, começaram a mobilizar a sociedade para a construção da Agenda 21 Local. Devido a esse processo, a Agenda 21 Comperj encontrou um campo propício em Itaboraí para dar início à proposta que envolveria mais 14 municípios numa só ideia.

Em 14 de março de 2007, a Caravana Comperj da Petrobras visitou Itaboraí para divulgar o empreendimento e as ações de relacionamento propostas para a região, convidando lideranças a participar do processo de construção da Agenda 21 Local. A cidade se entusiasmou com as inúmeras possibilidades de emprego, crescimento e desenvolvimento econômico e social para a região. Em maio de 2007, foi aprovada uma nova redação da Lei da Agenda 21 (Lei nº 1.725), com parâmetros mais equitativos e paritários.

Em 25 de setembro daquele ano, em reunião em Itaboraí, com a presença de cerca de 2.700 pessoas dos 14 municípios do entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, foi escolhido um representante de cada segmento social (governo, empresariado, ONGs e comunidade), por município, para formar o Fórum Regional da Agenda 21 Comperj.

Assim, cada município tinha quatro representantes neste Fórum, que ficou responsável pelo monitoramento dos encontros e pelo andamento das Agendas 21 municipais. O Fórum Regional tinha caráter consultivo ao Grupo Gestor e a tarefa de facilitar a integração de ações regionais ou de grupos de municípios.

Em dezembro de 2007, quatro ONGs – ASA, Instituto Ipanema, Instituto Roda Viva e Iser – iniciaram o trabalho de mobilização específica para cada setor, utilizando as estratégias mais adequadas a cada um.

Em janeiro de 2008, iniciou-se uma rodada de três reuniões para o levantamento das percepções de cada segmento, utilizando Vetores Qualitativos elaborados a partir da metodologia do Instituto Ethos para a promoção do desenvolvimento sustentável em empresas. Esta ferramenta definiu uma escala que possibilitou a identificação do estágio no qual o município se encontrava em relação a cada um dos 40 capítulos da Agenda 21, ajudando os participantes a planejar aonde gostariam de chegar.

Após a leitura do título dos capítulos e da descrição de cada estágio, era solicitado aos participantes que escolhessem aquele que melhor retratasse Itaboraí. Nas duas reuniões seguintes, os resultados orientaram a produção de um painel de preocupações e potencialidades locais.

Foram realizados mais três encontros por setor, nos quais os participantes definiram as ações necessárias para prevenir ou mitigar as questões identificadas como preocupações e para aproveitar, da melhor forma possível, as potencialidades levantadas.

Na última dessas reuniões, cada setor indicou cinco representantes e dois suplentes para compor o Fórum da Agenda 21 de Itaboraí, totalizando 28 componentes.

A Fase de Consolidação do processo foi o momento de reunir os quatro setores para consolidar coletivamente as potencialidades e preocupações apontadas por cada um deles. Em 24 de novembro de 2008, os representantes de Itaboraí viajaram até Rio Bonito para trabalhar nas oficinas de consolidação. A partir dela, os resultados setoriais foram estruturados, e o Fórum da Agenda 21 de Itaboraí ficou constituído.

Em 26 e 28 de abril de 2009, foi realizada a oficina para iniciar o processo de construção de vocação e visão de futuro, consolidar as ações em propostas e iniciar seu detalhamento. Este trabalho foi realizado com uma nova estrutura, agrupando os 40 capítulos da Agenda 21 Global conforme suas afinidades em: Ordem Física, Ordem Ambiental, Ordem Social, Ordem Econômica e Ordem Meios de Implementação, divididos em temas.

Em 27 de maio de 2009, foi realizada uma oficina em Itaboraí para atualizar os trabalhos e fortalecer o Fórum. Nesse período, também foi desenvolvido um portal na internet, voltado para a comunicação dos Fóruns e a divulgação do projeto e de seus resultados – [www.agenda21comperj.com.br](http://www.agenda21comperj.com.br) – com um *site* para cada município. Atualizados frequentemente, eles dispõem de uma área interna com ferramentas de comunicação que permitem o contato entre os membros dos Fóruns.

Em novembro de 2009, foram contratados quatro consultores para desenvolver e implementar uma metodologia de fortalecimento dos Fóruns e trabalhar na elaboração das Agendas.

Em 2010, após uma análise dos resultados alcançados, iniciou-se uma nova rodada de oficinas para aprimorar o trabalho. Em Itaboraí foram realizadas dez oficinas com o Fórum para fazer as modificações consideradas necessárias e prover um acompanhamento mais constante, com o objetivo de ajudar na finalização do Regimento Interno e facilitar a resolução de conflitos. Uma importante mudança foi a manutenção da estrutura do Fórum da Agenda 21 anterior, com a representação de três setores, reunindo ONGs e comunidades no Terceiro Setor.



*Membros do Fórum da Agenda 21 de Itaboraí*



*Oficina de Consolidação do PLDS*



Em 19 de março, 1º de outubro, 3 de dezembro de 2010 e 18 de abril de 2011, foram realizadas reuniões com todos os coordenadores para promover a troca de experiências e fomentar ações regionais estratégicas.

O Fórum se mantém ativo, reúne-se regularmente para desenvolver diversas atividades e foi pioneiro na criação de um Fundo Municipal da Agenda 21, servindo de exemplo e incentivo aos demais municípios. Por estar no território de instalação do Comperj, o grupo trabalha muito para ser ouvido, conquistar espaços de diálogo e garantir que o desenvolvimento social acompanhe o prometido desenvolvimento econômico.



*Primeira reunião dos coordenadores dos Fóruns da Agenda 21 Comperj*

# AGENDA 21 DE ITABORAÍ

## Para ler a Agenda

Este trabalho é resultado do empenho e esforço voluntários de moradores de Itaboraí, que atuaram em conjunto com técnicos e consultores nas diversas fases do projeto Agenda 21 Comperj.

O trabalho foi dividido em cinco ORDENS e 24 TEMAS referentes aos 40 capítulos da Agenda 21. Cada tema apresenta a situação do município de acordo com os dados e informações mais recentes.

| EIXOS ESTRUTURANTES    | TEMAS                                  | CAPÍTULOS DA AGENDA 21 GLOBAL |
|------------------------|----------------------------------------|-------------------------------|
| ORDEM AMBIENTAL        | Recursos Naturais                      | 10, 11, 12, 13, 16            |
|                        | Recursos Hídricos                      | 17 e 18                       |
|                        | Biodiversidade                         | 15                            |
|                        | Mudanças Climáticas                    | 9, 15 e 18                    |
| ORDEM FÍSICA           | Habitação                              | 7                             |
|                        | Saneamento                             | 18 e 21                       |
|                        | Mobilidade e Transporte                | 5                             |
|                        | Segurança                              | 3, 23, 25, 26, 27             |
| ORDEM SOCIAL           | Educação, Educação Ambiental e Cultura | 36                            |
|                        | Grupos Principais                      | 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29    |
|                        | Saúde                                  | 6                             |
|                        | Esporte e Lazer                        | 23, 24, 25, 26, 27, 36        |
|                        | Padrões de Consumo                     | 4                             |
| ORDEM ECONÔMICA        | Geração de renda e inclusão social     | 3                             |
|                        | Agricultura                            | 3, 14, 32                     |
|                        | Indústria e Comércio                   | 3, 30                         |
|                        | Turismo                                | 3, 36                         |
|                        | Geração de Resíduos                    | 19, 20, 22                    |
| MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO | Ciência e Tecnologia                   | 31, 35                        |
|                        | Recursos Financeiros                   | 2, 33, 34, 37                 |
|                        | Comunicação e Mobilização              | 8, 40                         |
|                        | Gestão Ambiental                       | 1, 8, 28, 38, 39 40           |

Estão elencadas também, e evidenciadas *por fontes em itálico*, as preocupações dos moradores e as potencialidades do município, conforme percebidas e apontadas por consenso pelos participantes do processo.

Logo após um breve diagnóstico da situação em que se encontra o município, estão listadas as propostas e seus respectivos níveis de prioridade (alta - ●, média - ● ou baixa - ●). As propostas reúnem um conjunto de ações, elaboradas para solucionar as preocupações elencadas, e de estratégias que promovam o melhor aproveitamento das potencialidades identificadas.

As ações estão subdivididas em LINHAS DE ATUAÇÃO. Dessa forma, é possível identificar todas as ações de uma agenda, segundo a atividade demandada para sua execução, independentemente do tema.

Ao final de cada TEMA encontram-se reunidos os possíveis parceiros e as possíveis fontes de financiamento elencadas para as propostas de seus temas.

No *site* [www.agenda21itaborai.com.br](http://www.agenda21itaborai.com.br) está disponível a Ficha de Detalhamento de cada proposta, com a lista dos possíveis parceiros para sua execução, os especialistas da cidade que podem colaborar com o projeto, as fontes de financiamento identificadas e os primeiros passos para sua implementação, além das PERCEPÇÕES, dos PLANOS SETORIAIS e demais resultados.

No CD encartado nesta publicação encontram-se todos os resultados do processo e uma versão digital da Agenda 21 de Itaboraí.



## Vetores Qualitativos e os 40 capítulos da Agenda 21 de Itaboraí

A tabela da página seguinte apresenta o resultado da consolidação das percepções de todos os que participaram da Fase de Construção Coletiva da Agenda 21 de Itaboraí, avaliando a situação do município em relação a cada um dos capítulos da Agenda 21 Global.

*Estágios da tabela:*

- 1 – *Quase nada foi feito*
- 2 – *Já existem ações encaminhadas*
- 3 – *Já há alguns resultados*
- 4 – *Estamos satisfeitos*



| Capítulos da Agenda 21                                                                                                                                                | Estágio |   |   |   |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|---|---|---|
|                                                                                                                                                                       | 1       | 2 | 3 | 4 |
| 1 Preâmbulo                                                                                                                                                           |         |   |   |   |
| 2 Cooperação internacional para acelerar o desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento e nas políticas internas                                         |         |   |   |   |
| 3 Combater a pobreza                                                                                                                                                  |         |   |   |   |
| 4 Mudar os padrões de consumo                                                                                                                                         |         |   |   |   |
| 5 Dinâmica demográfica e sustentabilidade                                                                                                                             |         |   |   |   |
| 6 Proteger e promover a saúde humana                                                                                                                                  |         |   |   |   |
| 7 Promover assentamentos humanos sustentáveis                                                                                                                         |         |   |   |   |
| 8 Integrar o meio ambiente e o desenvolvimento nas tomadas de decisão                                                                                                 |         |   |   |   |
| 9 Proteger a atmosfera                                                                                                                                                |         |   |   |   |
| 10 Integrar o planejamento e o gerenciamento dos recursos do solo                                                                                                     |         |   |   |   |
| 11 Combater o desflorestamento                                                                                                                                        |         |   |   |   |
| 12 Gerenciar ecossistemas frágeis: combater a seca e a desertificação                                                                                                 |         |   |   |   |
| 13 Gerenciar ecossistemas frágeis: desenvolvimento sustentável das montanhas                                                                                          |         |   |   |   |
| 14 Promover o desenvolvimento rural e a agricultura sustentáveis                                                                                                      |         |   |   |   |
| 15 Conservar a diversidade biológica                                                                                                                                  |         |   |   |   |
| 16 Gerenciamento responsável ambientalmente da biotecnologia                                                                                                          |         |   |   |   |
| 17 Proteção dos oceanos, todos os mares, inclusive internos, e áreas costeiras, e a proteção, uso racional e desenvolvimento de seus recursos para a vida             |         |   |   |   |
| 18 Proteger a qualidade e suprimento dos recursos de água limpa: aplicação de abordagens integradas ao desenvolvimento, gerenciamento e uso dos recursos hídricos     |         |   |   |   |
| 19 Gerenciar de forma ambientalmente responsável os produtos químicos tóxicos, incluindo a prevenção do tráfico ilegal internacional de resíduos e produtos perigosos |         |   |   |   |

| Capítulos da Agenda 21                                                                                                                              | Estágio     |             |             |             |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
|                                                                                                                                                     | 1           | 2           | 3           | 4           |
| 20 Gerenciar de forma ambientalmente sustentável os resíduos perigosos, incluindo a prevenção do tráfico ilegal internacional de resíduos perigosos | <div></div> | <div></div> | <div></div> | <div></div> |
| 21 Gerenciar de forma ambientalmente responsável os resíduos sólidos e os relacionados ao esgotamento sanitário                                     | <div></div> | <div></div> | <div></div> | <div></div> |
| 22 Gerenciar de forma segura e ambientalmente responsável os resíduos radioativos                                                                   | <div></div> | <div></div> | <div></div> | <div></div> |
| 23 Fortalecer o papel dos principais grupos sociais                                                                                                 | <div></div> | <div></div> | <div></div> | <div></div> |
| 24 Ação global para as mulheres pelo desenvolvimento sustentável e equitativo                                                                       | <div></div> | <div></div> | <div></div> | <div></div> |
| 25 Crianças e jovens e o desenvolvimento sustentável                                                                                                | <div></div> | <div></div> | <div></div> | <div></div> |
| 26 Reconhecer e fortalecer o papel dos povos indígenas e suas comunidades                                                                           | <div></div> | <div></div> | <div></div> | <div></div> |
| 27 Fortalecer o papel das Organizações Não-Governamentais: parceiras para o desenvolvimento sustentável                                             | <div></div> | <div></div> | <div></div> | <div></div> |
| 28 Iniciativas das autoridades locais em apoio à Agenda 21                                                                                          | <div></div> | <div></div> | <div></div> | <div></div> |
| 29 Fortalecer o papel dos trabalhadores e sindicatos                                                                                                | <div></div> | <div></div> | <div></div> | <div></div> |
| 30 Fortalecer o papel da indústria e dos negócios                                                                                                   | <div></div> | <div></div> | <div></div> | <div></div> |
| 31 Comunidade científica e tecnológica                                                                                                              | <div></div> | <div></div> | <div></div> | <div></div> |
| 32 Fortalecer o papel dos fazendeiros                                                                                                               | <div></div> | <div></div> | <div></div> | <div></div> |
| 33 Recursos e mecanismos financeiros                                                                                                                | <div></div> | <div></div> | <div></div> | <div></div> |
| 34 Tecnologia ambientalmente responsável: transferência, cooperação e capacitação                                                                   | <div></div> | <div></div> | <div></div> | <div></div> |
| 35 Ciência para o desenvolvimento sustentável                                                                                                       | <div></div> | <div></div> | <div></div> | <div></div> |
| 36 Promover a educação, consciência pública e treinamento                                                                                           | <div></div> | <div></div> | <div></div> | <div></div> |
| 37 Mecanismos nacionais e internacionais de cooperação para a capacitação em países em desenvolvimento                                              | <div></div> | <div></div> | <div></div> | <div></div> |
| 38 Arranjos institucionais internacionais                                                                                                           | <div></div> | <div></div> | <div></div> | <div></div> |
| 39 Instrumentos e mecanismos legais internacionais                                                                                                  | <div></div> | <div></div> | <div></div> | <div></div> |
| 40 Informação para a tomada de decisões                                                                                                             | <div></div> | <div></div> | <div></div> | <div></div> |

## Vocação e Visão

*“Uma visão sem ação não passa de um sonho.  
Ação sem visão é só um passatempo.  
Mas uma visão com ação pode mudar o mundo.”  
(Joel Baker – vídeo: A Visão do Futuro)*

A vocação é o conjunto de competências, recursos e produtividade local de um município em todas as áreas: econômica, ambiental, artística-cultural, turística, educacional.

A visão de futuro define o que se espera do município no futuro, inspirando e motivando as pessoas a fazer as melhores escolhas nos momentos de decisão e a enfrentar com perseverança a espera pelos resultados.

Os participantes do processo de construção da Agenda 21 de Itaboraí fizeram uma série de reuniões para construir a vocação e visão de futuro do município. Um primeiro resultado foi revisto na Oficina Local, sendo que o município ainda trabalha para chegar à versão definitiva.

“A sociedade está carente de caminhos alternativos, e a Agenda 21 pode alavancar um futuro melhor. Precisamos ultrapassar os muros da sala de reunião para colocar em prática todo o nosso potencial!”

### Vocação de Itaboraí

- Histórico de agropecuária e citricultura;
- Histórico em pescado e caranguejo Uca;
- Histórico de produção de cerâmica artesanal, industrial e artística;
- Existência de comércio e de grande oferta de profissionais liberais;
- Histórico de produção de plantas ornamentais de corte e flores tropicais;
- Referência em produção expressiva de artesanato a partir de fibras vegetais, como da bananeira e taboa;
- Existência do Parque Paleontológico de São José (geológico e arqueológico);
- Histórico de produção de curtume de pequenos animais e de animais exóticos, como rã, coelho, tilápia e avestruz;
- Histórico de sítios arqueológicos;
- Existência de patrimônios culturais;
- Histórico de personalidades históricas, na literatura, política e esportes olímpicos.

### Visão de Futuro de Itaboraí

- Ser um município que ofereça infraestrutura básica (água, esgoto e tratamento de lixo), saúde e habitação;
- Ter água potável em todas as residências;

- Ter sistema de transporte de massa (trilhos, aquaviário e aéreo) eficiente e sem monopólio;
- Ser um município sem habitações subnormais;
- Ter distribuição espacial urbana e rural planejada;
- Ser referência nacional no sistema educacional (ensino superior, médio, fundamental, técnico) e possuir uma rede de creches;
- Capacitar a população em centros profissionalizantes;
- Ter grande oferta de empregos e capacidade instalada;
- Ter um setor comunitário organizado e fortalecido, com espaço físico, desonerado e com poder nas tomadas de decisões;
- Ter um governo transparente, participativo e democrático com os três poderes atuantes.









1

Ordem Ambiental

## RECURSOS NATURAIS

Chamamos de recursos naturais tudo o que obtemos da natureza com os objetivos de desenvolvimento, sobrevivência e conforto da sociedade. São classificados como “renováveis” quando, mesmo explorados por algum tempo em determinado lugar, continuam disponíveis, e como “não renováveis” quando inevitavelmente se esgotam.

A vida humana depende dos recursos naturais – terra, água, florestas, recursos marinhos e costeiros – e de suas múltiplas funções. Tanto os seres humanos quanto os demais seres vivos, agora e no futuro, têm direito a um meio ambiente saudável, que forneça os meios necessários a uma vida digna. Para isto, é preciso manter os ecossistemas, a biodiversidade e os serviços ambientais em quantidade e qualidade apropriadas.

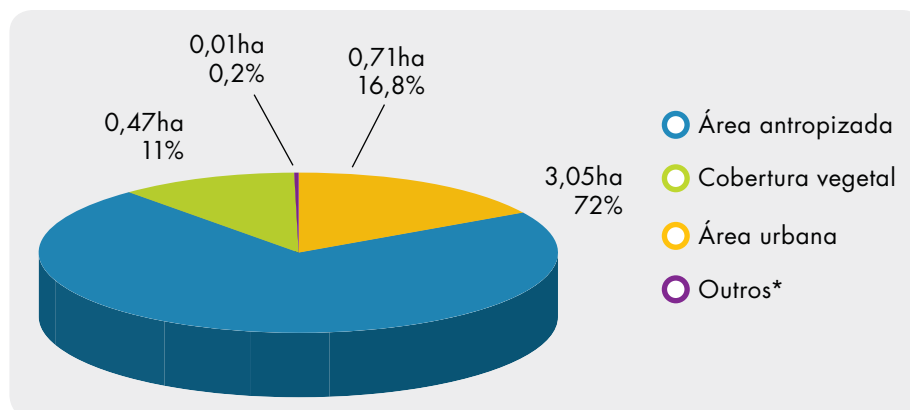
Não é possível pensar em um futuro para a humanidade sem construir uma relação adequada entre o homem e a natureza que o cerca. E essa magnífica variedade de formas de vida não pode ser vista apenas como “recursos naturais”, sem a valorização dos inúmeros benefícios intangíveis que nos traz.

**Mata Atlântica** – Um dos biomas mais ricos em biodiversidade do mundo, chegou a ocupar quase todo o litoral brasileiro. Devido ao intenso desmatamento, iniciado com a chegada dos colonizadores portugueses, atualmente restam apenas 7% de sua área original. Considerada uma das florestas mais ameaçadas do planeta, nela estão localizados mananciais hídricos essenciais ao abastecimento de cerca de 70% da população brasileira.

**Itaboraí apresenta uma grande variedade de recursos minerais e naturais**, além de sítios arqueológicos, paleontológicos, geológicos e científicos.

A diversidade de relevos do município favorece a existência de áreas preservadas. Segundo estudos do Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente (Lima-UFRJ) de 2008, o município apresentava 11% de seu território cobertos com remanescentes de Mata Atlântica.

**Gráfico 1: Proporção do uso do solo em Itaboraí**

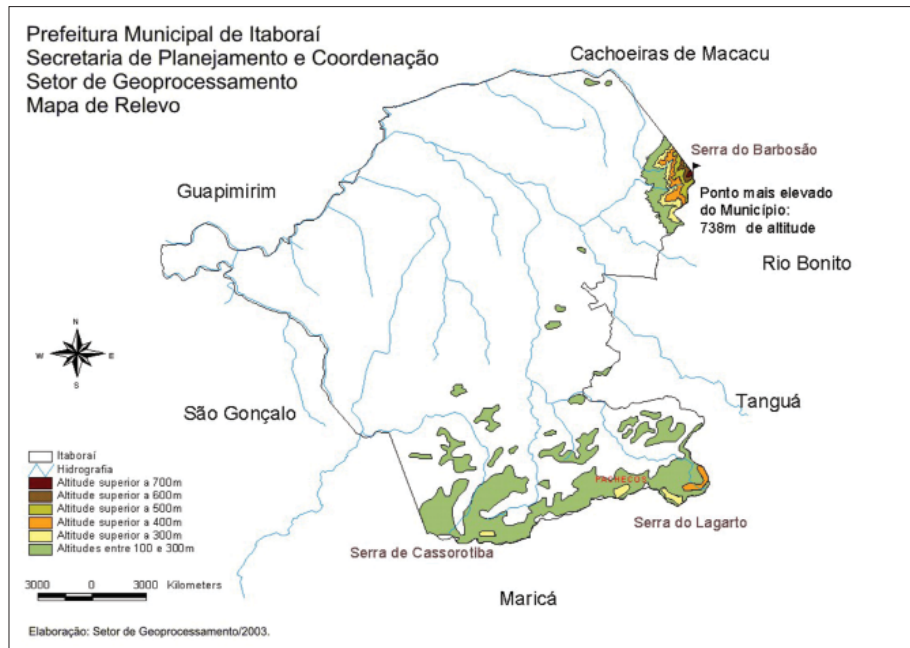


Fonte: Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente – Lima/Coppe/UFRJ, com base em geoprocessamento de imagens Landsat e CBERS e Probio – Levantamento dos remanescentes de Mata Atlântica (2008).



A existência de Mata Atlântica, fauna nativa e manancial hídrico na Serra do Barbosão é reconhecida como patrimônio ecológico e paisagístico local e é uma das grandes preocupações dos moradores do município. A existência do corredor ecológico Sambê-Santa Fé e do Horto do Pacheco possibilita a proteção de espécies de fauna e flora da Mata Atlântica, de manguezais e de várias nascentes de rios de pequeno curso, que contribuem para a Bacia do Rio Caceribu.

## Mapa 2: Descrição do relevo do município de Itaboraí



Fonte: Prefeitura de Itaboraí (2003)

Corredor ecológico ou de biodiversidade – Nome dado à faixa de vegetação que liga grandes fragmentos florestais ou Unidades de Conservação separados pela atividade humana (estradas, agricultura, clareiras abertas pela atividade madeireira etc.), proporcionando à fauna o livre trânsito entre as áreas protegidas e, conseqüentemente, a troca genética entre as espécies. É uma das principais estratégias utilizadas na conservação da biodiversidade de determinado local.



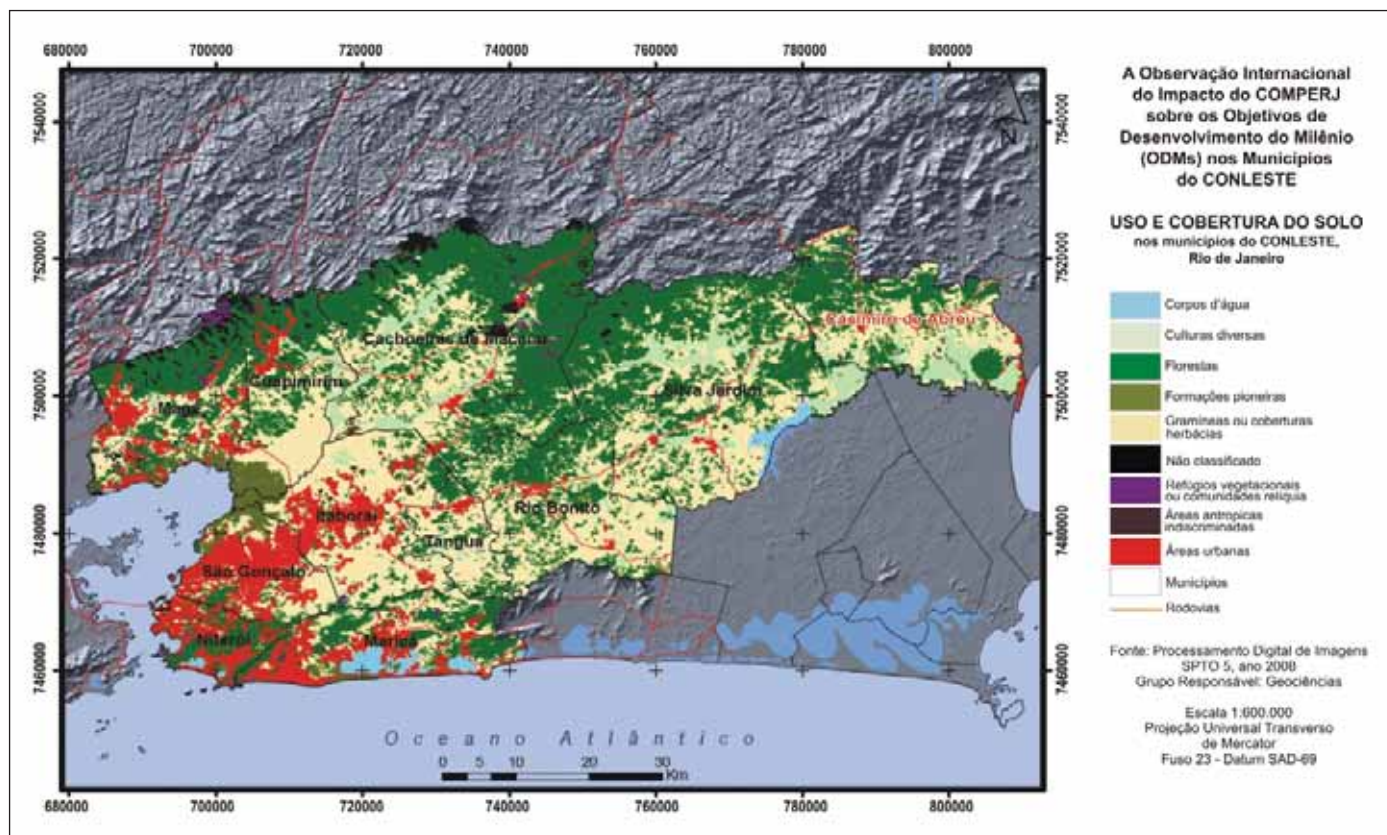
Os manguezais de Itaboraí fazem parte da APA de Guapimirim

**Áreas de Proteção Ambiental (APA)** – Áreas naturais (incluindo recursos ambientais e águas jurisdicionais) legalmente instituídas pelo poder público, com limites definidos e características relevantes, com objetivos de conservação e sob regime especial de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção.

O grupo destacou a existência das *Áreas de Proteção Ambiental (APAs)* de *Guapimirim* e da *Estação Ecológica da Guanabara (Eseg)*, que compreendem cerca de 10% do território. A *prefeitura participa do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim*. Devido a sua importância para a preservação da biodiversidade, estas áreas são prioritárias para a preservação da Mata Atlântica (Conservação Internacional do Brasil, 2009). Atualmente, o *Plano Diretor* já prevê a criação de novas *Unidades de Conservação*.

Na avaliação do grupo, *falta uma fiscalização integrada na APA de Guapimirim, que envolva o Ibama, a Guarda Municipal e os demais municípios que compõem esta Unidade de Conservação*. Uma das consequências é a *ocupação irregular nas áreas de manguezal na APA de Guapimirim*. O Fórum da Agenda 21 local, em conjunto com outras localidades, pode estimular um planejamento integrado para superar este problema.

### Mapa 3: uso e cobertura do solo nos municípios do Conleste



Fonte: UFF/ONU Habitat (2010).

Apesar da *Lei de Uso do Solo* e da *regulamentação da extração mineral*, há *pouca rigidez nos critérios adotados pelo Estado para o licenciamento da atividade de extração mineral*. Os participantes chamam a atenção para a





*Vista da Serra do Barbosão*

*degradação ambiental desenfreada produzida por atividades econômicas, como a indústria de cerâmica, areal, material de construção e ferrovia.*

Os moradores têm grande preocupação com a produção de cerâmicas, que *causa impacto no solo, erosão* e favorece o assoreamento dos rios e o aumento das áreas sujeitas a deslizamentos. Eles entendem que as *indústrias mineradoras e de cerâmicas não têm compromisso com a recuperação de áreas degradadas* e, ao mesmo tempo, afirmam que *não existe um plano eficaz de prevenção para combater esses problemas.*

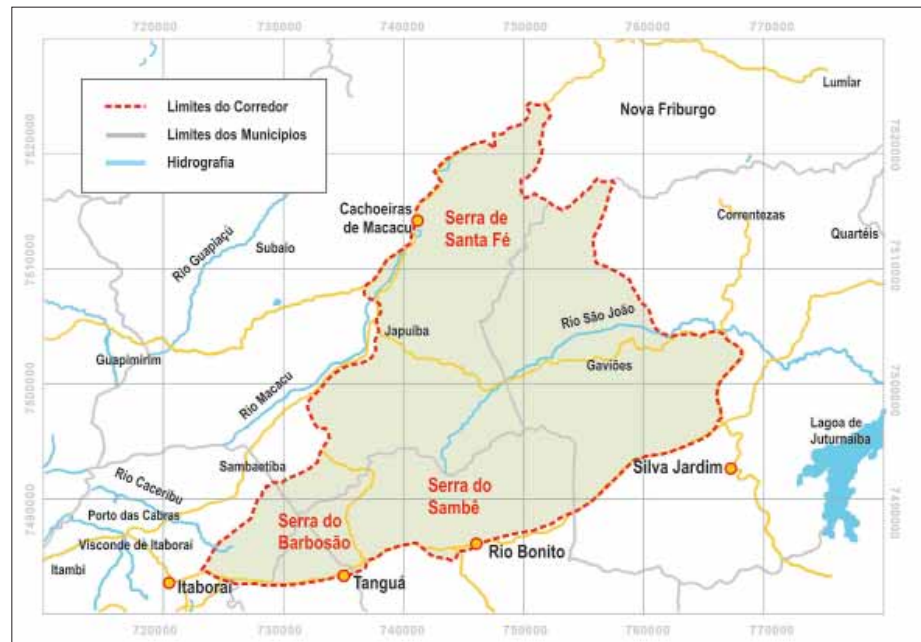
O grupo acha positiva a *presença do Comperj*, mas teme que as *empresas que virão se instalar no município não tenham preocupação com a degradação do solo.*

O receio procede, pois o município não conta com *projetos e programas de reflorestamento e de recuperação do solo, nascentes, morros, florestas, margens de rios e áreas de recarga.* A falta de um plano de contingência para prevenir e proteger os ecossistemas frágeis, a falta de conscientização dos moradores dessas localidades e o pouco envolvimento das comunidades nas questões

referentes ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável dificultam a adoção de políticas públicas voltadas para a preservação dos ecossistemas.

A participação de lideranças locais aliadas às instituições públicas e privadas pode estimular o interesse por *informações sobre os recursos naturais e promover a retomada do projeto do Corredor Ecológico Serra do Sambê-Santa Fé e do Horto Pacheco*.

#### Mapa 4: Corredor ecológico Sambê-Santa Fé-Barbosão



Fonte: Proposta para o Plano Diretor para o corredor ecológico Sambê-Santa Fé (2009).

Os participantes informaram que há *disponibilidade de áreas municipais para o reflorestamento e a para a construção de um horto florestal*, o que dependeria apenas da vontade política das autoridades, que podem também fornecer subsídios para a implementação do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável.

O município se orgulha de ter *órgãos ambientais fiscalizadores nas três esferas governamentais e legislação vigente para discutir as questões relacionadas ao tema*. Contudo, a *carência de recursos humanos e a falta de treinamento para o exercício das atividades públicas* resultam na *deficiência do setor de fiscalização dos recursos terrestres, que sofre ainda com a falta de orçamento e de infraestrutura*.

Em alguns casos, estas carências podem ser resultado da *falta de regulamentação de diversos artigos do capítulo de Meio Ambiente na Constituição Federal e da falta de rigidez no cumprimento da legislação ambiental referente a este tema*.

## PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

### ● Fortalecimento da gestão dos recursos naturais

#### ■ Planejamento

1. Elaborar um calendário bianual para a Conferência Municipal de Meio Ambiente.

#### ■ Gestão pública

2. Implementar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.
3. Criar no organograma da prefeitura a função de Secretaria Executiva dos Conselhos, Fundos Municipais e Agenda 21 Local.
4. Elaborar planejamento integrado dos órgãos ambientais para cumprimento e aplicação da legislação ambiental vigente.
5. Cumprir os Termos de Ajustamento de Conduta Ambiental (TAC) existentes no município.
6. Cobrar da Secretaria Municipal de Meio Ambiente o funcionamento efetivo do Disque-Denúncia Ambiental.
7. Equipar o quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, assegurando a efetividade das atividades de fiscalização.

#### ■ Articulação

8. Realizar parcerias com vistas à captação de recursos para desenvolver projetos voltados à preservação do patrimônio natural.

### ● Ações para a proteção dos recursos naturais

#### ■ Planejamento

1. Criar um banco de dados para reunir informações relativas a geologia, hidrologia e vegetação da região, identificando os ecossistemas frágeis.
2. Inventariar os recursos naturais do município e divulgar os resultados para toda a população.

#### ■ Elaboração de programas e projetos

3. Desenvolver programas destinados à conservação da Serra do Barbosão, através de parcerias com os municípios de Tanguá, Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu.

#### ■ Gestão pública

4. Integrar a ação dos órgãos ambientais fiscalizadores (municipal, estadual e federal) no combate ao desmatamento.
5. Efetivar os profissionais concursados para a fiscalização e combate ao desmatamento.

#### ■ Comunicação

6. Divulgar as informações sobre a fauna e flora nativas, bem como os mananciais da Serra do Barbosão.
7. Ampliar o conhecimento sobre desmatamento e reflorestamento, por meio de campanhas educativas.
8. Confeccionar e distribuir boletins informativos sobre a importância da proteção dos ecossistemas frágeis e a conservação dos recursos naturais do município.

### ● Proteção dos remanescentes de Mata Atlântica

#### ■ Planejamento

1. Identificar os impactos ambientais causados por manejo inadequado dos recursos naturais.

#### ■ Elaboração de programas e projetos

2. Propor a atualização dos Planos de Manejo da APA de Guapimirim e Estação Ecológica da Guanabara.
3. Desenvolver Programas de Recuperação de Áreas Degradadas (Prad) em locais que sofrem intensa degradação ambiental.
4. Elaborar planos de contingência (planejamento de risco) para as áreas urbana e rural, enfatizando as áreas de manguezal e fragmentos florestais.

#### ■ Gestão pública

5. Cobrar da Secretaria Municipal de Meio Ambiente a criação de um setor especializado em reflorestamento.
6. Retomar o projeto Corredor Ecológico Serra do Sambê-Santa Fé.
7. Incentivar a criação de corredores ecológicos urbanos no município.
8. Criar Unidades de Conservação, sejam de Proteção Integral ou de Uso Sustentável.
9. Acompanhar a transferência dos ocupantes das áreas de manguezal para a área definida pelo PAC.
10. Criar um horto florestal, com viveiros de mudas de espécies nativas de Mata Atlântica e infraestrutura necessária à capacitação de agentes ambientais.

#### ■ Fiscalização

11. Ampliar o contingente de fiscalização para as Unidades de Conservação existentes no município.
12. Integrar as atividades de fiscalização na APA de Guapimirim (Ibama, Guarda Municipal de Itaboraí e dos demais municípios).

## ■ Comunicação

13. Comunicar a população sobre a proibição de ocupar as áreas de manguezal.

## ● Ações de combate aos baloeiros

### ■ Gestão pública

1. Exigir o cumprimento da legislação vigente, que proíbe soltar balões na região.

### ■ Fiscalização

2. Fiscalizar a produção, armazenamento e comércio de balões e fogos de artifício.

## ● Promoção da arborização em áreas urbanas

### ■ Planejamento

1. Promover atividades de arborização urbana (em ruas e praças), respeitando os critérios técnicos.

### ■ Comunicação

2. Orientar a população sobre a importância da conservação de árvores nas áreas urbanizadas.

### ■ Elaboração de programas e projetos

3. Desenvolver programas e projetos que permitam a participação da população local nas atividades de arborização.

## ● Combate à extração mineral ilegal

### ■ Gestão pública

1. Solicitar ao Inea maior rigidez nos critérios adotados para o licenciamento das atividades de extração mineral.
2. Identificar os impactos ambientais causados pela mineração.
3. Atualizar e aplicar as leis ambientais existentes, visando diminuir os danos ambientais causados pela extração mineral.

## ■ Infraestrutura

4. Articular com instituições de pesquisa o desenvolvimento de um sistema de monitoramento para identificar as localidades impactadas pelas atividades mineradoras.

## ■ Fiscalização

5. Punir rigorosamente as pessoas ou empresas que promovam a extração ilegal de areia, argila e outros minerais.

## ■ Comunicação

6. Disponibilizar os resultados de estudos de sensoriamento remoto nas áreas sujeitas à degradação ambiental, resgatando séries históricas destas localidades.
7. Conscientizar os empresários dos setores ceramista e de extração de areia sobre a necessidade de adequar suas atividades.

## Possíveis parceiros

Aliança para a Conservação da Mata Atlântica . AMPLA . Associações de Moradores . Câmara de Dirigentes Lojistas . Câmara Municipal . Conselho Gestor da APA de Guapimirim . Conselho Municipal de Segurança Pública . Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica . Conservação Internacional do Brasil . CPRM . Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro . DNPM . Emater . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Escola Nacional de Botânica Tropical . Escolas . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . Fundação SOS Mata Atlântica . Ibama . IBGE . ICMBio . Inea . MMA . MP . ONGs . Pacto pela Restauração da Mata Atlântica . Prefeitura Municipal . SEA . Secretaria Municipal de Meio Ambiente . Secretarias Municipais de Agricultura e de Educação e Cultura . TCE-RJ . Universidades . Veículos de comunicação local.

## Possíveis fontes de financiamento

BVS&A . CNPq . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Faperj . FNMA . Funbio . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . Fundação SOS Mata Atlântica . Fundo Municipal de Meio Ambiente . ICMS Verde . Pibic . Programa Petrobras Ambiental.



## RECURSOS HÍDRICOS

A água é essencial à vida no planeta. Embora seja um recurso renovável, seu consumo excessivo, aliado ao desperdício e à poluição, vem causando um déficit global, em grande parte invisível. Cada ser humano consome direta ou indiretamente quatro litros de água por dia, enquanto o volume de água necessário para produzir nosso alimento diário é de pelo menos 2 mil litros. Isso explica por que aproximadamente 70% da água consumida no mundo vão para a irrigação (outros 20% são usados na indústria e 10% nas residências).

Segundo a ONU, cerca de um terço da população mundial vai sofrer os efeitos da escassez hídrica nos próximos anos. A análise do ciclo completo de uso e reúso da água aponta o desaparecimento de mananciais como poços, lagos e rios, e destaca a pouca atenção dada à diminuição das reservas subterrâneas.

O Brasil conta com recursos hídricos em abundância, o que levou à disseminação de uma cultura de despreocupação e desperdício de água. No entanto, o País enfrenta problemas gravíssimos: muitos cursos d'água sofrem com poluição por esgotos domésticos e dejetos industriais e agrícolas, e falta proteção para os principais mananciais.

O uso sustentável dos recursos hídricos depende do conhecimento da comunidade sobre as águas de sua região e de sua participação efetiva em seu gerenciamento.

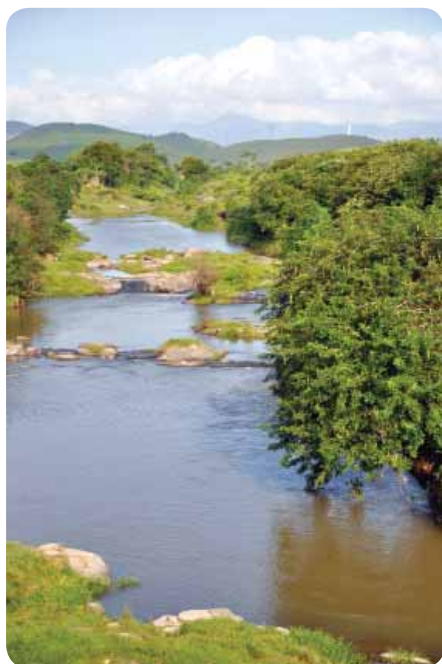
**O município de Itaboraí tem** 12% de seu território na Bacia do Guapi-Macacu, que tem uma área de drenagem de cerca de 1.640 km<sup>2</sup> e é responsável pelo abastecimento de água de cerca de 2,5 milhões de habitantes dos municípios de Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Itaboraí, São Gonçalo e Niterói, além de ser também utilizada para irrigação e piscicultura. A captação da água é feita no canal de Imunana, situado abaixo das tomadas d'água para diversas outras finalidades, o que reduz o volume captado.

As bacias do Guapi-Macacu e do Caceribu estão inseridas na Região Hidrográfica da Baía de Guanabara, unidade de planejamento utilizada pelo Estado do Rio de Janeiro. Sua gestão é feita pelo Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá. Itaboraí participa do *Comitê das Bacias Hidrográficas Contribuintes à Baía de Guanabara e Complexos Lagunares de Jacarepaguá, Maricá e Rodrigo de Freitas*.

**Bacia hidrográfica** – Área drenada por um rio principal e seus afluentes, incluindo nascentes, subafluentes etc. É a unidade territorial de planejamento e gerenciamento das águas.

**Comitê de Bacias Hidrográficas** – Colegiados instituídos por Lei, no âmbito do Sistema Nacional de Recursos Hídricos e dos Sistemas Estaduais. Considerados a base da gestão participativa e integrada da água, têm papel deliberativo e são compostos por representantes do poder público, da sociedade civil e de usuários de água e podem ser oficialmente instalados em águas de domínio da União e dos estados. Existem comitês federais e comitês de bacias de rios estaduais, definidos por sistemas e leis específicos.





Rio Caceribu

## Mapa 5: Bacias dos rios Guapi-Macacu e Caceribu



Fonte: Proposta para o Plano Diretor para o corredor ecológico Sambe-Santa Fé (2009)

Os problemas relacionados aos recursos hídricos estão associados à *falta de infraestrutura adequada ao trabalho das equipes de fiscalização (número de fiscais insuficiente e falta de equipamentos de segurança, entre outros)*. Segundo os moradores, tanto a sociedade quanto o Estado fazem *uso inadequado dos rios* e é possível observar a *diminuição e a contaminação do lençol freático em virtude do crescimento urbano e industrial desordenado e sem planejamento*.

A *poluição do lençol freático se dá pela utilização de agrotóxicos nas áreas rurais e pela perfuração indiscriminada e sem estudos geológicos para a abertura de poços, que traz uma série de consequências*. Além disso, a *Bacia Hidrográfica do Rio Caceribu é poluída pelo despejo direto de resíduos industriais e de esgoto (matéria orgânica, nitritos, nitratos, entre outros), sem tratamento, nos rios que deságuam na Baía de Guanabara*. As áreas de *manguezal localizadas na Área de Proteção Ambiental de Guapimirim são afetadas pela degradação dos recursos hídricos*.

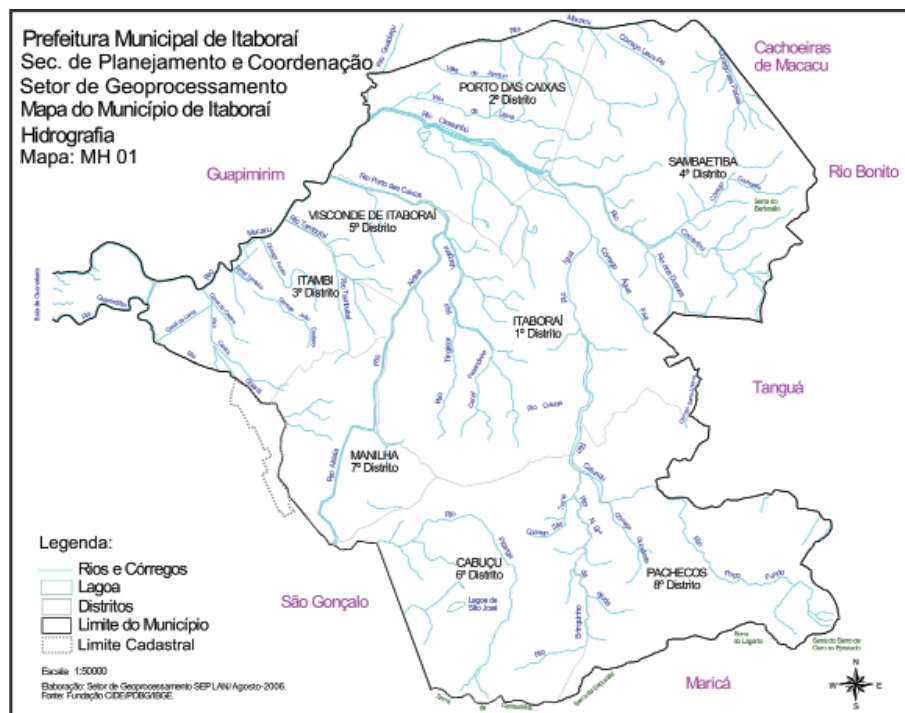
Na avaliação dos moradores, o *descumprimento das leis ambientais (estaduais e federais)* dificulta a adoção de ações estratégicas para solucionar as questões mais urgentes relacionadas à poluição dos recursos hídricos. A *ausência de políticas públicas voltadas para o tratamento e o uso adequado da água* é um dos assuntos mais discutidos entre os representantes do Fórum da Agenda 21 Local, assim como a *ocupação irregular nas áreas de manguezal da APA de Guapimirim; a falta de um plano de contingência, em caso de acidentes*

**Lençol freático** – Depósito de água natural no subsolo, águas subterrâneas que alimentam os rios perenes, garantindo a presença de água durante todo o ano. A profundidade do lençol freático depende de vários fatores.

**Poluição** – Alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente pelo lançamento de substâncias sólidas, líquidas ou gasosas que se tornem efetiva ou potencialmente nocivas à saúde, à segurança e ao bem-estar da população, ou causem danos à flora e à fauna.

ambientais na Baía de Guanabara; e a não aplicação das determinações do Plano Diretor em relação aos Recursos Hídricos.

## Mapa 6: Hidrografia do município de Itaboraí



Fonte: Prefeitura de Itaboraí (2006)

O grupo entende que é preciso aproveitar a *participação do município no Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá*, para identificar as prioridades da região, melhorando a gestão da Região Hidrográfica. A *Prefeitura de Itaboraí é membro do Conselho Gestor da APA de Guapimirim*.

A *existência de informações específicas para a elaboração de planos de ação* é uma ferramenta importante para estudar estratégias que promovam o manejo sustentável dos recursos hídricos. A capacidade de elaboração de uma política eficaz de reflorestamento pode ser um primeiro passo para solucionar os problemas associados à *falta de programas de proteção e recuperação das nascentes e matas ciliares*. Paralelamente, a participação popular nas iniciativas a serem adotadas no município, através de programas de educação ambiental, fortalecerá as ações a serem desenvolvidas pelo Fórum da Agenda 21 Local.

**Plano Diretor** – Lei municipal que estabelece diretrizes para a adequada ocupação do município, determinando o que pode e o que não pode ser feito em cada parte do mesmo. É o instrumento básico da política de desenvolvimento municipal. Sua principal finalidade é orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural e na oferta dos serviços públicos essenciais, visando assegurar melhores condições de vida à população.

**Mata ciliar** – Vegetação na margem dos rios, lagos, nascentes, represas e açudes. Consideradas áreas de preservação permanente, as matas ciliares protegem as margens contra a erosão, evitando o assoreamento; permitem a conservação da flora e da fauna; regulam os fluxos de água; e são a proteção mais eficiente dos solos onde se encontram.

## PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

### ● Ações para a proteção da Baía de Guanabara

#### ■ Gestão Pública

1. Fortalecer a participação do município no Comitê das Bacias Hidrográficas da Baía de Guanabara e Complexos Lagunares de Jacarepaguá, Maricá e Rodrigo de Freitas.
2. Criar um Subcomitê do Leste da Bacia do Guanabara no Comitê das Bacias Hidrográficas.

#### ■ Planejamento

3. Elaborar um plano de contingência para o caso de danos ambientais que venham a ocorrer na Baía de Guanabara.
4. Replanejar o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG) a partir das cabeceiras e sub-bacias contribuintes.

### ● Participação do poder público na proteção dos recursos hídricos

#### ■ Gestão pública

1. Criar legislação municipal específica para a proteção de nascentes.
2. Elaborar políticas públicas voltadas para a preservação dos recursos hídricos, integradas à legislação estadual e federal.
3. Fortalecer a atuação e a integração dos municípios que constituem a área da bacia dos rios Caceribu e Guaxindiba.
4. Cobrar a aplicação das leis de proteção de mares e zonas costeiras.
5. Atualizar, aprovar e aplicar o Plano Diretor de Recursos Hídricos.

#### ■ Infraestrutura

6. Melhorar a infraestrutura das equipes de fiscalização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (número de fiscais, equipamentos de segurança).

### ● Desenvolvimento de projetos para recuperar áreas degradadas

#### ■ Elaboração de programas e projetos

1. Solicitar a elaboração de Estudos de Impacto Ambiental para a perfuração de poços no município.

2. Elaborar Programas Ecológicos de Longa Duração (Peld) em áreas de rios, lagoas e nascentes, para coibir o manejo inadequado dos recursos hídricos.

3. Elaborar e implantar Programas de Recuperação de Áreas Degradadas (Prad) nas regiões de meandros dos rios.

4. Elaborar um Programa de Despoluição para a Bacia Hidrográfica do Rio Caceribu, visando conter o lançamento de substâncias tóxicas, bem como a contaminação do lençol freático.

#### ■ Fiscalização

5. Monitorar e fiscalizar a aplicação de multas relacionadas às atividades poluidoras nos corpos d'água nas áreas de manguezal ou matas ciliares.

#### ■ Comunicação

6. Desenvolver programas de Educação Ambiental a fim de despertar o interesse da população em preservar os recursos hídricos da região.

7. Elaborar cartilhas, alertando sobre a importância de proteger as nascentes e áreas de recarga, e de evitar danos ambientais pela contaminação do lençol freático.

### Possíveis parceiros

ANA . Cedae . Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá . Coppe – UFRJ . Eletrobras . Emater . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . Fundação SOS Mata Atlântica . Ibama . Inea . Jardim Botânico do Rio de Janeiro . Marinha do Brasil . Ministérios (Meio Ambiente, Integração Nacional) . ONGs . Prefeitura Municipal . Secretarias Estaduais (Ambiente, Assistência Social e Direitos Humanos) . Secretarias Municipais (Agricultura, Abastecimento e Pesca, Meio Ambiente, Educação e Cultura) . Universidades . WWF Brasil.

### Possíveis fontes de financiamento

ANA . CNPq . Conservação Internacional do Brasil . Eletrobras . Faperj . Fecam . Finep . FNMA . Funbio . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . ICMS Verde . LOA . PDA - Mata Atlântica . PIBic . Programa Petrobras Ambiental.

## BIODIVERSIDADE

A biodiversidade é a base do equilíbrio ecológico do planeta. Sua conservação deve se concentrar na manutenção das espécies em seus ecossistemas naturais, por meio do aumento e da implantação efetiva das áreas protegidas, que asseguram a manutenção da diversidade biológica, a sobrevivência das espécies ameaçadas de extinção e as funções ecológicas dos ecossistemas.

A biodiversidade interfere na estabilização do clima, na purificação do ar e da água, na manutenção da fertilidade do solo e do ciclo de nutrientes, além de apresentar benefícios culturais, paisagísticos e estéticos.

As principais formas de destruição da diversidade biológica são urbanização descontrolada, ocupação irregular do solo, exploração mineral, desmatamentos e fragmentação de ecossistemas, queimadas, superexploração de recursos naturais, utilização de tecnologias inadequadas na produção florestal, pesca, agropecuária e industrial, indefinição de políticas públicas e implantação de obras de infraestrutura sem os devidos cuidados. Acrescentam-se ainda a introdução de espécies exóticas da flora e da fauna e a comercialização ilegal de espécies silvestres.

O Brasil possui 25% da biodiversidade mundial, reunindo uma riqueza difícil de mensurar, pois há espécies que sequer foram identificadas. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estima o valor do patrimônio genético brasileiro em US\$ 2 trilhões (quatro vezes o PIB nacional). As cifras em jogo são altas. Produtos da biotecnologia (biodiversidade explorada), como cosméticos, remédios e cultivares, constituem um mercado global que chega a US\$ 800 bilhões por ano, cifra semelhante à do setor petroquímico.

**Itaboraí localiza-se** em uma região próxima à Baía de Guanabara, em uma região que abriga uma variedade de ecossistemas. *Áreas de preservação como a APA de Guapimirim, a Estação Ecológica da Guanabara, o Sítio Paleontológico São José e o Corredor Ecológico da Serra do Sambê possibilitam a existência de uma grande diversidade de espécies na região.*

Mas a fiscalização é insuficiente, apesar do trabalho dos órgãos ambientais no município. Segundo os participantes do Fórum, *faltam fiscais no Sítio Paleontológico São José, e a fiscalização é precária na APA de Guapimirim, em especial no manguezal de Itambi.*



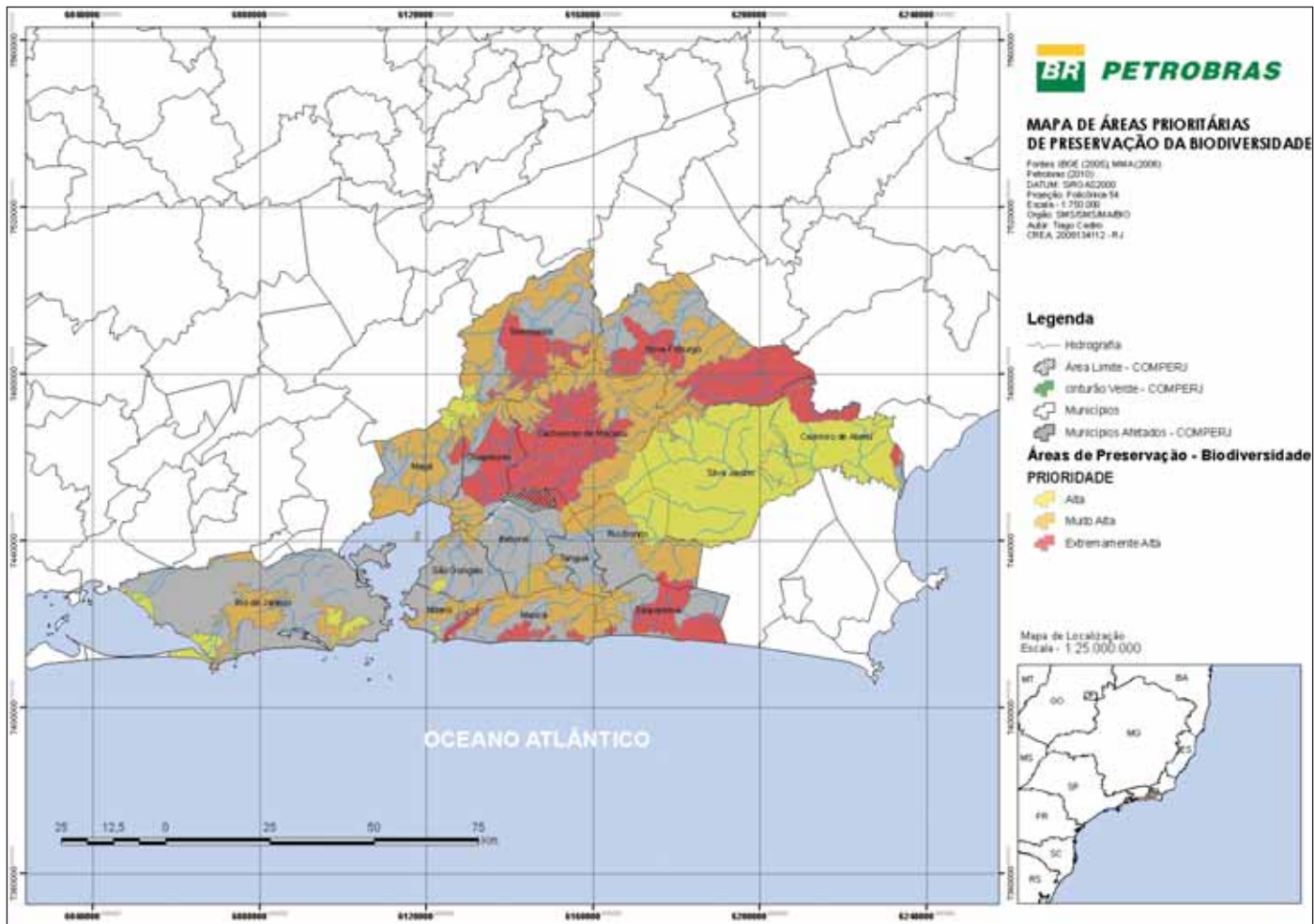
*O martim-pescador é uma das espécies de ave encontradas em Itaboraí*



*O caranguejo-uçá habita os mangues da região*



## Mapa 7: Áreas prioritárias para a preservação da biodiversidade no município de Itaboraí e arredores



Fontes: IBGE, MMA, Petrobras (2010).

Com o passar dos anos, a exploração dos recursos naturais tem causado sérios danos ao meio ambiente, resultando na extinção local de espécies. Segundo os participantes, a introdução de espécies exóticas (como o bagre africano) é uma das atividades que mais comprometem a biodiversidade local. E, apesar da existência de centros universitários nas proximidades da região, o município ainda não possui infraestrutura adequada à realização de pesquisas científicas.

Itaboraí conta com um acervo de dados na APA de Guapimirim e de entidades que desenvolvem projetos na região, mas os resultados ainda não foram amplamente divulgados. A falta de divulgação sobre o patrimônio biológico do município dificulta a fiscalização e o acompanhamento, pela população, do gerenciamento das áreas que constituem o Corredor Ecológico da Serra do Sambê-Santa Fé.



*O Carcará, conhecido localmente como Gavião Campeiro, também é encontrado na região de Itaboraí*

Uma das medidas para facilitar a adoção de ações estratégicas de preservação da biodiversidade é a realização de atividades de Educação Ambiental. Com o apoio do poder público local, estas iniciativas podem ajudar na tomada de decisões ligadas à gestão da biodiversidade, em especial *no manguezal da APA de Guapimirim*.

Os participantes do Fórum sentem *falta de mais atividades de Educação Ambiental voltadas para a população, principalmente em relação à caça de animais silvestres*. Um dos exemplos citados é o *Projeto Defeso*, que protege o caranguejo-uçá no período de reprodução – iniciativa desenvolvida devido à *preocupação com a extinção dessa espécie*.

Em relação à flora do município, vale destacar a *municipalização do Horto Pacheco*, local sugerido para a organização de projetos que promovam a preservação da flora local, além da produção de mudas e sementes de espécies nativas da Mata Atlântica para o reflorestamento.

Além disso, a Associação dos Produtores de Ornamentais e de Corte de Itaboraí (Itaflores) mantém *sítios produtores de orquídeas geneticamente modificadas*, que podem ser úteis para projetos científicos e tecnológicos.

Um dos maiores problemas são as áreas fragmentadas de Mata Atlântica, que, ao ficarem isoladas umas das outras, reduzem as possibilidades de manutenção dos processos ambientais, contribuindo para a perda da biodiversidade regional.



## PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

### ● Estratégias de proteção da biodiversidade

#### ■ Gestão pública

1. Ajustar as políticas públicas municipais à legislação estadual e federal de proteção à diversidade biológica.
2. Dar continuidade ao trabalho de gestão do Corredor Ecológico da Serra do Sambê.

#### ■ Fiscalização

3. Intensificar a fiscalização no sítio paleontológico São José.

#### ■ Capacitação

4. Capacitar funcionários das Secretarias de Meio Ambiente, Educação, Saúde, Urbanismo, Planejamento e o Fórum da Agenda 21 Local em temas relacionados à gestão da biodiversidade e políticas públicas.

#### ■ Comunicação

5. Divulgar informações sobre a riqueza e especificidade da biodiversidade do município para todos os setores da sociedade.
6. Divulgar a importância do Corredor Ecológico da Serra do Sambê na preservação da biodiversidade.

#### ■ Planejamento

7. Reunir os levantamentos das informações sobre a biodiversidade local, divulgando seus resultados para a população (ex.: dados do acervo da APA de Guapimirim, projetos de pesquisa de universidades).

### ● Ações para a proteção de espécies nativas da região

#### ■ Planejamento

1. Apoiar a continuidade do Projeto Defeso (ex.: proteção do caranguejo-uçá no período de reprodução).
2. Monitorar as espécies exóticas de fauna e flora introduzidas na região (ex.: bagre africano, acácia sombra-de-boi).

#### ■ Elaboração de programas e projetos

3. Elaborar projetos de repovoamento dos ecossistemas impactados pela construção do Comperj com espécies nativas da Mata Atlântica.

#### ■ Comunicação

4. Desenvolver programas de Educação Ambiental em escolas, associações e sindicatos, alertando sobre a importância da preservação da biodiversidade e os problemas ambientais causados pela extinção local de espécies.

#### ■ Capacitação

5. Implementar as atividades de capacitação e Educação Ambiental no Horto Pacheco.

#### ■ Infraestrutura

6. Construir hortos florestais com viveiros de mudas de espécies nativas da Mata Atlântica para serem utilizadas em projetos de reflorestamento.
7. Ampliar a equipe de fiscalização do Projeto Defeso na APA de Guapimirim, estendendo suas ações aos ecossistemas de Itaboraí (em especial ao manguezal de Itambi).

### Possíveis parceiros

Alerj . Associações de Moradores . Câmara Municipal . Conselho Gestor da APA de Guapimirim . Empresas associadas ao Comperj . Escola Nacional de Botânica Tropical . Escolas . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . Fundação SOS Mata Atlântica . Ibama . ICMBio . Inea . Instituições Religiosas . Jardim Botânico do Rio de Janeiro . MMA . MP . Museu Nacional do Rio de Janeiro . Núcleo Tecnológico Municipal . ONGs . Pacto Pela Restauração da Mata Atlântica . Prefeitura Municipal . SEA . Secretarias Municipais (Educação e Cultura, Meio Ambiente, Agricultura, Abastecimento e Pesca) . Universidades . Veículos de comunicação local.

### Possíveis fontes de financiamento

BVS&A . CNPq . Faperj . Fecam . Finep . FNMA . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . Fundação SOS Mata Atlântica . Fundo Municipal de Meio Ambiente . ICMS Verde . Pibic . Programa Petrobras Ambiental . Química Amparo (Produtos Ypê).

## MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O aumento da concentração dos gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera contribui para a retenção de calor na Terra, provoca a elevação da temperatura média do planeta e é a principal causa das mudanças climáticas. Isso se deve, principalmente, à queima de combustíveis fósseis (petróleo, gás natural e carvão mineral), ao desmatamento, às queimadas e aos incêndios florestais.

As principais consequências do agravamento do efeito estufa são: temperaturas globais médias mais elevadas, resultando em ruptura dos sistemas naturais; mudanças nos regimes de chuva e nos níveis de precipitação em muitas regiões, com impactos na oferta de água e na produção de alimentos; maior incidência e intensidade de eventos climáticos extremos, como ondas de calor, tempestades, enchentes, incêndios e secas; elevação do nível do mar e alterações de ecossistemas, como o aumento de vetores transmissores de doenças e sua distribuição espacial.

Na maioria dos países, a maior dificuldade para controlar a emissão de GEE reside na queima de combustíveis fósseis para a obtenção de energia. Já no Brasil, as principais causas são as queimadas e as emissões dos veículos automotores. A temperatura média no País aumentou aproximadamente 0,75 °C no século 20, o que tem intensificado a ocorrência de secas e enchentes, e provocou o surgimento de fenômenos climáticos que não ocorriam no Brasil, como furacões.

O clima de Itaboraí é do tipo tropical úmido, com sazonalidade bastante definida. O verão é quente, úmido e muito chuvoso; o inverno é frio e seco. Com base nos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Meteorologia (2006), a temperatura média anual é de 25 °C, e a precipitação média anual é de 1.200 mm, aproximadamente.

O crescimento urbano desordenado contribui para as mudanças climáticas na região. O desmatamento dos remanescentes florestais de Mata Atlântica favorece o aumento da temperatura, além de modificar a umidade relativa do ar. Paralelamente, a *combustão de materiais poluentes do lixo que não vai para o aterro sanitário* ocasiona grande emissão de gases que além de causar danos ao meio ambiente pode comprometer a saúde da população em virtude da alteração da qualidade do ar.

Uma das grandes preocupações relacionadas ao tema é à *falta de infraestrutura dos órgãos ambientais competentes para fiscalizar as empresas poluidoras instaladas na região. O aumento do número destas indústrias no município a partir da instalação do Comperj* aflige a população, que teme a *falta de utilização de filtros* e identifica a necessidade de maior atuação dos órgãos responsáveis pelo controle e fiscalização ambiental.

**Aterros** – Existem três formas de disposição de resíduos em aterros: os aterros sanitários, que recebem os resíduos de origem urbana (domésticos, comerciais, públicos, hospitalares etc.); os industriais (somente para resíduos considerados perigosos); e os aterros controlados para lixo residencial urbano, onde os resíduos são depositados e recebem uma camada de terra por cima. Na impossibilidade de reciclar o lixo por compostagem acelerada ou a céu aberto, as normas sanitárias e ambientais recomendam a adoção de aterro sanitário e não controlado.



*As olarias são uma das fontes de emissão de gases de efeito estufa na região*

As questões relacionadas ao *aumento do número de veículos* no município devem ser discutidas junto aos órgãos ambientais competentes. A prefeitura conta com uma *frota circulante de automóveis e veículos pesados movidos a gás natural*. A *grande quantidade de postos de GNV* (o maior número em todo o estado – 14 postos) serve de estímulo para os proprietários converterem seus veículos para este tipo de combustível.

Segundo os moradores, existe a vontade de desenvolver projetos de crédito de carbono. Contudo, o município ainda sofre com a *falta de intercâmbio entre os poderes público e privado e a sociedade civil organizada, voltado para o comércio do crédito de carbono*. Sob este aspecto, iniciativas do poder público podem exercer um papel fundamental para o surgimento de negócios.

A estruturação de *parcerias entre as Secretarias Municipais* é o primeiro passo para a formulação de políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas. A *existência do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema), do Conselho Municipal de Políticas Urbanas (Itaurb) e do Conselho Municipal de Saúde (CMS)* é muito importante para fortalecer o Fórum da Agenda 21 Local nas discussões sobre este tema.

Itaboraí tem um grande número de postos de abastecimento de GNV e a frota da prefeitura é composta de veículos a GNV, inclusive os de transporte pesado.

Uma das medidas que poderiam ser estimuladas no município consiste em *incentivar as empresas a assumir sua responsabilidade ambiental, através de mecanismos como o Termo de Ajustamento de Conduta e Termos de Compensação*. Da mesma forma, é preciso realizar atividades de Educação Ambiental, buscando conscientizar a população sobre as questões relacionadas às mudanças climáticas.

## PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

### ● Ações de combate às mudanças climáticas

#### ■ Gestão pública

1. Fortalecer as parcerias entre as Secretarias Municipais e os Conselhos envolvidos nas iniciativas de combate às mudanças climáticas.
2. Incentivar o poder público local a desenvolver ações adequadas ao Plano Nacional de Mudanças Climáticas.

#### ■ Fiscalização

3. Buscar melhores condições de funcionamento para os órgãos fiscalizadores ligados direta ou indiretamente à questão do meio ambiente.

#### ■ Comunicação

4. Divulgar informações sobre a existência de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo que possam ser úteis na obtenção de créditos de carbono.
5. Divulgar informações sobre a importância do combate à poluição atmosférica.
6. Divulgar o uso que o município faz de combustíveis alternativos

#### ■ Planejamento

7. Promover a conversão dos veículos (públicos e particulares) para o combustível GNV.

### ● Monitoramento da qualidade do ar

#### ■ Capacitação

1. Intensificar o treinamento de técnicos da Secretaria de Meio Ambiente junto às universidades.

#### ■ Gestão pública

2. Elaborar uma legislação complementar que condicione o licenciamento de indústrias à instalação de estações de monitoramento da qualidade do ar.

3. Implantar no processo de licenciamento local a compensação ambiental para empresas e empreendimentos que gerem impactos no ambiente.

4. Oferecer incentivos fiscais a indústrias que utilizem tecnologias limpas.

#### ■ Comunicação

5. Solicitar acesso aos parâmetros e ao monitoramento da bacia aérea realizado pelo Comperj, através de sua rede interna.

#### ■ Planejamento

6. Incluir o metano e o CFC (clorofluorcarboneto) nos parâmetros a serem monitorados na rede de qualidade do ar.

#### ■ Fiscalização

7. Fiscalizar e monitorar os filtros já instalados nas empresas.
8. Ampliar a fiscalização de acordo com as leis das emissões de gases da frota de veículos, em parceria com os órgãos fiscalizadores, como Dnit, Detro e Inea.

### Possíveis parceiros

Conselho Comunitário de Segurança Pública . Detro . DNIT . Empresas associadas ao Comperj . Ibama . Inea . Inmet . Inpe . Ministérios (Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia) . Prefeitura Municipal . SEA . Secretarias Municipais (Educação e Cultura, Meio Ambiente, Comunicação) . Universidades . Veículos de comunicação local.

### Possíveis fontes de financiamento

CNPq . Empresas Associadas ao Comperj . Faperj . Fecam . Fundo Municipal de Meio Ambiente . Pibic . Programa Petróbras Ambiental.







2

Ordem Física



## HABITAÇÃO

A Agenda 21, em seu capítulo 7, afirma que o acesso à habitação segura e saudável é essencial para o bem-estar físico, psicológico, social e econômico das pessoas e que o objetivo dos assentamentos humanos é melhorar as condições de vida e de trabalho de todos, especialmente dos pobres, em áreas urbanas e rurais.

Essa menção especial aos mais pobres se deve ao fato de que estes tendem a estar nas áreas ecologicamente mais frágeis ou nas periferias das grandes cidades. Moradores instalados em assentamentos precários estão mais sujeitos a problemas como falta de saneamento e de serviços públicos adequados e a desastres naturais, como inundações e deslizamentos de terra.

O déficit habitacional do Brasil é de 5,8 milhões de domicílios. Com os projetos de habitação popular no País sendo guiados pelo menor preço, é importante considerar os novos parâmetros propostos pela construção sustentável ao se planejarem os investimentos necessários para atender a essa imensa demanda.

Além de evitarem o desperdício de água e de energia, novas tecnologias garantem conforto e segurança, e facilitam a utilização de materiais que causam menos impactos ambientais. As habitações sustentáveis também se mostram mais econômicas e eficientes a médio prazo.

**Déficit habitacional** – Número de domicílios improvisados, inadequados para se viver e/ou onde existe coabitação familiar e/ou onde famílias pobres pagam um aluguel que excede 30% da sua renda familiar.

Com uma taxa de crescimento populacional acima de 2% ao ano, Itaboraí é o principal município da Área Diretamente Afetada (ADA)<sup>3</sup> do Comperj, e vem atraindo pessoas em busca de oportunidades de emprego e renda ou custos mais baixos de moradia – situação que deve se intensificar à medida que prossegue a instalação do empreendimento. (Lima/Coppe/UFRJ, 2009).

Segundo pesquisa da ONU-Habitat/UFF, entre 2006 e 2008, o número de domicílios particulares de Itaboraí aumentou 9,34%, e a área urbanizada, 37,97%. No mesmo período, o número de domicílios no Conleste<sup>4</sup> aumentou 4,94%, e a área urbanizada cresceu 27,23%.

---

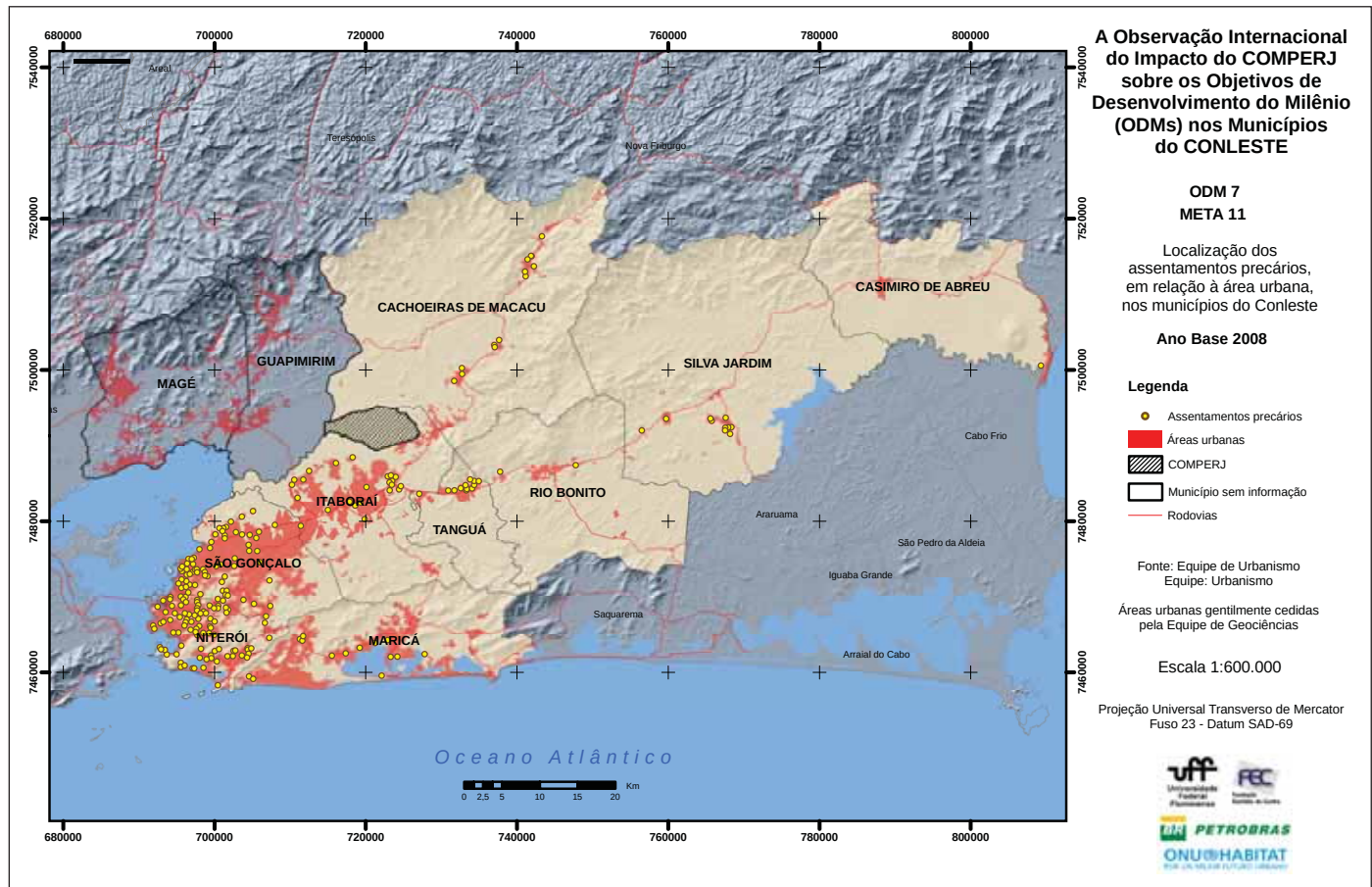
3 Este Complexo tem como “Área Diretamente Afetada” (ADA) os municípios que estão em um raio de distância de até 10 km do empreendimento (Itaboraí, Guapimirim, Tanguá e Cachoeiras de Macacu); como “Área de Influência Direta” (AID), os municípios situados em um raio de distância de 20 km (Rio Bonito, São Gonçalo e Magé); e Niterói, Maricá, Casimiro de Abreu e Silva Jardim na “Área de Influência Indireta” (AII) (EIA-RIMA / Ibama, 2007).

4 Conleste – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Leste Fluminense. Reúne os municípios do entorno de Itaboraí, onde será instalado o Comperj: Itaboraí, Niterói, São Gonçalo, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Magé, Maricá, Rio Bonito, Silva Jardim, Araruama e Tanguá.

Em 2006, Itaboraí tinha 25 assentamentos precários – número que se manteve em 2008, correspondendo a 9,31% dos domicílios particulares permanentes urbanos do município. No entanto, a área ocupada cresceu 4,63%, um aumento menor que o observado no Conleste (18,31%). O Fórum da Agenda 21 apontou a existência de um processo inicial de favelização no município.

**Assentamentos precários – 1)** Favelas, vilas, mocambos; **2)** Loteamentos irregulares e moradores de baixa renda; **3)** Cortiços; **4)** Conjuntos habitacionais degradados  
(Fonte: Ministério das Cidades).

## Mapa 8 – Assentamentos precários em relação à área urbana nos municípios do Conleste



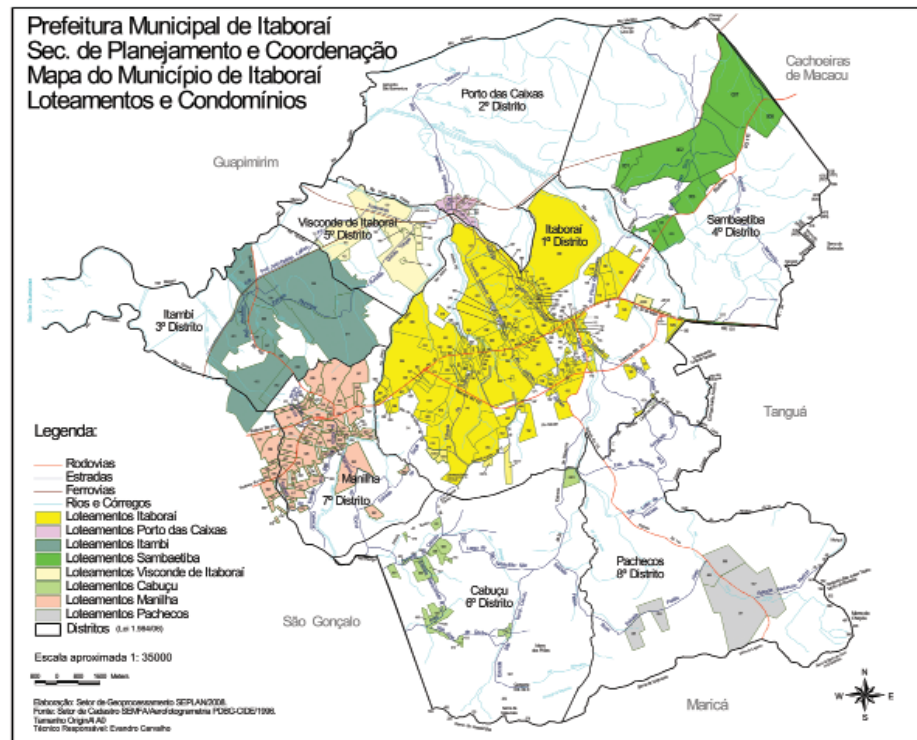
Fonte: Onu-Habitat – UFF (2010).

O grupo manifestou preocupação com *aumento da população de rua no município* e com a *falta de cuidado com essas pessoas, e também com o surgimento de moradias precárias em áreas inundáveis e sem titularidade*.

Segundo estudos do Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente (Lima/Coppe/UFRJ, 2009), Itaboraí é um dos municípios que, em 2020, deverão ter a área urbana aumentada a ponto de gerar pressões socioambientais críticas. Porém, dispõe de áreas que, apesar de impactadas, ainda não foram urbanizadas e podem comportar essa expansão. A avaliação é corroborada pelos participantes do processo de construção da Agenda 21, que afirmaram

que o município dispõe de 70 mil lotes vagos e grande extensão territorial. O grupo mostrou-se preocupado com as moradias inadequadas instaladas em Áreas de Preservação Permanente (APPs), matas ciliares, topos de morros e declives elevados.

### Mapa 9: Descrição dos loteamentos e condomínios existentes nos distritos de Itaboraí



Fonte: Prefeitura de Itaboraí (2008).

De acordo com o mesmo estudo, o grande número de pessoas que moram em uma mesma residência é uma evidência do déficit habitacional do município. Itaboraí tem 10% dos domicílios nessa condição, índice superior ao dos demais municípios da região.

Segundo os participantes do Fórum, falta implementar as políticas existentes para assentamentos humanos e promover a integração do trabalho das Secretarias de Planejamento e de Fazenda, cartórios e imobiliárias para o mapeamento e titularidade dos imóveis no município.

Há preocupação com a ocupação e uso desordenado do solo e já começam a ocorrer casos de grilagem no município. Além disso, vem aumentando a especulação imobiliária, que leva à urbanização das áreas rurais.

O município possui Plano Diretor e está construindo um Plano Distrital.



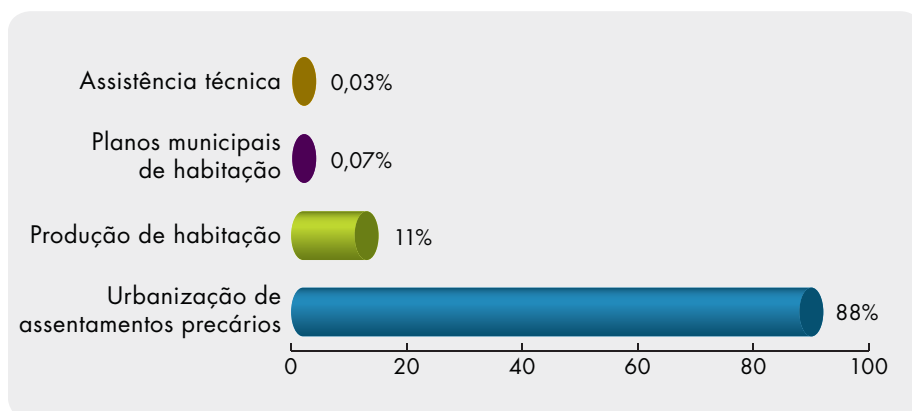


Conjunto habitacional em construção  
na BR 493, bairro Itambi, no 3º Distrito

Quanto à necessidade de ordenamento do município, foi destacada a apreensão com o aumento da *poluição visual*.

As ações previstas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na área da Habitação para o período de 2007 a 2010 somam investimentos de R\$ 120 milhões para a Região do Conleste, cuja distribuição está indicada no Gráfico 2.

### Gráfico 2: Distribuição dos investimentos do PAC nos municípios do Conleste



Fonte: Relatório de Acompanhamento de Indicadores do Milênio na Região do Conleste Ano 2009 – Relatório do Termo Aditivo.

O Balanço 3 Anos PAC para o Rio de Janeiro de fevereiro de 2010 indica que em Itaboraí houve investimentos de R\$ 75.030.900,00 na área de habitação ao longo daquele ano.

## PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

### ● Plano de desenvolvimento habitacional urbano

#### ■ Gestão pública

1. Reavaliar o planejamento urbano e habitacional do município, para o desenvolvimento de programas e projetos.
2. Rever o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, promovendo a adequação dos recursos orçamentários ao planejamento habitacional.
3. Elaborar Planos Diretores Distritais, como estratégia complementar para evitar a favelização.

#### ■ Comunicação

4. Divulgar os estudos realizados para identificar áreas disponíveis para a implantação de programas habitacionais.
5. Divulgar a existência dos programas habitacionais populares realizados no município (ex.: Programa Minha Casa, Minha Vida).

#### ■ Fiscalização

6. Cobrar maior fiscalização, dificultando as invasões e as construções irregulares.

#### ■ Elaboração de programas e projetos

7. Desenvolver programas e projetos que contenham a o aumento do número de submoradias no município, com base no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.

### ● Programa de atendimento às populações em situação de risco social

#### ■ Infraestrutura

1. Ampliar o número de Casas de Passagem e Abrigos para atender aos moradores de rua.

#### ■ Elaboração de programas e projetos

2. Elaborar programas de atendimento e inserção profissional à população vulnerável a situações de risco social.

3. Elaborar projeto de gratuidade para fornecimento de títulos de propriedade à população de baixa renda.

### ● Plano de democratização do uso do solo

#### ■ Gestão pública

1. Adequar o Código de Posturas às necessidades locais.
2. Remanejar as famílias que habitam áreas de risco e APAs, mediante a elaboração de políticas de habitação que atendam às suas necessidades (mobilidade, empregabilidade e serviços).
3. Elaborar um plano de emergência para áreas de risco.
4. Adaptar a legislação municipal às diretrizes federais de acordo com a realidade local.
5. Cumprir o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, que delimita o Zoneamento Ecológico Econômico do município.

#### ■ Fiscalização

6. Fiscalizar e coibir a especulação imobiliária.
7. Fiscalizar as Áreas de Proteção Ambiental e as Áreas de Preservação Permanente existentes no município.
8. Fiscalizar as áreas que estão sendo ocupadas de forma irregular.

### Possíveis parceiros

Ampla . Câmara Municipal . Cartórios . Conselho Municipal de Meio Ambiente . Eletrobras . Empresas associadas ao Comperj . Fia . IBGE . Ministério das Cidades . ONGs . Prefeitura Municipal . Secretarias Estaduais (Assistência Social e Direitos Humanos, Obras, Habitação e Renda) . Secretarias Municipais (Meio Ambiente, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Obras e Serviço Público, Desenvolvimento Social).

### Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . BNDES . Caixa Econômica Federal . CT-Energ . CT-Infra . Empresas associadas ao Comperj . Finep . LOA . Ministérios (Cidades, Minas e Energia) . PAC . Plano Nacional de Habitação . Secretaria Estadual de Habitação.

## SANEAMENTO

Saneamento ambiental é o conjunto de práticas voltadas para a conservação e a melhoria das condições do meio ambiente em benefício da saúde. Envolve abastecimento de água, esgoto sanitário, coleta de resíduos sólidos, drenagem urbana e controle de doenças transmissíveis.

De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais 2010 do IBGE, em 2009, 62,6% dos domicílios brasileiros urbanos eram atendidos, ao mesmo tempo, por rede de abastecimento de água, rede coletora de esgoto e coleta de lixo direta, porém com grande disparidade entre as regiões do País (13,7% no Norte e 85,1% no Sudeste). Consequência da rápida urbanização do País, esse quadro indica que o saneamento é um dos pontos mais críticos da crise urbana no Brasil e demanda medidas urgentes da maioria dos municípios brasileiros.

Além do comprometimento ambiental resultante da ausência de saneamento adequado, são consideráveis as perdas econômicas e sociais causadas pela morbidade e mortalidade que atingem principalmente as crianças. O Ministério da Saúde estima que cada R\$ 1 investido em saneamento retorna em R\$ 5 de custos evitados no sistema de saúde pública.

**Em Itaboraí, os participantes** afirmaram que falta investimento em saneamento básico e temem a ocorrência de problemas de saúde como consequência.

### Esgoto Sanitário

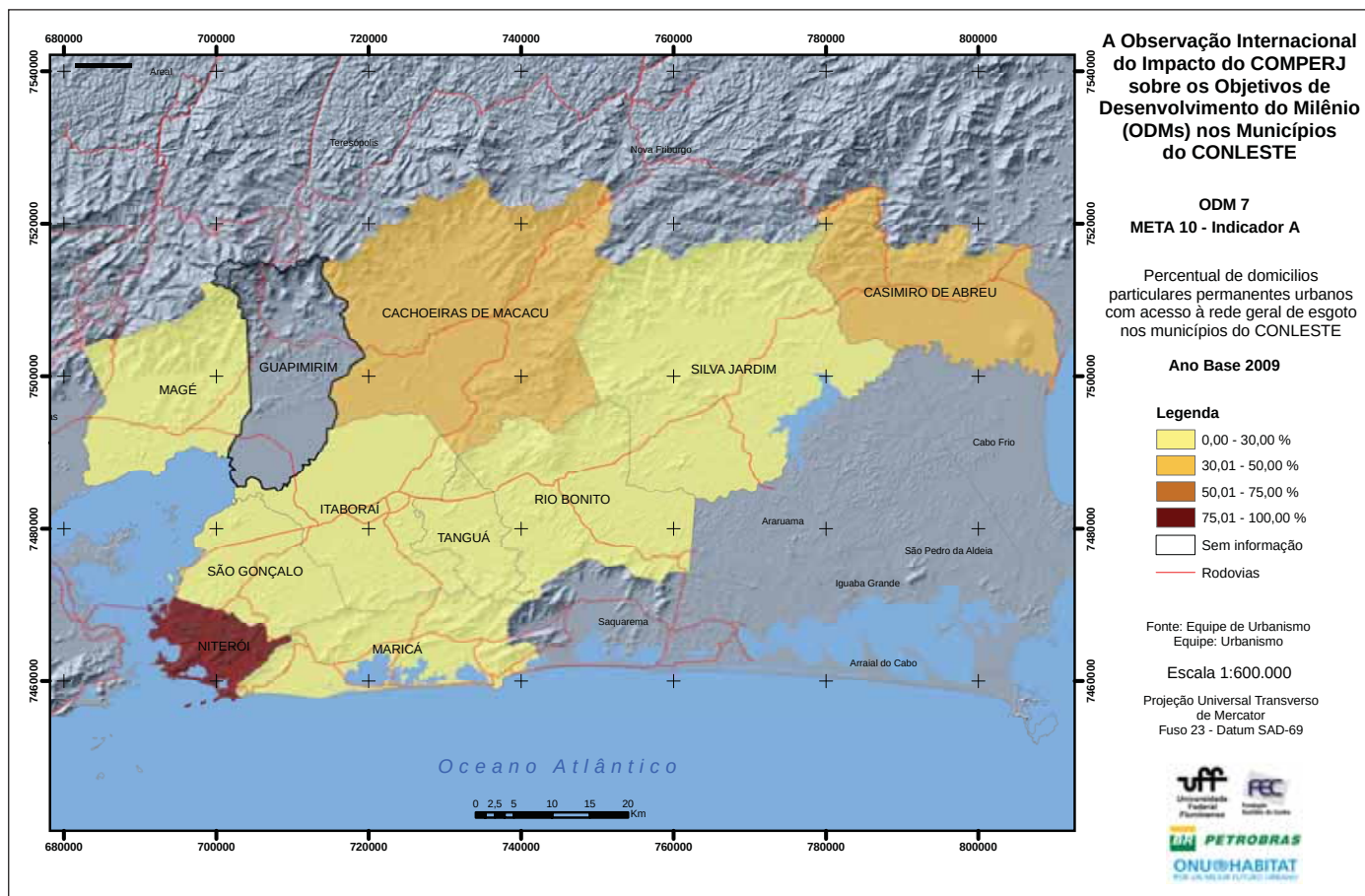
Em Itaboraí a maioria da população não possui rede oficial de coleta de esgoto – a água das chuvas e o escoamento do esgoto são feitos pela mesma rede de drenagem e despejados sem qualquer tratamento nos rios da região. De acordo com informações da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae), apenas 0,05% dos domicílios particulares permanentes urbanos possuíam acesso ao serviço de esgotamento sanitário, o que caracteriza uma situação de extrema precariedade. *Segundo os participantes, apenas 28% da população são atendidos por rede de esgoto, mas o sistema de tratamento é precário (cerca de 90% do esgoto são lançados in natura). Falta infraestrutura.*

*O grupo também informou que há quatro Estações de Tratamento Primário de Esgoto (ETE), mas acrescentou que o funcionamento é precário.*

**Estação de Tratamento de Esgotos (ETE)** – Infraestrutura que trata as águas residuais de origem doméstica e/ou industrial, comumente chamadas de esgotos sanitários ou despejos industriais. Após o tratamento, são escoadas para o mar ou rio com um nível de poluição aceitável (ou então, são “reutilizadas” para usos domésticos), através de um emissário, conforme a legislação vigente para o meio ambiente receptor.



**Mapa 10: Percentual de domicílios permanentes urbanos com acesso à rede geral de esgoto nos municípios do Conleste**



Fonte: ONU-Habitat/UFF (2010).

O Balanço 3 Anos PAC para o Rio de Janeiro de fevereiro de 2010 indica que o município investiu R\$ 1.317.700,00 na elaboração de projeto básico de engenharia para ampliação do serviço de abastecimento de água da sede municipal e que o Estado investiu mais R\$ 2.823.000,00 na elaboração de projetos do serviço de esgotamento sanitário. Já a Funasa está investindo R\$ 585.000,00 no esgotamento sanitário do município.

### Abastecimento de Água

Segundo os participantes, há *carência de água tratada e encanada no município e intermitência no seu fornecimento*. De acordo com pesquisa da ONU-Habitat/UFF em Itaboraí, entre 2006 e 2008 a Cedae ampliou o serviço de abastecimento de água em 7,56%, passando a atender 20,81% dos domicílios. Este índice ainda se encontra muito abaixo dos demais municípios

da região. Grande parte da população utiliza água de poços artesianos ou recorre a caminhões-pipas.

*Um acordo assinado em 15 de março de 2009 previa obras para aumentar em 50% a capacidade da Estação de Tratamento de Água (ETA) de Porto das Caixas, ampliando a produção de água em cem litros por segundo na região.*

*Os participantes demonstraram preocupação com o possível comprometimento da qualidade da água e informaram que o preço da água é considerado abusivo no município, levando a soluções particulares, como a construção de poços.*

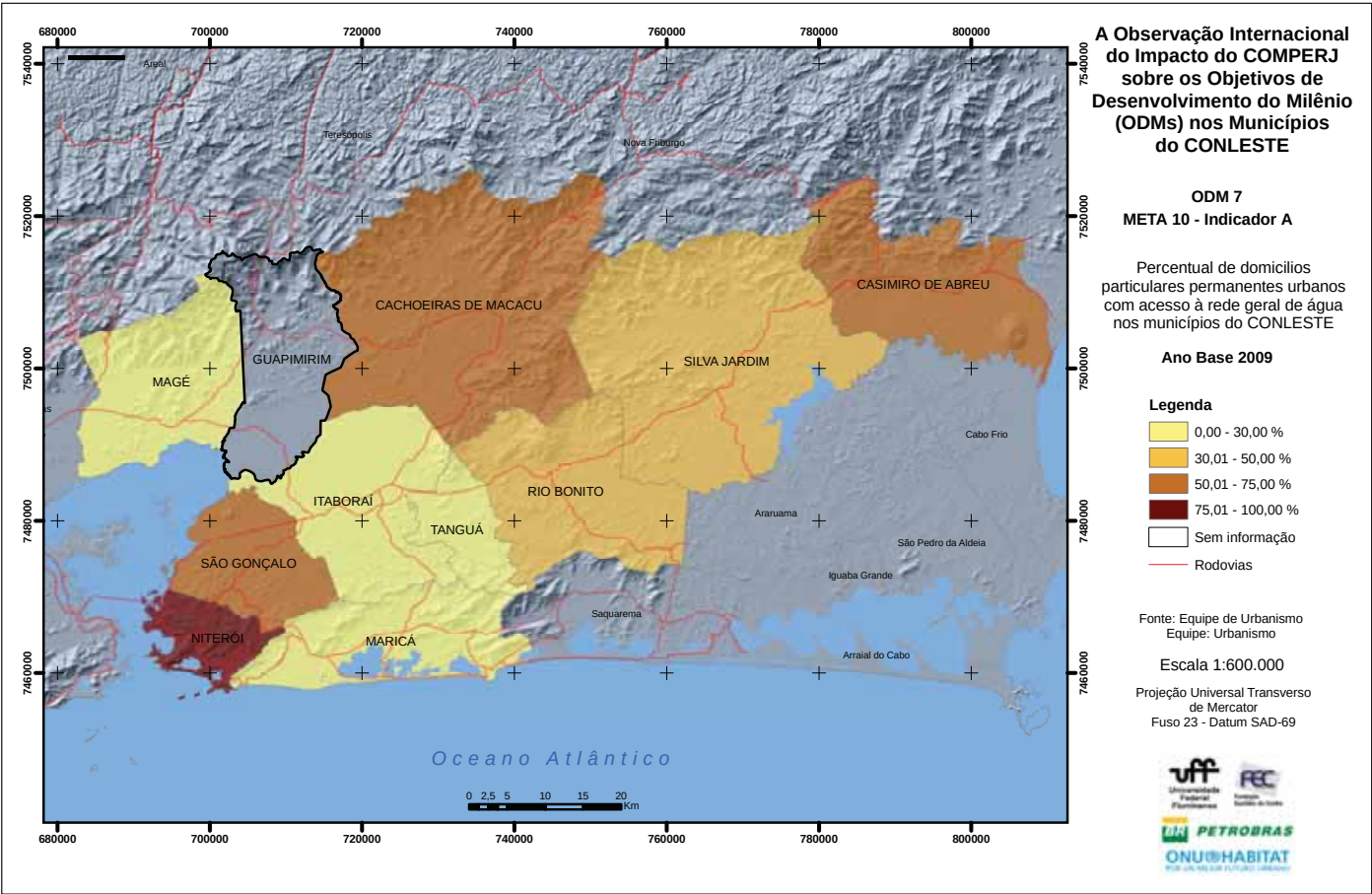
Há diversos investimentos em saneamento em Itaboraí:

- **Prefeitura:** drenagem no bairro Joaquim de Oliveira, atendendo a 150 famílias. Investimento de R\$ 4 milhões;
- **Prefeitura:** drenagem, pavimentação de vias e construção de redes de água e esgoto na Reta Velha, beneficiando os bairros de Visconde, Santo Antônio e Eliópolis. As obras estão sendo finalizadas. Investimento de R\$ 3 milhões;
- **PAC:** ampliação da rede de abastecimento de água, executada pela Cedae, para atender a aproximadamente 5 mil famílias. Entrega prevista para 2011;
- **Prefeitura e Petrobras** (contrapartida pela instalação do Comperj): ampliação da rede de abastecimento de água e de coleta de esgoto em Porto das Caixas, beneficiando 4,1 mil famílias, segundo a Cedae. As obras foram iniciadas em novembro de 2010;
- **Prefeitura:** implantação de um Centro de Tratamento de Resíduos (CTR), terceirizado, para monitoramento do aterro existente e disposição e tratamento dos resíduos no novo aterro.



*Balança na entrada do Centro de Tratamento de Resíduos de Itaboraí*

### Mapa 11: Domicílios particulares urbanos com acesso à rede geral de água nos municípios do Conleste



Fonte: ONU-Habitat / UFF (2010).



O CTR de Itaboraí também atenderá municípios vizinhos

### Resíduos Sólidos

Segundo a Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), em 2007, Itaboraí produzia 190.044 kg/dia de resíduos sólidos, destinados a um vazadouro a céu aberto, a cerca de 200 metros do Rio Aldeia.

Os participantes esperam que essa situação melhore devido à *aprovação do Código de Resíduos Sólidos pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema), que tramita no Legislativo, e à construção do aterro sanitário licenciado (Centro de Tratamento de Resíduos de Itaboraí), aprovado pela SEA, que terá capacidade para 800 t/dia.*

A percepção geral é de que *falta um plano de gerenciamento integrado do lixo e há preocupação com o aumento da produção de resíduos em decorrência do crescimento populacional e industrial, o que pode causar a diminuição da vida útil do aterro sanitário de Itambi.*





Projeto Re-Cooperar II, desenvolvido pela ONG Guardiões do Mar, no bairro São Joaquim.

Segundo estudo do Lima/UFRJ (2005), a *coleta regular de lixo alcançava apenas 60,05% do volume produzido*. Na avaliação dos participantes, houve *queda da qualidade do serviço de coleta de resíduos urbanos, impactando a qualidade da saúde do município*.

O grupo lastimou a *falta de aplicação das propostas constantes do projeto de re-úso e reciclagem de lixo desenvolvido pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente*.

*Não há coleta seletiva de lixo, apesar da aprovação no Comdema do projeto de coleta seletiva municipal, encaminhado à Petrobras.*

O grupo informou que no município há *cooperativas que incentivam a reciclagem e que transformam lixo em artesanato com o reaproveitamento de materiais diversos, como fonte de renda*.

A Petrobras apoia o Projeto Re-Cooperar II – Programa de Desenvolvimento e Cidadania para Catadores de Material Reciclável Urbano para Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho. Com o objetivo de instituir uma rede regional de pré-beneficiamento e comercialização de materiais recicláveis nos municípios de Itaboraí, São Gonçalo e Niterói, o programa prevê a geração de trabalho e renda para 300 catadores de materiais recicláveis.

## PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

### ● Programa de distribuição de águas

#### ■ Infraestrutura

1. Ampliar os serviços de abastecimento de água para todos os distritos do município.
2. Assegurar a manutenção adequada da operação das adutoras instaladas na região.

#### ■ Planejamento

3. Reativar as análises periódicas da qualidade da água, desde a captação até o consumo.

#### ■ Gestão pública

4. Revisar e cumprir o contrato existente entre a Cedae e a prefeitura.

#### ■ Fiscalização

5. Fiscalizar as ligações clandestinas das canalizações de água.
6. Fiscalizar a abertura de poços artesianos.

### ● Saneamento ambiental para todos

#### ■ Gestão pública

1. Elaborar o Plano Diretor de Saneamento Ambiental, visando a uma futura regionalização de demandas entre os municípios próximos.
2. Integrar as Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Saúde para desenvolver ações de monitoramento e diagnóstico de problemas de saúde decorrentes da falta de saneamento ambiental.

#### ■ Infraestrutura

3. Cobrar da Cedae a melhoria da infraestrutura das Estações de Tratamento de Água e Esgoto que atendem ao município.
4. Ampliar e estruturar o Sistema de Esgoto Sanitário Domiciliar, com o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis (fossa séptica, filtros biológicos, fossas filtros, biodigestores), com monitoramento dos órgãos públicos competentes.

### ● Gerenciamento integrado dos resíduos sólidos

#### ■ Gestão pública

1. Cobrar a implantação do Plano Diretor de Resíduos Sólidos.

#### ■ Infraestrutura

2. Viabilizar a criação de um aterro sanitário adequado às demandas municipal e regional.
3. Criar um Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos no município.
4. Melhorar o sistema de coleta regular de lixo, atendendo a todos os distritos de Itaboraí.

#### ■ Comunicação

5. Promover campanhas informativas e educativas para orientar a população sobre a destinação adequada do lixo.

#### ■ Fiscalização

6. Combater o acúmulo de lixo nos terrenos baldios.
7. Fiscalizar as empresas que não destinam adequadamente os resíduos produzidos.

### ● Promoção da reciclagem de lixo no município

#### ■ Infraestrutura

1. Monitorar a capacidade de atendimento da Usina de Reciclagem, localizada na região de Itambi.
2. Instalar Ecopontos em localidades estratégicas que possam receber os resíduos sólidos de todos os bairros.
3. Instalar Centros de Triagem para desenvolver e incentivar projetos que estimulem a geração de renda a partir do reaproveitamento de resíduos.
4. Instalar caçambas de lixo para a coleta de entulho de obras.

#### ■ Planejamento

5. Criar cooperativas de catadores.
6. Promover a produção de artesanato a partir de resíduos comercializáveis.
7. Criar uma rede de comercialização dos produtos artesanais.

#### ■ Elaboração de programas e projetos

8. Elaborar programas intensivos de coleta seletiva e reciclagem do lixo domiciliar.

#### ■ Comunicação

9. Elaborar um plano de mobilização e comunicação que conscientize a população do município sobre a importância de separar o lixo.



## ■ Gestão pública

- 10.** Promover, por intermédio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o Plano Distrital de Recolhimento de Resíduos Comercializáveis, utilizando o trabalho da organização local de catadores.

## Possíveis parceiros

Associações de Moradores . Câmara Municipal . Cedae . Conleste . Cooperativas de reciclagem . Coppe-UFRJ . Departamento de Vigilância Sanitária . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . IBGE . Inea . Instituições religiosas . Ministérios (Cidades,

Meio Ambiente) . MP . OAB . ONGs . Prefeitura Municipal . Secretaria Estadual de Obras . Secretarias Municipais (Educação e Cultura, Saúde, Obras e Serviço Público, Desenvolvimento Social) . Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itaboraí (SAAE). Universidades . Veículos de comunicação local.

## Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . Banco Real Santander . BID . BNDES . Caixa Econômica Federal . CT-Infra . Emater . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Fecam . Finep . Funasa . ICMS-Verde . LOA . Ministério das Cidades . PAC.

## MOBILIDADE E TRANSPORTE

Praticamente todos os aspectos da vida moderna estão ligados a sistemas de transporte que permitem o deslocamento de pessoas, matérias-primas e mercadorias. Nosso ambiente, economia e bem-estar social dependem de transportes limpos, eficientes e acessíveis a todos. No entanto, os meios de transporte disponíveis são insustentáveis e ameaçam a qualidade de vida e a saúde da população e do planeta.

Nos últimos 30 anos, os investimentos públicos no Brasil privilegiaram a infraestrutura voltada para a circulação dos automóveis. Além da poluição atmosférica e sonora, este modelo de transportes gera um trânsito caótico e violento, que causa acidentes com milhares de mortes todos os anos.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), o setor de transportes já é responsável por um quarto das emissões de dióxido de carbono em todo o mundo. A tendência é que entre 2005 e 2030 essas emissões aumentem 57%, sendo 80% deste crescimento nos países em desenvolvimento e, em sua grande maioria, provenientes de carros particulares e caminhões.

Sistemas de transportes sustentáveis demandam uma boa distribuição de serviços nos bairros, de forma a reduzir a necessidade de deslocamentos, assim como transporte público de qualidade e ciclovias.

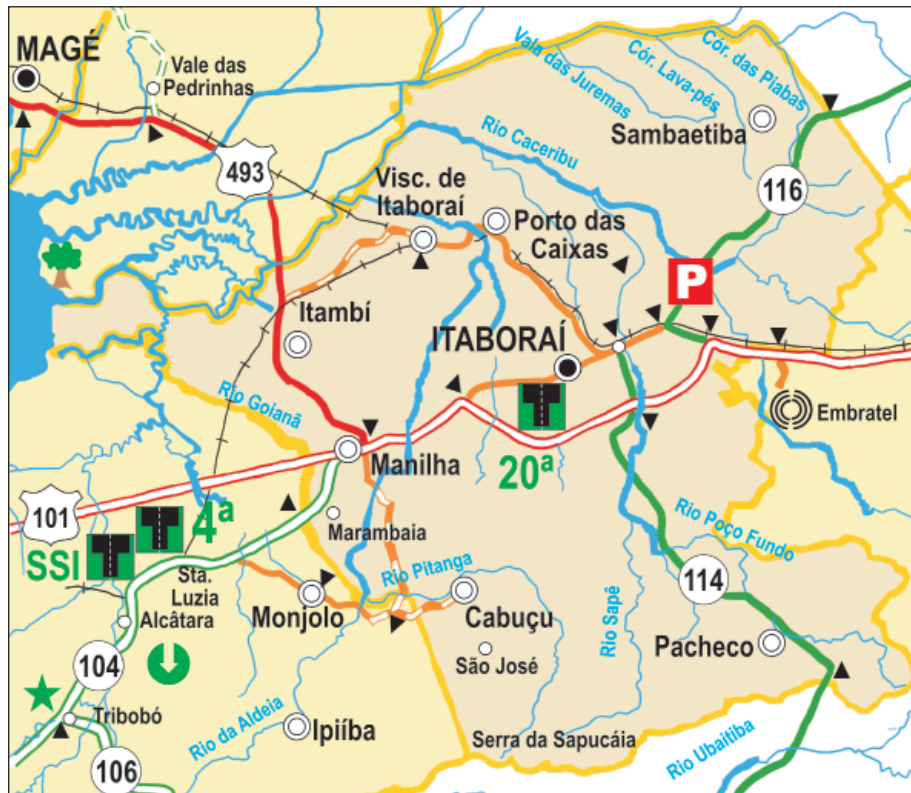


Segundo os participantes do Fórum, o município precisa melhorar seu sistema de transporte

Segundo os participantes do Fórum, falta um sistema ferroviário para atender às necessidades de deslocamento das pessoas no município. O transporte público legalizado é deficitário e monopolizado, além de não atender às áreas mais distantes, o que leva os moradores a lançar mão de meios de deslocamentos clandestinos. Segundo o grupo, o município não conta com uma legislação específica para os transportes, além de não cumprir as leis estadual e federal.

O município conta com estudos do Conleste e de outras fontes que são potencialidades para o desenvolvimento de uma política de transportes que atenda às necessidades da população. O grupo se preocupa com o possível aumento da poluição sonora no trânsito.

### Mapa 12: Localização das principais estradas do município de Itaboraí



Fonte: DNER (2010).

## PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

### ● Estruturação da mobilidade e transporte municipal

#### ■ Fiscalização

1. Fiscalizar as licitações e contratos para a concessão de serviços de transporte coletivo.

#### ■ Comunicação

2. Divulgar os processos licitatórios, garantindo sua transparência.

#### ■ Gestão pública

3. Viabilizar a normatização das empresas de transporte público.
4. Agilizar a distribuição do RioCard para estudantes, idosos e pessoas com deficiência.

#### ■ Infraestrutura

5. Buscar subsídios para revitalizar o transporte ferroviário no município.
6. Adaptar as calçadas, assegurando fácil acesso de idosos e pessoas com deficiência.

7. Construir barreiras de proteção para estimular as pessoas a usarem as faixas de pedestres.

8. Criar ciclovias interligando todos os distritos do município.

#### ■ Planejamento

9. Criar novas cooperativas de transporte alternativo, visando melhor atendimento da população.

### Possíveis parceiros

Agetransp . Concessionária Autopista Fluminense . DNER . DNIT . Fetranspor . FGV . Metrô Rio . ONGs . Secretaria Estadual de Transportes . Secretarias Municipais (Transportes, Obras e Serviço Público) . Universidades.

### Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . BNDES . Caixa Econômica Federal . CT-Transporte . FAT . Finep . LOA.

## SEGURANÇA

Justiça e paz são aspirações humanas legítimas. Sua falta representa uma perda para a qualidade de vida. Segurança é um tema que transcende as ações policiais e judiciais de repressão e contenção da violência armada e prevenção de mortes.

Relaciona-se diretamente com a redução da evasão escolar, distribuição de renda, inclusão social, atenção básica à saúde, reforma urbana e rural, e solução das questões habitacionais. Ao tratar do tema, também é preciso dedicar atenção especial às questões que envolvem violência doméstica, de gênero, racismo e todo tipo de intolerância.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), só a criminalidade violenta custa cerca de R\$ 140 bilhões por ano ao País. Os custos totais da criminalidade são estimados em 10% do PIB brasileiro. Portanto, segurança pública também está relacionada a desenvolvimento econômico.

No Rio de Janeiro, com indicadores de segurança no mesmo patamar dos de países em guerra, o desafio da construção de um Estado seguro e acolhedor para seus cidadãos é a questão de fundo por trás de todos os objetivos. Conquistar a redução e o controle da violência armada implica compromissos e processos de longo prazo, com financiamento continuado e envolvimento de amplos setores da sociedade, aliados a políticas públicas eficazes.

**Em Itaboraí, como nos demais municípios** do Estado do Rio de Janeiro, a Secretaria de Estado de Segurança (Seseg) é o órgão responsável pela segurança pública. A partir de 1999, para estruturar o setor, foram criadas as Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisp), que reúnem um batalhão da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (Pmerj) e uma ou mais Delegacias de Polícia Civil (Pcerj).

Cada Aisp criou um Conselho Comunitário de Segurança para avaliar a área e a qualidade do serviço prestado pela polícia, contribuindo com a adoção de soluções integradas e o acompanhamento dos resultados das medidas adotadas.

O município é atendido pela 71ª Delegacia Legal (Itaboraí) e faz parte da Aisp 35, que inclui ainda Tanguá, Rio Bonito, Silva Jardim e Cachoeiras de Macacu.

A percepção dos participantes, no entanto, é de que *falta segurança no município, o que gera aumento da violência*. Não existem dados desagregados sobre segurança para o município, mas o ISP trabalha com a estimativa de que Itaboraí corresponda a 70% do total de ocorrências da 71ª DP.

Até o final de 2010, estava prevista a conclusão, pela Seseg, do Projeto de Pesquisa de Análise Preliminar do Impacto do Comperj na Segurança Pú-



Guarda Municipal de Itaboraí

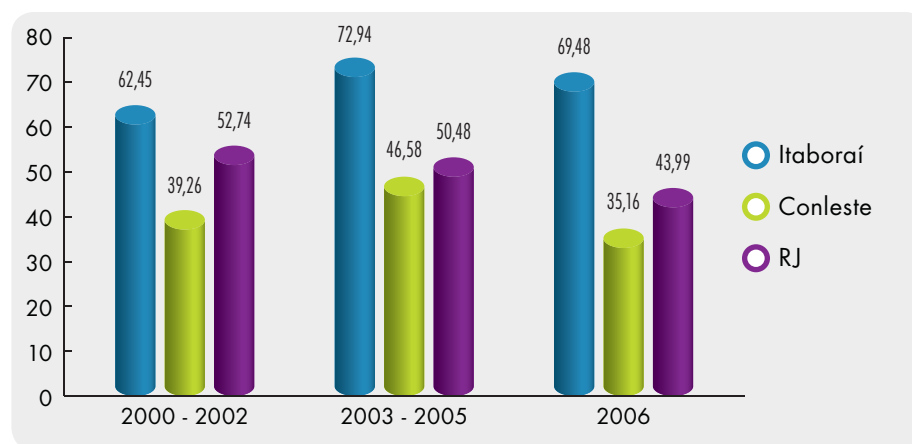




A área de atuação do 35º BPM compreende os municípios de Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito, Silva Jardim, e Cachoeiras de Macacu

blica, com o objetivo de dimensionar o sistema e traçar estratégias. Serão estudados os seis municípios próximos do empreendimento pertencentes à Área de Influência Direta.

**Gráfico 3: Taxa de mortalidade por causas externas (por 100.000 habitantes), por agressões no município**



Fonte: ONU-Habitat/UFF (2010).

## PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

### ● Itaboraí Mais Segura!

#### ■ Gestão pública

1. Criar um setor responsável pela segurança do turismo.
2. Elaborar um Plano de Evacuação para situações de emergência.

#### ■ Infraestrutura

3. Ampliar o efetivo policial do 35º Batalhão de Polícia Militar.
4. Instalar uma Delegacia de Atendimento à Mulher (Deam) no município.
5. Cobrar a instalação de subdelegacias de Polícia Civil em todos os distritos.
6. Instalar câmeras de vigilância, priorizando as vias de acesso ao município.
7. Adquirir equipamentos adequados para prevenir casos de violência contra o patrimônio público (iluminação pública).

#### ■ Articulação

8. Articular o fortalecimento do Conselho Comunitário de Segurança com projetos já identificados pelo Fórum da Agenda 21 Local.

### Possíveis parceiros

Câmara Municipal . Confederação Nacional dos Municípios . Conselho Comunitário de Segurança . Empresas associadas ao Comperj . FGV . Guarda Municipal . IBGE . ISP . Ministério da Justiça . MP . OAB . ONGs . Pmerj . Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro . Prefeitura Municipal . Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro . TCE-RJ . Universidades . Veículos de comunicação local.

### Possíveis fontes de financiamento

BNDES . Empresas associadas ao Comperj . LOA . Pronasci.



# O Mundo Mágico de Escher

8

História em Documento – Imagem e Texto

8º ANO

WILLIAM ROBERTO CEREJA  
THEREZA COCHAR MAGALHÃES

PORTUGUÊS LINGUAGENS

CIÊNCIAS • O PLANETA TERRA

Fernando Gewandsznajder

9º ano

PROJETO ARARIBÁ GEOGRAFIA

Ciências A vida na Terra

Fernando Gewandsznajder

currículo: GEOGRAFIA

6º ANO

PORTUGUÊS

PROJETO RADIX

LÍNGUA PORTUGUESA

PORTUGUÊS LINGUAGENS

WILLIAM ROBERTO CEREJA  
THEREZA COCHAR MAGALHÃES

6º ANO

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

VIVER, APRENDER – INTEGRADO



3

Ordem Social



## EDUCAÇÃO

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a educação, em todas as suas formas, molda o mundo de amanhã, instrumentalizando indivíduos com habilidades, perspectivas, conhecimento e valores necessários para se viver e trabalhar.

O capítulo 36 da Agenda 21 Global afirma que a educação e a consciência pública ajudam as sociedades a desenvolver plenamente suas potencialidades e que o ensino, tanto formal quanto informal, é indispensável para modificar a atitude das pessoas, de forma a capacitá-las para avaliar e enfrentar os obstáculos ao desenvolvimento sustentável. Para despertar a consciência ambiental e ética, também são fundamentais valores e atitudes, técnicas e comportamentos que favoreçam a participação pública efetiva nos processos decisórios.

Segundo o Relatório de Acompanhamento de Indicadores do Milênio na Região do Conleste (2009), o acesso ao Ensino Fundamental é praticamente universalizado nas grandes cidades brasileiras, e, em geral, as crianças chegam a ele na idade adequada. Todavia, o índice de reprovação ainda é elevado, o que impede que muitas concluam esse nível de ensino.

Apesar da adoção de políticas para reverter essa situação, continuam altas as taxas de reprovação, demandando ações mais eficazes de correção do fluxo escolar. Entre elas se incluem maior atenção às condições materiais de trabalho na escola, aumento do tempo de permanência dos alunos em suas dependências e investimentos na formação de professores e educadores.



Itaboraí conta com sete Cieps

Em Itaboraí, os participantes do Fórum da Agenda 21 consideraram que a *quantidade* de escolas do município, em 2008, era *insuficiente para a demanda de alunos*. Mas ressaltaram o *envolvimento das instituições de ensino da cidade* para atender à comunidade. Segundo a Secretaria Municipal de Educação, uma pesquisa realizada pela Prefeitura de Itaboraí no primeiro semestre de 2010 indicou que 70% da população aprovam a qualidade da educação no município.

Esta mudança de percepção se deve aos investimentos realizados entre 2009 e 2010, quando cinco prédios foram adaptados para funcionar como creches, e a Educação Infantil foi implantada em mais 20 escolas municipais, totalizando 52 escolas. Atualmente, o município conta com 65 escolas de Ensino Fundamental de primeiro segmento (da 1ª à 4ª série), 24 unidades escolares de Ensino Fundamental de segundo segmento (da 5ª à 8ª série) e 16 unidades de Educação de Jovens e Adultos.



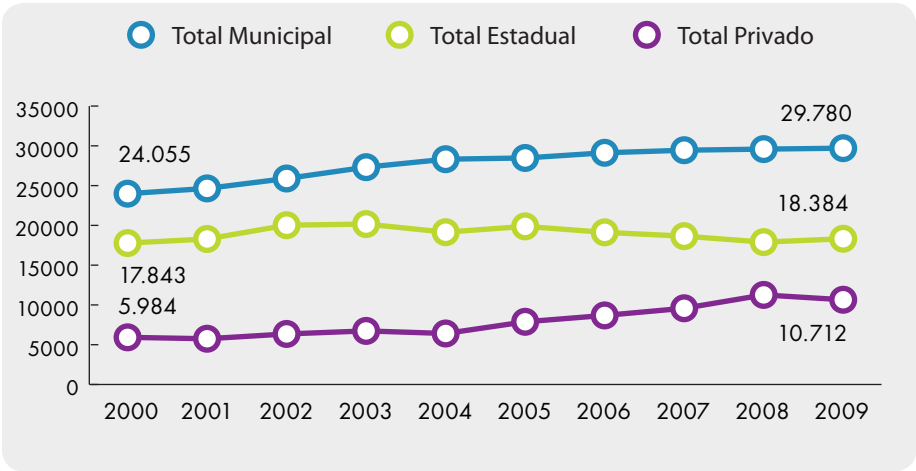
Tabela 1: Idebs observados em 2005, 2007 e 2009 e metas para a rede municipal em Itaboraí

|               | Ideb Observado |      |      | Metas Projetadas |      |      |      |      |      |      |      |
|---------------|----------------|------|------|------------------|------|------|------|------|------|------|------|
| Município     | 2005           | 2007 | 2009 | 2007             | 2009 | 2011 | 2013 | 2015 | 2017 | 2019 | 2021 |
| Anos iniciais | 3,6            | 3,8  | 4,1  | 3,7              | 4,0  | 4,4  | 4,7  | 5,0  | 5,3  | 5,6  | 5,8  |
| Anos finais   | 3,6            | 3,5  | 3,8  | 3,6              | 3,7  | 4,0  | 4,4  | 4,8  | 5,1  | 5,3  | 5,6  |

Fonte: Prova Brasil e Censo Escolar (2010).

Estes investimentos devem se refletir no atendimento à demanda por Educação Infantil, que não era atendida na pré-escola (crianças de 4 a 5 anos), nem nas creches (crianças de 0 a 3 anos), e na melhoria da elevada taxa de distorção idade/ano escolar, que indicava retenção de alunos em todas as séries do Ensino Fundamental. Desta forma, o aluno já chegava ao Ensino Médio com defasagem idade/ano escolar que aumentava ao longo dessa etapa da escolarização, contribuindo para a crescente evasão escolar indicada pelo grupo e comprometendo a conclusão do Ensino Médio na idade adequada.

Gráfico 4: Número de matrículas efetuadas no município de Itaboraí



Fonte: Confederação Nacional dos Municípios (2010).

Na Educação Técnico-Profissional, o atendimento fica muito aquém da crescente demanda provocada sobretudo pela instalação do Comperj. Para os participantes, é evidente a necessidade de escolas técnicas públicas para a capacitação dos jovens, que não têm qualificação por falta de cursos profissionalizantes.

As novas necessidades do mercado de trabalho expõem a falta de universidades públicas que promovam o ensino científico e tecnológico. O atraso observado em todo o Estado do Rio de Janeiro repercute intensamente no município, que sofre também com a falta de acesso à rede digital e a cursos

**Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)** – Mede a qualidade da educação numa escala que vai de zero a dez. É calculado com base na taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão), no desempenho dos alunos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e na Prova Brasil. Quanto maior for a nota da instituição no teste e quanto menos repetências e desistências ela registrar, melhor será sua classificação. A partir deste instrumento, o Ministério da Educação traçou metas de desempenho bianuais para cada escola e cada rede até 2022. Em 2008, todos os 5.563 municípios brasileiros aderiram ao compromisso.

Casa do Futuro – Projeto estadual, implementado pelos municípios, que promove o acesso às novas tecnologias digitais.

*de capacitação técnico-profissional adequados à qualificação da mão de obra local para os novos empreendimentos.*

No município há três instituições de Ensino Superior (IES) privadas: o Centro Universitário Plínio Leite (Unipli), a Faculdade Cenecista de Itaboraí (Facnec) e a Faculdade Omini.

Itaboraí possui um *Plano Municipal de Educação, aprovado pelo Conselho Municipal e pela Câmara Municipal, mas falta um programa global e integrado de habitação/educação/saúde e geração de renda para a população menos favorecida do município.* Segundo o grupo, esta população já não conta com o funcionamento da Casa do Futuro, que está sendo utilizada para outros fins. Muitas pessoas manifestam o desejo de colaborar voluntariamente com algumas instituições voltadas para a educação, mas, para isso, é preciso que estas sejam bem estruturadas e organizadas.



*A Faetec de Itaboraí oferece vários cursos profissionalizantes gratuitos*

## PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

### ● Plano de qualificação da educação

#### ■ Gestão pública

1. Ampliar os programas Brasil Alfabetizado e Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (Mova) no município.
2. Promover maior articulação entre os governos municipal, estadual e federal para viabilizar a construção de escolas públicas na região.
3. Realizar concursos públicos, com a contratação imediata de novos professores (demanda atual e futura).
4. Valorizar os profissionais da área da educação, oferecendo melhores salários a fim de assegurar a permanência dos professores em sala de aula.
5. Trazer para Itaboraí o programa Cederj.

#### ■ Capacitação

6. Investir em programas de qualificação dos profissionais de educação.

#### ■ Planejamento

7. Ampliar o aproveitamento das escolas municipais durante o turno noturno, aumentando o efetivo da ronda escolar para a segurança de professores e alunos.
8. Ampliar o tempo de permanência dos alunos nas escolas, fomentando a integração entre escola, família e comunidade, e atendendo às necessidades básicas dos alunos (reforço escolar, alimentação, lazer, acompanhamento médico, odontológico e psicológico).
9. Adequar os cursos de alfabetização à realidade dos jovens e adultos, estabelecendo parcerias com empresas e entidades da sociedade civil.

#### ■ Infraestrutura

10. Ampliar a rede de creches em todos os distritos.

#### ■ Articulação

11. Estabelecer parcerias entre a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e o setor privado, para fomentar e assegurar o acesso dos alunos aos programas de estágios e primeiro emprego.

### ● Plano de inclusão digital

#### ■ Infraestrutura

1. Reativar a Casa do Futuro, localizada no Centro.
2. Instalar salas de informática nas escolas, facilitando o acesso da população.

#### ■ Gestão pública

3. Implantar o Programa Cidade Digital.

#### ■ Projetos

4. Elaborar projetos que promovam a inclusão digital.

### ● Ampliação da oferta de Ensino Superior

#### ■ Articulação

1. Articular junto às universidades públicas a possibilidade de instalar campi universitários.
2. Criar parcerias com universidades para fomentar projetos científicos na região.

#### ■ Planejamento

3. Aumentar a oferta de cursos pré-vestibulares comunitários.

### ● Plano de criação de escola técnica

#### ■ Articulação

1. Estabelecer parcerias entre as autoridades dos governos municipal, estadual e federal para instalar escolas técnicas públicas que atendam à demanda local.
2. Realizar parcerias (Firjan, Sebrae, universidades) para viabilizar a construção de um Centro de Formação Técnica e Profissional.

#### ■ Comunicação

3. Divulgar os critérios das provas de seleção dos alunos que pretendem ingressar nas escolas técnicas locais.

#### ■ Gestão pública

4. Realizar concursos públicos para o preenchimento das vagas para profissionais técnicos.
5. Elaborar políticas públicas municipais que promovam maior acesso dos estudantes ao Ensino Médio Profissionalizante.

#### ■ Capacitação

6. Realizar programas de formação continuada para os profissionais técnicos.

### Possíveis parceiros

Câmara dos Dirigentes Lojistas de Itaboraí . Câmara Municipal . Conleste . Empresas associadas ao Comperj . Firjan . Ministé-

rios (Educação, Ciência e Tecnologia) . Observatório Nacional de Inclusão Digital . ONGs . Prefeitura Municipal . Sebrae . Secretarias Municipais (Educação e Cultura, Desenvolvimento Social) . Seeduc . Senac . Senai . Sesc . Universidades.

## Possíveis fontes de financiamento

CNPq . Empresas associadas ao Comperj . Faperj . Finep . Fundação Abrinq . Fundação Vale do Rio Doce . Fundeb . Instituto C&T A . LOA . Ministérios (Educação, Ciência e Tecnologia) . Oi Futuro . Pibic . Programa Petrobras Cultural . Unesco.

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Trata-se de processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltados para a conservação do meio ambiente e dos bens de uso comum, essenciais à qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Seu papel é educar e conscientizar as populações sobre a importância da preservação do meio ambiente, oferecendo-lhes, ao mesmo tempo, opções de subsistência e oportunidades para melhorar sua qualidade de vida, mostrando que as comunidades locais são as principais beneficiárias das atividades de conservação.

No Brasil, para que esses objetivos sejam atingidos, a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99 e Decreto 4.281/02) estabelece que os temas ambientais devem estar presentes durante todo o processo de escolarização, até o Ensino Superior, de forma transversal, em todos os níveis e disciplinas.

Para que uma Agenda 21 Local seja bem-sucedida, é necessário um amplo entendimento dos propósitos e do conteúdo da Agenda 21. Assim, a Educação Ambiental tem uma importância central neste processo. É por meio dela que se pode promover a capacidade de compreensão das questões ambientais e do desenvolvimento, que levam à participação no processo e à mudança de valores necessários à construção de um mundo sustentável.

**Itaboraí conta com** alguns *projetos de Educação Ambiental*, como a criação do Centro de Educação Ambiental (CEA), e com a aprovação do Plano Municipal de Educação, já aprovado na Câmara Municipal. Porém, falta fomentar e viabilizar ações nas escolas municipais, estaduais e particulares.

A Coordenação de Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Educação e Cultura implementou o Programa “Os 5 “Rs” (Reciclar, Reduzir, Reutilizar, Reaproveitar e Repensar) nas 74 escolas municipais, onde foram instaladas “lixeiras ecológicas”.

*Falta um programa de Educação Ambiental que atinja públicos diversos. Uma contribuição neste sentido poderia vir de empresas com poder econômico e de organização para implementar projetos de Educação Ambiental (responsabilidade socioambiental) voltados para o comércio e a indústria.*



## PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

### ● Fortalecimento das ações de Educação Ambiental

#### ■ Gestão pública

1. Cumprir a legislação municipal vigente, que inclui a criação do CEA – Centro de Educação Ambiental, com gestão compartilhada entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Agenda 21 Local.
2. Encaminhar à Câmara Municipal projeto para a construção de um Centro de Educação Ambiental.
3. Captar recursos financeiros adicionais para viabilizar a construção do Centro de Educação Ambiental.

#### ■ Capacitação

4. Promover cursos profissionalizantes na área de Educação Ambiental.
5. Abordar temas ambientais nos cursos de capacitação de professores.

#### ■ Comunicação

6. Promover maior circulação das informações sobre os temas ambientais, mobilizando a população para atuar em programas e projetos de voluntariado.

#### ■ Planejamento

7. Promover ações educativas voltadas ao desenvolvimento da consciência ecológica na população.
8. Promover ações voltadas para a Educação Ambiental e a capacitação profissional junto a sindicatos e associações de trabalhadores rurais.

### Possíveis parceiros

Associações de Moradores . Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Rio de Janeiro . Conselho Gestor da APA de Guapimirim . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . Ministérios (Meio Ambiente, Educação) . ONGs . Prefeitura Municipal . Rebal . Secretarias Municipais (Educação e Cultura, Meio Ambiente) . Seeduc . Universidades . Veículos de comunicação local.

### Possíveis fontes de financiamento

BVS&A . Empresas associadas ao Comperj . Fecam . Finep . LOA . Oi Futuro . Programa Petrobras Cultural.

## CULTURA

Segundo a Unesco, a diversidade cultural, produto de milhares de anos de história e fruto da contribuição coletiva de todos os povos, é o principal patrimônio da humanidade. As civilizações e suas culturas também resultam da localização geográfica e das condições de vida que cada uma oferece, o que se traduz na riqueza e diversidade de formas de viver e sobreviver da espécie humana.

A cultura representa as formas de organização de um povo, seus costumes e tradições, que são transmitidos de geração a geração, como uma memória coletiva, formando sua identidade e, muitas vezes, mantendo-a intacta, apesar das mudanças pelas quais o mundo passa.

A identidade cultural é uma das mais importantes riquezas de um povo, pois representa um conjunto vivo de relações sociais e patrimônios simbólicos, historicamente compartilhados, que estabelece a comunhão de determinados valores entre os membros de uma sociedade. Trata-se de um conceito de tamanha complexidade, que pode ser manifestado de várias formas e envolver situações que vão desde a fala até a participação em certos eventos.

A diversidade cultural é um dos pilares da identidade brasileira e fator de sustentabilidade do desenvolvimento do País. O maior desafio nesta área é enfrentar a pressão que o desenvolvimento exerce sobre as estruturas tradicionais – sejam físicas, como sítios arqueológicos ou patrimônios históricos, sejam imateriais, como conhecimentos e práticas das populações.

**Itaboraí abriga vários casarões** remanescentes do período colonial e imperial. Merecem destaque as ruínas do Convento São Boaventura, um marco histórico regional. O grupo manifestou preocupação com a possibilidade de estas ruínas ficarem sob a administração exclusiva da Petrobras.

Não há na cidade um programa que promova o *resgate da história, cultura e manifestações artísticas locais*, apesar do *comprometimento individual de algumas pessoas*, como as que participam da *Sociedade de Amigos da Cultura de Itaboraí (Saci)*, que objetiva incentivar e promover atividades artísticas, artesanais, folclóricas, pesquisa histórica e científica, turismo ecológico e cultural. As *instituições são consideradas frágeis*, e o *município não tem uma Agenda 21 da Cultura (Unesco)*. Na avaliação do grupo, há necessidade de promover o *desenvolvimento de políticas culturais locais*.

Entre os projetos culturais, destacam-se o Força Cultural de Itaboraí, com patrocínio da Unesco/Monumenta/Ministério da Cultura e iniciativa do Instituto Ideias, em parceria com o Sebrae/RJ, com apoio das Secretarias Municipais de Educação e Cultura e de Agricultura, Comércio, Indústria e Turismo. O objetivo do projeto é contribuir para ampliar o conhecimento da população

### Desigualdades no acesso à produção cultural

**Entretenimento** – Apenas 13% dos brasileiros vão ao cinema alguma vez no ano; 92% nunca frequentaram museus; 93,4% jamais visitaram uma exposição de arte; 78% nunca assistiram a um espetáculo de dança, embora 28,8% saiam para dançar. Mais de 90% dos municípios não possuem salas de cinema, teatro, museus e espaços culturais multiuso.

**Livros e bibliotecas** – O brasileiro lê, em média, 1,8 livro per capita/ano (contra 2,4 na Colômbia e 7 na França, por exemplo); 73% dos livros estão concentrados nas mãos de apenas 16% da população. O preço médio do livro de leitura corrente é de R\$ 25,00, elevadíssimo quando comparado com a renda do brasileiro nas classes C/D/E. Dos cerca de 600 municípios brasileiros que nunca receberam uma biblioteca, 405 ficam no Nordeste, e apenas dois no Sudeste.

**Acesso à internet** – 82% dos brasileiros não possuem computador em casa; destes, 70% não têm acesso à internet (nem no trabalho, nem na escola).

**Profissionais da cultura** – 56,7% da população ocupada na área de cultura não têm carteira assinada ou trabalham por conta própria.

(Fonte: <http://www.unesco.org/pt/brasil/cultura/access-to-culture/#c37219>).



*No Sítio Paleontológico de Itaboraí foram descobertos fósseis de mamíferos de 65 milhões de anos*

e promover seu envolvimento com o patrimônio cultural do município, tornando os moradores cogestores dos bens culturais.

O projeto Oleiros e Olarias – Tradição da Arte Cerâmica de Itaboraí conta com o apoio das Secretarias Municipais de Planejamento e Coordenação e de Educação e Cultura, além do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), e é patrocinado pela Unesco/BID/Iphan/MinC, através do Programa Monumenta/Iphan. O objetivo é socializar o artesanato do município, criando bases para o associativismo da classe dos oleiros e artesãos, e aprofundar os conhecimentos sobre a cultura do barro, antiga expressão do patrimônio cultural fluminense. O projeto Cultura para Todos é organizado pela ONG Fazendo Acontecer, em parceria com a prefeitura, e oferece oportunidades de vivências culturais à população.

Os principais eventos culturais do município são: Mostra de Dança; Encontro de Folia de Reis; Carnaval; Projeto Recrear; Festa de São Jorge; Festa de São João; Festa de São Pedro; Festa de São Barnabé; Feira do Livro; Natal de Luzes; Exposição Itaflores; Festas de Forró; Eventos da Terceira Idade; Festa de Nossa Senhora da Conceição; Encontro de Cavaleiros (Vaquejada); Festa de São Roque e outras festividades religiosas.

Os espaços culturais são a Biblioteca Municipal, a Casa de Cultura Heloisa Alberto Torres, a Escola de Artes e Ofícios de Itaboraí e o Teatro Municipal João Caetano.

Entre os grupos artísticos na cidade destacam-se: as bandas marciais escolares; Banda Municipal; 23 blocos de Carnaval; Coral da Maior Idade; Coral Chiquinha Gonzaga; *Ballet* Patricia Araújo e grupo de *Ballet* do Espaço Movimento; Grupo Teatral Parafernália.



*O Teatro João Caetano, instalado em casarão de 1827, homenageia um dos principais atores do teatro brasileiro do século 19, nascido no município*

## PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

### ● Plano de fortalecimento da cultura local

#### ■ Articulação

1. Estabelecer parcerias entre a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e o Comperj para promover a restauração das Ruínas do Convento.

#### ■ Capacitação

2. Capacitar profissionais da área cultural para a elaboração de projetos e captação de recursos.

#### ■ Infraestrutura

3. Revitalizar o Teatro João Caetano.
4. Reabrir o antigo cinema e estudar a possibilidade de instalar novas salas de projeção em Itaboraí.

#### ■ Programas e projetos

5. Desenvolver programas e projetos que viabilizem a geração de emprego e renda a partir da criação de museus e centros culturais, e promover a visitação ao parque e aos sítios arqueológicos.
6. Realizar projetos de resgate da cultura local (pesquisa, registro e divulgação), visando a sua promoção e fortalecimento.
7. Elaborar projetos que promovam o estabelecimento de parcerias para viabilizar o financiamento de ações culturais.

#### ■ Comunicação

8. Ampliar a divulgação do calendário de eventos culturais em toda a região.
9. Divulgar as informações sobre a cultura local nas escolas.

#### ■ Gestão pública

10. Fortalecer as instituições culturais existentes no município.
11. Implantar o Conselho Municipal de Cultura.

### Possíveis parceiros

Associações de Moradores . Câmara Municipal . Conselho Estadual de Cultura . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . Escola de Artes e Ofícios . Iphan . Minc . ONGs . Prefeitura Municipal . Sebrae . Secretaria Estadual de Cultura . Secretaria Municipal de Educação e Cultura . Senac . Sesc . Universidades . Veículos de comunicação local.

### Possíveis fontes de financiamento

Basf . Empresas associadas ao Comperj . Funarte . Fundação Banco do Brasil . Fundação Ford . Fundação Odebrecht . Instituto Itaú Cultural . Instituto Unibanco . Minc . Programa Petrobras Cultural.

## SAÚDE

A Agenda 21 brasileira afirma em seu objetivo 7 – “Promover a saúde e evitar a doença, democratizando o SUS” – que a origem ambiental de diversas doenças é bem conhecida e que o ambiente natural e as condições de trabalho, moradia, higiene e salubridade, tanto quanto a alimentação e a segurança, afetam a saúde, podendo prejudicá-la ou, ao contrário, prolongar a vida.

Segundo a Agenda 21 Global, o desenvolvimento sustentável depende de uma população saudável. No entanto, os processos de produção e de desenvolvimento econômico e social interferem nos ecossistemas e podem colaborar para a existência de condições ou situações de risco que influenciam negativamente o padrão e os níveis de saúde das pessoas.

As principais questões ambientais que afetam a saúde humana envolvem a poluição decorrente da falta de saneamento, a contaminação do meio ambiente por poluentes químicos, a poluição atmosférica e os desastres ambientais.

Atualmente, além de se reconhecer a interdependência entre saúde, desenvolvimento econômico, qualidade de vida e condições ambientais, aumenta a consciência de que a capacidade humana de interferência no equilíbrio ambiental acarreta responsabilidades da sociedade sobre seu destino e o da vida no planeta.

**Itaboraí conta com** 84 estabelecimentos de saúde (50 públicos e 34 privados) e *três hospitais*, segundo dados do IBGE (2009). Faltam, no entanto, *postos de saúde com atendimento 24 horas em pontos estratégicos e profissionais capacitados na área da saúde*.

Os membros do Fórum da Agenda 21 defendem a *regionalização do sistema de saúde na área de influência do Comperj* para melhorar o atendimento.

*Os hospitais estaduais João Batista Cáffaro (Manilha) e Tavares de Macedo precisam receber uma atenção à altura da qualidade que o município de Itaboraí necessita*, principalmente após o aumento do número de casos locais de *problemas respiratórios e de visão*.

Itaboraí conta com o *Programa de Saúde da Família (PSF)*, que tem *atendimento deficiente*<sup>5</sup>. Um ponto positivo é a *melhoria constatada no atendimento a recém-nascidos e parturientes*.

*A política municipal para a prevenção da gravidez na adolescência é ineficaz e não há na cidade uma entidade nos moldes da Casa de Passagem*, embora

**Estratégia Saúde da Família – O PSF/PACs** (Programa de Saúde da Família) foi criado em 1994 para ampliar a atenção básica em saúde no Brasil e, entre seus objetivos, está a prevenção da gravidez na adolescência. Atualmente, é definido como Estratégia Saúde da Família (ESF), ao invés de programa, visto que o termo programa aponta para uma atividade com início, desenvolvimento e finalização. O PSF é uma estratégia de reorganização da atenção primária e não prevê um prazo para finalizar esta reorganização.

<sup>5</sup> Na Cegab/MS, a informação é de que o PSF atende a 68,91% da população, sendo que o cálculo é feito para que cada PSF atenda a 3 mil pessoas.



exista *uma ONG que atende a meninas grávidas*, Abrigo Rainha Sílvia, com financiamento do governo da Suécia.

A política municipal *de planejamento familiar é incipiente e falta uma unidade médico-hospitalar especializada no atendimento às mulheres*. A prefeitura está construindo o Hospital da Mulher, com UTIs para adultos e atendimento neonatal, além de maternidade de média a alta complexidade e ambulatório.

Itaboraí conta com uma Secretaria Municipal de Saúde e um Conselho Municipal de Saúde na definição de políticas e ações para a área. No entanto, o problema da saúde no município é agravado pelos *atendimentos insuficientes e de qualidade insatisfatória, pela falta de prédios destinados ao sistema de saúde e pela insuficiência de leitos*. Além destes problemas, *faltam atendimento especializado para queimados, centros de controle de vetores e uma ação eficiente no combate à dengue*.

Estes problemas são ampliados pela falta de infraestrutura adequada, já que a *rede de água, energia e equipamentos (como oxigênio) para o sistema de saúde local, são ineficazes*.

Há preocupação com a *falta de regularidade na apreensão de animais transmissores de doenças em perímetro urbano* e com a *falta de uma alimentação saudável como estratégia de promoção da saúde no município*.

Casa de Passagem – atende crianças e jovens de 7 a 24 anos em situação de vulnerabilidade social.



*Itaboraí conta com 34 Unidades de Saúde da Família*

## PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

### ● Plano de qualificação da saúde

#### ■ Gestão pública

1. Realizar concursos públicos para a contratação imediata de agentes de saúde.
2. Viabilizar o Plano de Cargos e Salários, visando à valorização dos profissionais da área de saúde.
3. Universalizar o atendimento do Programa de Saúde da Família, aumentando as equipes, qualificando-as e equipando-as para o serviço.
4. Implantar programas de cuidados específicos para pessoas da etnia negra (anemia falciforme, diabetes, hipertensão, renal crônico).
5. Criar o Conselho de Segurança Alimentar.

#### ■ Infraestrutura

6. Ampliar o número de postos de saúde, priorizando o atendimento médico 24 horas para todos os distritos.
7. Reformar os postos de saúde existentes.
8. Melhorar a infraestrutura (física e de atendimento) dos Hospitais Municipais Leal Junior e João Baptista Caffaro.
9. Construir um hospital de referência equipado para dar atendimento a queimados, fraturas, acidentes em geral,

tratamento de câncer e para realizar cirurgias de alta e média complexidade.

10. Construir uma unidade médico-hospitalar especializada no atendimento às mulheres.

#### ■ Comunicação

11. Divulgar a lista de medicamentos (incluindo os controlados) para distribuição gratuita.
12. Divulgar as ações do Conselho Municipal de Saúde.
13. Realizar campanhas de prevenção das DST/Aids.

### Possíveis parceiros

ANS . Associações de Moradores . Conselho Municipal de Saúde . Itaprevi. Ministério da Saúde . ONGs . Secretaria Estadual de Saúde e Defesa Civil . Secretaria Municipal de Saúde . Veículos de comunicação local.

### Possíveis fontes de financiamento

Fundo Municipal de Saúde . Fundação Orsa . Instituto Credicard . Instituto Ronald McDonald . LOA . Ministério da Saúde . Unicef.

## GRUPOS PRINCIPAIS

A Agenda 21 Global define como grupos principais as mulheres, crianças e jovens, povos indígenas, ONGs, autoridades locais, trabalhadores e seus sindicatos, comerciantes e industriários, a comunidade científica e tecnológica, agricultores e empresários. É desses grupos que o documento cobra comprometimento e participação para a implementação dos objetivos, políticas e mecanismos de ação previstos em seu texto.

Sendo um processo democrático e promotor da cidadania, a construção da Agenda 21 Local não pode deixar de considerar as necessidades e interesses de outros grupos, como afrodescendentes, ciganos, idosos, pessoas com deficiência, homossexuais, travestis e outras minorias.

A Agenda 21 brasileira vai além e destaca como uma de suas prioridades a necessidade de diminuir as desigualdades sociais no País para garantir as condições mínimas de cidadania a todos os brasileiros, enfatizando a importância de proteger os segmentos mais vulneráveis da população: mulheres, negros e jovens.

É na Seção III, dedicada ao fortalecimento do papel dos grupos principais, que a Agenda 21 Global propõe o desenvolvimento de processos de consulta às populações locais para alcançar consenso sobre uma “Agenda 21 Local” para a comunidade. No Capítulo 28, recomenda que os países estimulem todas as suas autoridades locais a ouvirem cidadãos e organizações cívicas, comunitárias, empresariais e industriais locais para obter as informações necessárias para formular as melhores estratégias, aumentando a consciência em relação ao desenvolvimento sustentável. Para a legitimidade e sucesso deste processo, é fundamental a inclusão de representantes de todos os grupos sociais.

*Em Itaboraí, é pequeno o comprometimento do poder público com a participação social para atender às demandas dos grupos principais. Faltam divulgação dos programas existentes, estrutura, recursos, informação e competência técnica na gestão pública (vontade política, inclusive) para elaborar e implementar políticas públicas para os grupos principais.*

*A população tem se mobilizado por meio da associação de moradores, entidades religiosas e outras organizações da sociedade civil. Mas falta conhecimento dos grupos principais sobre seus direitos e deveres e participação desses grupos na elaboração de políticas públicas.*

Mesmo com a existência e a atuação de Conselhos Municipais, como o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), há um alto índice de evasão dos jovens nos projetos socioeducacionais, provocado em grande parte pela falta de adaptação da equipe profissional à linguagem do jovem. Os participantes do Fórum acreditam que isto se deve ao fato de não



Centro de Referência de Assistência Social no Bairro Esperança (antiga “Reta Velha”)

*haver uma cultura participativa que favoreça maior integração da juventude nas questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável.*

*Atualmente, existem poucos projetos municipais permanentes. Entre estes, a maioria é de projetos contratados voltados para atividades de educação, cultura, esporte e lazer que aumentem o tempo de permanência das crianças e jovens nas escolas. Também existem poucas políticas de integração voltadas para crianças e adolescentes, considerando as diferentes constituições familiares existentes.*

*Outro problema enfrentado no município é a falta de atendimento específico às pessoas com deficiência e suas famílias, inclusive de acompanhamento.*

*O município também enfrenta problemas com jovens em defasagem idade/ano escolar. Para atendê-los existem, entre outros, o Projeto Mova (Movimento de Alfabetização), o Pró-Jovem (três núcleos), o Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Brasil Alfabetizado.*

*Embora existam cursos de capacitação para os jovens, não há oportunidades suficientes para o acesso à educação no município. Com relação à oferta de formação profissional, é necessária a implantação de programas de treinamento e de formação técnica visando ao primeiro emprego.*

*Uma preocupação em relação às políticas para a juventude é que não há casas de recuperação para dependentes químicos.*

*Em Itaboraí, há pouca participação do poder público nas políticas de inclusão de gênero e baixa oferta de capacitação específica para as mulheres. Na avaliação do grupo, no município não existem oportunidades suficientes para o acesso delas à educação de modo a compensar as fragilidades da escolarização da maioria.*

*O município tem um grande número de mulheres participando da vida social, econômica e política e muitos movimentos e organizações de mulheres participativas (Movimento das Mulheres que Amam Demais; Mulheres de Fibra; Associação das Mulheres Empreendedoras; Movimento de Mulheres Negras, entre outras). Na política, a mulher de Itaboraí começa a ter projeção. Na eleição municipal de 2008, a população elegeu duas vereadoras.*

*A percepção do grupo é de que as mulheres ainda sofrem desigualdades salariais, pois há trabalho igual com salário diferente quando se trata de mão de obra feminina. Segundo dados da pesquisa ONU-Habitat/UFF sobre o diferencial de remuneração entre admitidos femininos e masculinos no município, em 2009, o valor do salário pago às mulheres (74,1% do valor pago aos homens) era inferior ao observado no Conleste (76,6%), no Estado do Rio de Janeiro (81,7%) e no Brasil (87,8%).*

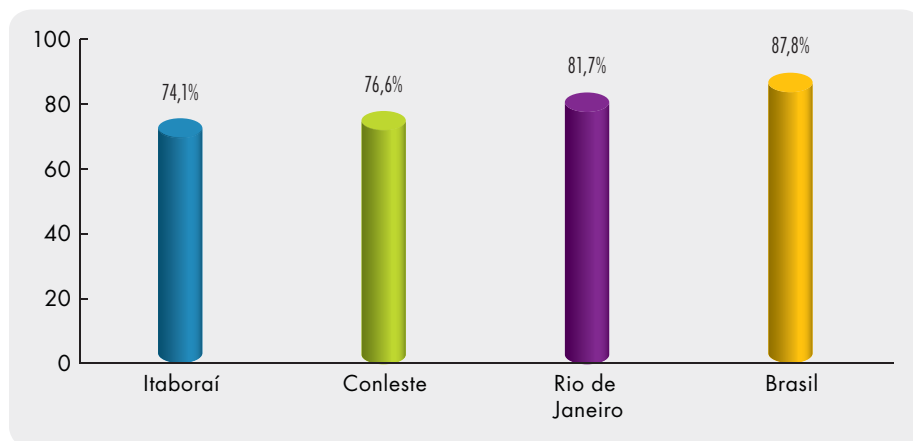


*Itaboraí conta com cursos de informática*



*O Centro de Referência de Atendimento à Mulher presta orientação jurídica, apoio psicológico e social às mulheres vítimas de violência*

**Gráfico 5: Diferencial de remuneração feminina (em %) em Itaboraí, comparado ao Conleste, ao Estado do Rio de Janeiro e ao País**



Fonte: ONU-HABITAT/UFF (2009)

Em alguns espaços, falta maior participação da mulher – como, por exemplo, na fase inicial das obras do Comperj – e muitas vezes as mulheres deixam de aproveitar oportunidades de trabalho, pois não têm onde ou com quem deixar os filhos pequenos. *Falta redimensionar a rede de creches para funcionamento em horário integral, de forma a atender a todas as demandas do município.*

Outra preocupação apontada é que *não há política específica para o público de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Outros (LGBTQ+).*

Há também muitos problemas a serem enfrentados quanto à atuação do Terceiro Setor: *faltam apoio do governo municipal às ONGs existentes, definição de objetivos claros e transparência na prestação das contas por parte destas organizações.* Outro aspecto destacado é que, muitas vezes, *não há compromisso em relação às organizações da sociedade civil.*

*Faltam cadastro para as ONGs atuarem no município e divulgação dos critérios de elegibilidade para que estas instituições possam ter acesso a recursos públicos (via orçamento).* O Terceiro Setor tem baixa visibilidade em Itaboraí, e a população desconhece seu histórico e ações.

Ainda assim, o grupo reconhece que há *ONGs e outras entidades do Terceiro Setor que vêm realizando um trabalho de boa qualidade no município.*

A oferta de trabalho no setor público municipal vem se tornando escassa e há temor em relação às questões trabalhistas no que diz respeito às empresas terceirizadas ligadas ao Comperj, o que leva o grupo a defender a necessidade de organização dos trabalhadores locais. Apesar da existência de vários sindicatos e da Comissão Municipal de Emprego, a população recebe pouca informação sobre o papel dos sindicatos.





*Aula de ginástica promovida pelo Clube da Maior Idade, no gramado do Estádio Municipal Alziro de Almeida (Alzirão)*

As comunidades tradicionais são representadas por *quilombolas*, *pescadores*, *ribeirinhos*, *catadores de caranguejos*, *ciganos*, *comunidade tradicional de Picos e Perobas (artesanal)* e de *Itambi (mulheres artesãs que trabalham com fibras)*, entre outros. Mas ainda faltam estudos sobre sua história, cultura e conhecimentos tradicionais; diálogo com ciganos e circenses, entre outros, e um levantamento sobre as comunidades tradicionais do município. Nessas comunidades são desenvolvidos projetos como o *Oleiros e Olaria (Programa Monumenta)*.

Existe um sítio arqueológico, entre Santo Antonio e Monte Verde, de uma tribo indígena dizimada – da qual há descendentes. Há registros na Igreja São Barnabé de Itambi e também no sítio arqueológico de Visconde de Itaboraí (5º Distrito) da existência de um cemitério indígena em Sambaetiba.

## PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

### ● Fortalecimento das ações voltadas para os grupos principais

#### ■ Estudo técnico

1. Realizar um levantamento detalhado de informações sobre os grupos principais do município.

#### ■ Gestão pública

2. Assegurar maior apoio aos programas e projetos relacionados aos grupos principais, desenvolvidos pelas entidades e organizações da sociedade civil.

#### ■ Comunicação

3. Divulgar os programas voltados para os grupos principais.
4. Promover debates e discussões com a sociedade, buscando o respeito à diversidade (étnica, cultural e sexual) e a participação nos processos políticos e sociais do município.

#### ■ Planejamento

5. Desenvolver redes de serviços integrados para melhorar o atendimento do público-alvo.
6. Ampliar as atividades voltadas à terceira idade em todos os distritos (concursos de dança e poesia, cursos variados, ginástica, hidroginástica, viagens, passeios, eventos regionais, desfiles).

### ● Ações para os jovens

#### ■ Articulação

1. Realizar parcerias com o empresariado para adesão ao programa Meu Primeiro Emprego.
2. Promover a integração das instituições que trabalham com a juventude e a adolescência (Conselhos Tutelares, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Juizado de Menores, ONGs, escolas, igrejas).
3. Promover a participação dos jovens nas decisões políticas e socioambientais, respeitando suas necessidades e interesses, mediante palestras e atividades voltadas ao seu desenvolvimento.

#### ■ Planejamento

4. Elaborar uma agenda cultural que atenda às demandas da infância e da juventude.
5. Promover atividades e eventos voltados à infância e à juventude em horários atrativos.

6. Elaborar e divulgar projetos de integração entre os jovens e as famílias (ex.: Escola Aberta).

7. Implantar os serviços da Fundação para a Infância e Adolescência (FIA).

#### ■ Gestão pública

8. Fortalecer o Conselho Tutelar.

9. Criar o Conselho Municipal da Juventude ou uma Secretaria Municipal relacionada ao tema.

#### ■ Fiscalização

10. Fiscalizar eventos diurnos e noturnos para garantir a integridade física e moral dos jovens e controlar o uso de drogas, o limite do volume do som e atos de violência.

#### ■ Infraestrutura

11. Instalar um centro de atendimento a adolescentes para divulgar informações sobre educação, prevenção e atendimento a dependentes químicos e a vítimas de maus-tratos.

12. Construir Centros de Convivência com atividades de esporte, lazer e artes, atendendo à demanda municipal.

### ● Respeito às pessoas com deficiência

#### ■ Planejamento

1. Promover ações específicas para melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência.
2. Promover ações específicas voltadas aos deficientes auditivos e visuais (salas inclusivas e adaptadas, capacitação de professores, implantação do sistema braile, atividades de integração social e cultural do município).

#### ■ Infraestrutura

3. Criar infraestrutura adequada às pessoas com deficiência em idade escolar (prática de esportes, apoio às famílias, acessibilidade e transporte adaptado, oficinas de arte).

### ● Formulação de propostas de gênero

#### ■ Articulação

1. Integrar as instituições que trabalham com mulheres (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, igrejas, ONGs, sindicatos, movimentos de mulheres) para viabilizar a adoção de propostas que promovam a igualdade de gênero.

#### ■ Planejamento

2. Fortalecer os debates de temas transversais nas escolas.

3. Fortalecer movimentos e organizações de mulheres e promover campanhas educativas sobre direitos e segurança.
4. Desenvolver ações estratégicas que promovam o fortalecimento do papel da mulher nas tomadas de decisões.

#### ■ Infraestrutura

5. Criar uma Delegacia da Mulher.

### ● Fortalecimento do papel das ONGs

#### ■ Planejamento

1. Cadastrar, monitorar e fiscalizar as ONGs que atuam no município.

#### ■ Articulação

2. Estabelecer parcerias com empresas para o fomento de projetos de responsabilidade socioambiental apresentados pelas ONGs.
3. Fortalecer o relacionamento entre o Primeiro Setor local e as ONGs no município

#### ■ Comunicação

4. Divulgar as prestações de contas referentes aos projetos para a sociedade.

#### ■ Capacitação

5. Promover cursos de capacitação voltados para a sociedade civil em geral, com foco em elaboração de projetos e captação de recursos.

### ● Fortalecimento do papel dos sindicatos

#### ■ Planejamento

1. Promover eventos e cursos sobre formação sindical e organização com o objetivo de incentivar o trabalhador à sindicalização.

#### ■ Infraestrutura

2. Criar uma central sindical local de cadastro e divulgação de informações necessárias para os profissionais se adaptarem às demandas do mercado de trabalho.

#### ■ Articulação

3. Estabelecer parcerias com instituições locais (OAB, Ministério Público, Fórum Trabalhista, sindicatos) para fiscalizar o cumprimento das leis trabalhistas por parte das empresas instaladas no município.

### ● Resgate da população tradicional

#### ■ Planejamento

1. Resgatar a memória indígena e quilombola, divulgando amplamente suas origens e localização.

#### ■ Articulação

2. Realizar parcerias com diversas instituições, buscando o resgate, registro e divulgação de conhecimentos tradicionais, (ervas medicinais, técnicas de agricultura, artesanato, contos, histórias, músicas).

#### ■ Programas e projetos

3. Elaborar programas e projetos de valorização cultural destes grupos e a criação de uma rede de articulação entre os mesmos.

### Possíveis parceiros

Alerj . Associações de Moradores . Câmara Municipal . CMDCA . Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente do Estado do Rio de Janeiro . Conselho Estadual dos Direitos da Mulher . Conselho Tutelar . Cooperativas . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . FGV . FIA . Fundação Abrinq . Instituições religiosas . Iphan . Minc . MP . OAB . ONGs . Osciperj . Prefeitura Municipal . Rits . Sebrae . Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos . Secretarias Municipais (Desenvolvimento Social, Governo, Educação e Cultura, Fazenda, Esporte e Lazer, Habitação e Renda) . Senac . Senai . Sindicatos . Sociedade Pestalozzi de Itaboraí . TCE-RJ . Universidades.

### Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . BNDES . Caixa Econômica Federal . Embaixada do Reino Unido . Empresas associadas ao Comperj . Finep . Fundação Ford . Fundação Odebrecht . Fundo Cristão para Crianças . LOA . Programa Petrobras Cultural . Pronaf . Pronasci .

## PADRÕES DE CONSUMO

A pobreza e a degradação ambiental estão estreitamente relacionadas. Enquanto a primeira tem como resultado determinados tipos de pressão ambiental, segundo a Agenda 21, as principais causas da deterioração ininterrupta do meio ambiente mundial são os padrões insustentáveis de consumo e produção, especialmente nos países industrializados. Motivo de séria preocupação, tais padrões de consumo e produção provocam o agravamento da pobreza e dos desequilíbrios.

É muito comum confundir “consumir” com “fazer compras”. Consumir é um ato muito mais presente em nossas vidas. Todos os dias consumimos água, alimentos, combustíveis etc. Como cada um desses elementos se origina do planeta e nele permanece depois de usado, o consumo interage diretamente com a sustentabilidade e pode ser um poderoso instrumento para alcançá-la.

Tomar consciência dos hábitos de consumo, pensar sobre todos os materiais presentes em cada objeto, sua origem e destinação final requer uma revisão de hábitos, costumes e valores. A fim de atingir a escala necessária para fazer a diferença, todas as esferas sociais precisam estar envolvidas nesta transformação: governos, empresas, ONGs e cidadãos. As mudanças necessárias são profundas, mas o movimento do consumo consciente afirma que o poder de promovê-las está ao alcance de cada um, em sua própria vida, em seus atos cotidianos.

*Em Itaboraí há poucos programas que promovam padrões de consumo sustentável, entre eles os promovidos pela Ampla, que tem vários projetos nos diferentes setores da sociedade relacionados ao consumo de energia. Alguns destes, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, como parte do Programa “Os 5 R’s nas Escolas.”*

*Apesar das dificuldades, um projeto de economia solidária está em processo de formação, mas depende de aporte técnico e financeiro.*

*O Conselho Estadual de Defesa do Contribuinte (Codecon) tem prestado bom atendimento ao público, embora não conte com a divulgação adequada.*

**Consumo responsável** – Significa adquirir produtos eticamente corretos, ou seja, cuja elaboração não envolva a exploração de seres humanos e animais e não provoque danos ao meio ambiente.

## PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

### ● Promoção de mudanças nos padrões de consumo

#### ■ Planejamento

1. Promover a produção de gêneros alimentícios orgânicos e sua comercialização nos mercados local e regional.
2. Ampliar o programa de distribuição de sementes às famílias, para cultivo de hortas domésticas e comunitárias.
3. Implantar fontes alternativas de energia (solar, eólica, bio-gás) em residências, comércio, indústrias, escolas e hospitais.

#### ■ Programas

4. Elaborar programas de combate ao desperdício de energia e de água.

#### ■ Comunicação

5. Informar a sociedade sobre a necessidade de mudança de padrões de consumo, a importância da participação para a garantia dos direitos do consumidor (qualidade, rótulo, validade) e sobre temas tais como transgênicos e cadeias produtivas.

#### ■ Infraestrutura

6. Implantar um posto de atendimento informatizado do Procon com informações sobre direitos do consumidor e a necessidade de mudanças de padrões de consumo para a população.

### Possíveis parceiros

Ampla . Associações de Moradores . Câmara dos Dirigentes Lojistas de Itaboraí . Câmara Municipal . Cedae . Cerci - Cooperativa de Eletrificação Rural Cachoeiras de Itaboraí Ltda. . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . Firjan . Idec . MP . OAB . ONGs . Prefeitura Municipal . Procon . Sebrae . Senac . Senai . Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itaboraí (SAAE) . Sesc . Veículos de comunicação local.

### Possíveis fontes de financiamento

BNDES . Empresas associadas ao Comperj . Fecam . Finep . LOA.



## ESPORTE E LAZER

O conceito de qualidade de vida, embora subjetivo, independentemente da nação, cultura ou época, relaciona-se a bem-estar psicológico, boas condições físicas, integração social e funcionalidade.

O esporte e o lazer são fatores de desenvolvimento local pelos benefícios que proporcionam à saúde física e mental dos seres humanos e pela oportunidade que oferecem de desenvolvimento individual e convivência social. São atividades reconhecidas pelas Nações Unidas como direitos humanos e, portanto, devem ser promovidas em todo o mundo.

Atividades esportivas são uma ferramenta de baixo custo e alto impacto nos esforços de desenvolvimento, educação e combate à violência em várias sociedades, e o lazer é fundamental para a qualidade de vida dos indivíduos.

Ambos têm o poder de atrair e mobilizar a juventude, promovendo a inclusão e a cidadania, valores como respeito ao outro e à natureza, aceitação de regras, trabalho de equipe e boa convivência social. Além disso, atividades de esporte e lazer geram empregos e renda.

**Itaboraí não apresenta** grandes projetos com relação a esporte e lazer, e *falta infraestrutura a realização para muitas atividades.*

O município possui o Estádio Municipal Alziro de Almeida (Alzirão), com capacidade para 4 mil espectadores, e quatro praças com espaço de lazer e convivência.

A Secretaria Municipal de Esportes mantém projetos de atividade física, com a meta de atender a todas as idades. O município ainda conta com a Associação Desportiva de Itaboraí (ADI), e um time de futebol, o Itaboraí FC, que se encontra na 3ª Divisão dos clubes profissionais.

Numa conquista recente, Itaboraí *será sede do primeiro Centro de Futebol e Integração Ítalo-Brasileiro*, no bairro de Vila Rica, resultado de um convênio com o governo italiano. O local, com cerca de 40 mil metros quadrados de área, será um complexo de excelência no treinamento de atletas de alto rendimento.



*O Estádio Municipal Alziro de Almeida (Alzirão) tem capacidade para 4 mil pessoas*

## PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

### ● Ampliação da infraestrutura de esporte e lazer

#### ■ Infraestrutura

1. Construir áreas de lazer dotadas de quadras poliesportivas, rampas de skate, ciclovias, bosques verdes e parques infantis nos distritos.
2. Construir arquibancadas e promover reformas nos vestiários e instalações sanitárias no Estádio Municipal Alzirão.
3. Construir uma Vila Olímpica com instalações adequadas à prática de atividades esportivas.

#### ■ Programa

4. Promover programas de incentivo à prática de esportes (amador e profissional) para todas as faixas etárias.

### Possíveis parceiros

Câmara Municipal . CBB . CBF . CBV . COB . Empresas associadas ao Comperj . Ministério de Esportes . Oi Futuro . Prefeitura Municipal . Secretaria de Estado de Esporte e Lazer . Secretaria Municipal de Esportes e Lazer. Suderj.

### Possíveis fontes de financiamento

Ashoka . Eletrobras . Embaixada do Canadá . Empresas associadas ao Comperj . Ministério de Esportes . Oi Futuro . Unicef.







KALIDA (E12685-2669) 8X18X28 CIL CENITABIRALIDA (E12685-2669) 8



4

Ordem Econômica



## GERAÇÃO DE TRABALHO, RENDA E INCLUSÃO SOCIAL

### Princípios dos Empreendimentos Sustentáveis

- Substituem itens produzidos nacional ou internacionalmente por produtos criados local e regionalmente;
- Assumem responsabilidade por seus efeitos no mundo natural;
- Não exigem fontes exóticas de capital para se desenvolver e crescer;
- Empenham-se em processos de produção humanos, dignos e intrinsecamente satisfatórios;
- Criam objetos duráveis e de utilidade em longo prazo, cujo uso ou disposição final não prejudicarão as futuras gerações;
- Transformam seus consumidores em clientes por meio da educação.

(Paul Hawken)

As mudanças climáticas e seus impactos, e a degradação do meio ambiente em geral, têm implicações significativas para o desenvolvimento econômico e social, para os padrões de produção e de consumo e, portanto, para a criação de empregos e geração de renda.

Ao contrário do que muitos afirmam, a transição para a sustentabilidade pode aumentar a oferta de emprego e a geração de renda. A relação direta entre o mundo do trabalho e o meio ambiente constitui a essência dos chamados empregos verdes – trabalhos e atividades que contribuem para a preservação ou restauração da qualidade ambiental, com remuneração adequada, condições de trabalho seguras e respeito aos direitos dos trabalhadores.

Os empregos verdes podem ser o caminho para enfrentar tanto a degradação ambiental, reduzindo os impactos da atividade econômica, quanto o desafio social representado por 1,3 bilhão de pessoas no mundo em situação de pobreza. Eles podem beneficiar trabalhadores com diferentes níveis de qualificação e são encontrados em uma ampla gama de setores da economia, tais como os de fornecimento de energia, reciclagem, agrícola, construção civil e transportes.

Levantamento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta que, em 2008, o Brasil tinha aproximadamente 2,6 milhões de empregos verdes – o que representava 6,73% do total de postos formais de trabalho – e que a oferta desse tipo de emprego no País vem crescendo a uma taxa anual de cerca de 2%.

A **economia de Itaboraí**, no período 2002-2007, correspondia a 0,79% do PIB da Região Metropolitana. Dentro do Comperj, este município faz parte da Região de Influência Direta e respondeu, no mesmo período, por 16,78% do PIB da região<sup>6</sup>.

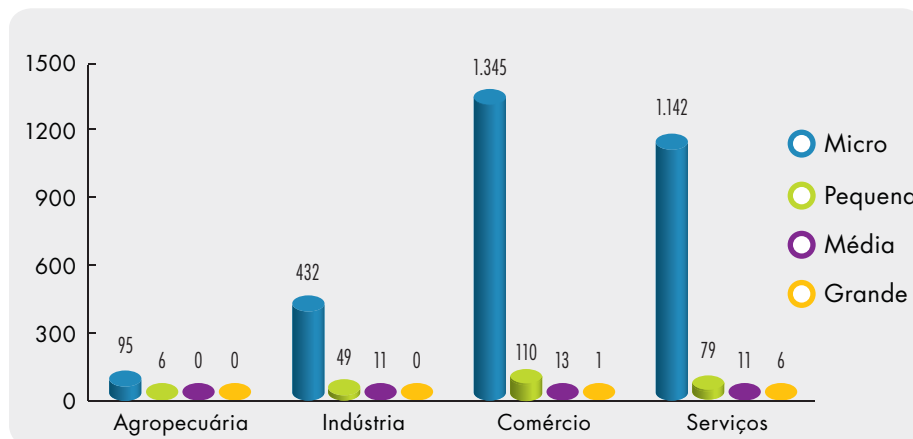
Segundo dados da Fundação Cide, o Índice de Qualidade do Município (IQM 2005), que mede as condições para atrair investimento e multiplicar os benefícios do crescimento econômico, era 0,2402 em Itaboraí naquele ano, correspondendo ao 46º lugar na classificação dos municípios do Estado do Rio de Janeiro (em um total de 92 municípios).

Itaboraí é um dos 87 municípios do Estado do Rio de Janeiro que recebem *royalties* pela exploração e produção de petróleo.

<sup>6</sup> IBGE, em parceria com órgãos estaduais de estatística (Fundação Cide), Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

O perfil do setor produtivo do município encontra-se no Gráfico 6. Em todos os setores da economia, o porte predominante de estabelecimento é a microempresa.

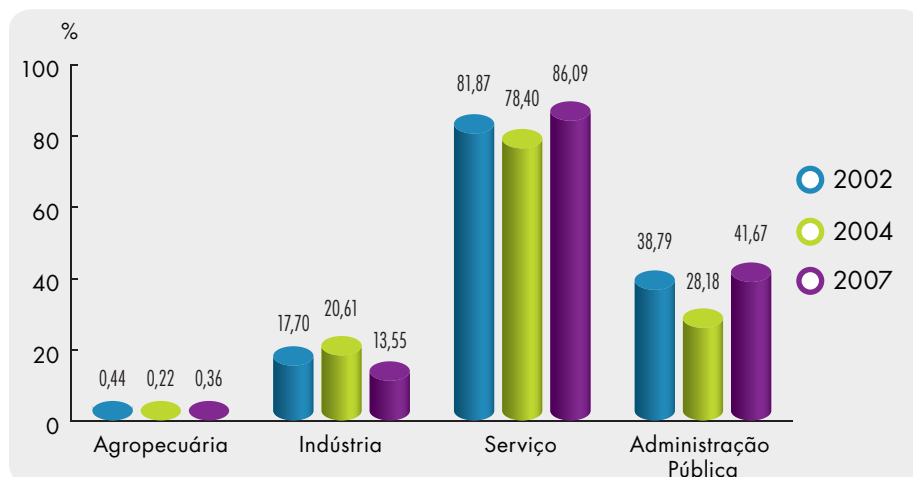
**Gráfico 6: Número de estabelecimentos por setor, conforme tamanho**



Fonte: Sebrae, base de dados Rais/Estab. (2007)

Entre 2002 e 2007, mais de 85% da renda foram gerados no setor serviços, enquanto a indústria teve a participação reduzida para 13,55% – em 2002, era 17,7% e, em 2004, 20,6%. A administração pública, que representa uma parcela do setor de serviços, aumentou sua participação relativa na economia, passando de 38,79%, em 2002, para 41,67%, em 2007. A participação da agropecuária permaneceu pequena, menor que 1% (Gráfico 7).

**Gráfico 7: Participação relativa dos setores no PIB do município em 2002, 2004 e 2007**

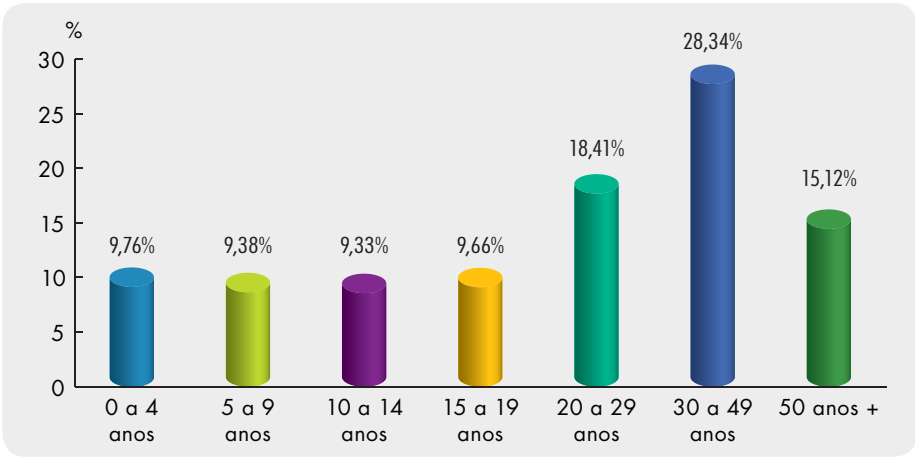


Fonte: IBGE (2008)

**Royalties** – Uma das compensações financeiras relacionadas às atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural que as companhias petrolíferas pagam aos estados e municípios produtores. A legislação prevê regras diferentes para a distribuição dos *royalties* em função da localização do campo produtor, se em terra ou no mar.

A população total estimada em 2007 era de 215.792 habitantes, sendo que 94,5% residiam na área urbana e 5,5% na área rural<sup>7</sup>. A maior parcela dessa população tem idade acima de 15 anos (Gráfico 8).

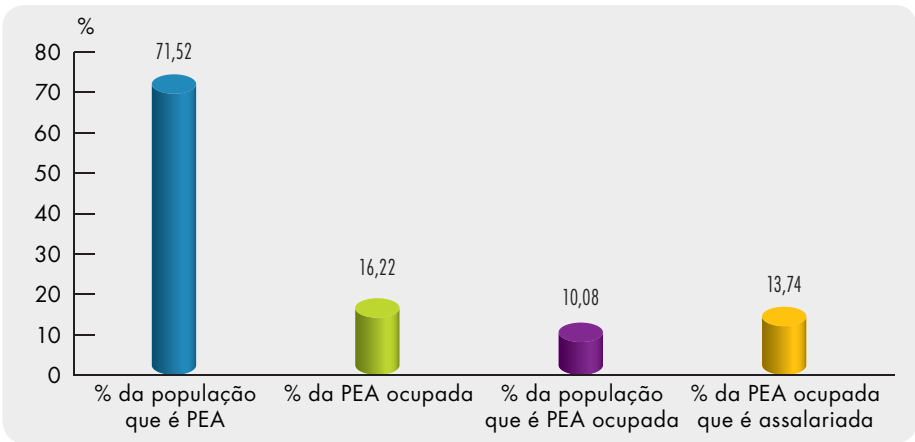
**Gráfico 8: Porcentagem da população segundo faixa etária**



Fonte: Fundação Cide. Anuário Estatístico (2008).

Considerando a idade estimada para a População Economicamente Ativa, a PEA do município, em 2007, correspondia a 71,52% da população. Além disso, nesse ano, apenas 16,22% da PEA estavam ocupados com carteira assinada. Os dados mostram ainda que 13,74% eram assalariados (Gráfico 9).

**Gráfico 9: Descrição da População Economicamente Ativa em 2007**



Fonte: IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (2008).

Esses dados ratificam a preocupação manifestada pelos participantes do grupo com o desemprego e a economia informal no município.

7 IBGE e Sebrae, base de dados Rais/2007.

O salário médio das ocupações que mais admitiram no período 2003-2007, no município, foi de R\$ 448,97,00<sup>8</sup>. Este valor corresponde a 1,47 salários mínimos<sup>9</sup>.

A implantação do Comperj é um importante fator para o surgimento de novos negócios no município. De acordo com estudo da Firjan<sup>10</sup>, a previsão para a Região de Influência Direta é de captação de 46% dos investimentos voltados para a indústria de materiais plásticos, sendo que para Itaboraí estão previstos 7,7% destes investimentos.

Os participantes do Fórum informaram que *faltam projetos para geração de trabalho e renda* no município e que, ao mesmo tempo, Itaboraí enfrenta o problema da *ausência de mão de obra capacitada, qualificada e especializada*. Para o grupo, este seria o motivo da *migração de mão de obra qualificada para o município*. A existência do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp) foi indicada como uma potencialidade que pode contribuir para melhorar esta questão.

**Tabela 2: Projeções para a relação entre Valor Adicionado ao PIB a partir da instalação do Complexo Petroquímico**

| Valor Adicionado/PIB (2015) |                     |                  |
|-----------------------------|---------------------|------------------|
| Município                   | Cenário conservador | Cenário otimista |
| Itaboraí                    | 2,72%               | 5,43%            |
| Rio de Janeiro              | 0,02%               | 0,05%            |

Fonte: Fundação Getulio Vargas (2010).

10 Fonte: Comperj, Potencial de desenvolvimento produtivo – Estudos para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, nº 1, Firjan/Fundação Getulio Vargas, p. 22 a 33. Maio de 2008.



## PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

### ● Sugestões para geração de emprego e renda

#### ■ Articulação

1. Realizar campanhas de mobilização para promover o fortalecimento de cooperativas.
2. Organizar os movimentos sociais que desenvolvem ações para viabilizar a geração de emprego e renda no município.
3. Articular junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT) e ao Sistema “S” a criação de núcleos de capacitação, qualificação e especialização da mão de obra local.

#### ■ Planejamento

4. Ampliar o número de vagas nos cursos oferecidos pelo Prominp com o objetivo de atender à demanda do Comperj.
5. Fortalecer as cooperativas locais, promovendo a formação de profissionais capazes de atender às vocações municipais.

#### ■ Projetos

6. Elaborar projetos para promover a inserção da mão de obra local no mercado de trabalho.

#### ■ Gestão pública

7. Oferecer mais incentivos aos programas de microcrédito, estimulando os empreendedores locais a estabelecer atividades comerciais.
8. Adequar o funcionamento da Agência do Sistema Nacional de Emprego (Sine) instalada no município.

#### ■ Capacitação

9. Capacitar e qualificar a mão de obra por meio de cursos técnicos.

### Possíveis parceiros

CIEE . Coppe – UFRJ . Fundação Itaú Social . Ministério do Trabalho e Emprego . OIT . ONGs . Prefeitura Municipal . Prominp . Sebrae . Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Renda . Senac . Senai . Sesc . Sest/Senat . Sine . Veículos de comunicação local.

### Possíveis fontes de financiamento

BNDES . CNPq . Empresas associadas ao Comperj . FAT . Finep . Fundação Ford . LOA Planfor . Proger . Prominp . Pronaf . Pronasci.

## AGRICULTURA

A Agenda 21, em seu Capítulo 32, afirma que a agricultura ocupa um terço da superfície da Terra e constitui a atividade central de grande parte da população mundial. Segundo o documento, as atividades rurais ocorrem em contato estreito com a natureza – a que agregam valor com a produção de recursos renováveis –, ao mesmo tempo em que a tornam vulnerável à exploração excessiva e ao manejo inadequado.

A agricultura é sustentável quando é ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e orientada por um enfoque holístico. Este modelo de agricultura respeita a diversidade e a independência, utiliza os conhecimentos da ciência moderna para se desenvolver e não marginaliza o conhecimento tradicional acumulado ao longo dos séculos por grandes contingentes de pequenos agricultores em todo o mundo.

Um modelo sustentável de agricultura produz alimentos saudáveis para os consumidores e os animais, não prejudica o meio ambiente, é justo com seus trabalhadores, respeita os animais, provê sustento digno aos agricultores e apoia e melhora as comunidades rurais. Além disso, deve manter nossa capacidade futura de produzir alimentos, distribuindo-os com justiça, mantendo a qualidade do meio ambiente e preservando a diversidade cultural e biológica das variedades tradicionais de plantas cultiváveis.

**Em Itaboraí, os participantes** do Fórum informaram que há *áreas disponíveis para agricultura e produção familiar, com experiências exitosas*



*A produção de flores ornamentais vem se desenvolvendo no município*

*em pequenas propriedades por meio do cooperativismo. O solo do município é fértil, há produção rural e agrícola com potencial de sustentabilidade, e a Emater promove programas de agricultura familiar.*

Entre os projetos bem-sucedidos, foi mencionada *a apicultura, que é bem desenvolvida e conta com a exploração de seus subprodutos, e a existência do Centro de Pesquisa Apícola*. Foi relatada uma *parceria com o município de Holambra (SP)* que tem impulsionado a *produção de artesanato de fibra de bananeira, bem como de flores e de plantas ornamentais e de corte*.

No âmbito das políticas públicas de apoio ao produtor, *existe o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, e, a Secretaria Municipal de Agricultura desenvolve um programa de horta comunitária*. Há oferta de *assistência técnica e extensão rural dos órgãos públicos e um trabalho atuante da Vigilância Sanitária para produtos de origem tanto animal como vegetal*.

Uma iniciativa foi a elaboração e implementação do projeto 'Horta Escolar Orgânica', uma ação conjunta entre as Secretarias Municipais de Agricultura, Educação e Cultura, Meio Ambiente, Setor Municipal de Nutrição, E. E. Agrotécnica José Soares Jr e o Fórum da Agenda 21 Local.

Para qualificação da mão de obra no setor agrícola, o município conta com *a Escola Agro Técnica José Soares Júnior e a possibilidade de parcerias com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)*. Também há o *Centro de Pesquisas de Medicina Veterinária (Plínio Leite)*.

Apesar da *fragilidade das entidades e das lideranças que representam os agricultores, há mobilização para que os trabalhadores se organizem como categoria*. O *Sindicato Rural e de Trabalhadores Rurais* possui *sede própria* e, segundo informações do grupo, conta com *agricultores organizados e um mercado produtor que, apesar da estrutura existente, não está funcionando*.

Uma das dificuldades enfrentadas pelo setor é *a falta de políticas públicas para fixação das famílias no campo e de fortalecimento da política de assentamento de terras no município*. Um dos entraves enfrentados neste processo é o acesso a terras improdutivas e abandonadas ou com complicações legais.

Segundo o grupo, o setor não tem informações sobre a *localização de nichos apropriados à citricultura no município*.

Outra preocupação apontada foi a *falta de projetos de produção orgânica*. O grupo considera que projetos dessa natureza sejam importantes diante da *mudança dos padrões de consumo dos produtos hortifrutícolas (tendência ao consumo de produtos orgânicos)*.

Segundo os participantes, *a população desconhece os efeitos negativos do uso de defensivos agrícolas, com a possibilidade de geração de enfermidades com riscos cancerígenos*.

Agroecologia – Abordagem da agricultura que se baseia nas dinâmicas da natureza e propõe mudanças profundas nos sistemas e nas formas de produção. Sua filosofia é produzir de acordo com as leis e as dinâmicas que regem os ecossistemas – uma produção com e não contra a natureza. Reúne conceitos das ciências naturais e das ciências sociais em práticas dedicadas ao estudo das relações produtivas entre homem-natureza, visando sempre a sustentabilidade ecológica, econômica, social, cultural, política e ética. No âmbito da agroecologia, encontramos ainda discussões sobre manutenção da biodiversidade, agricultura orgânica, agrofloresta, permacultura e agroenergia, dentre outros temas.



*Itaboraí chegou a ser o segundo maior produtor de laranja do Brasil*

A laranja e a tangerina foram os principais produtos agrícolas das lavouras do município de Itaboraí em 2008, com a produção de 2.730 e 880 toneladas, respectivamente. As áreas plantadas chegaram a 273 hectares, no caso da laranja, com rendimento médio de 10 mil kg/ha; e a 50 hectares de tangerina, com 17,6 mil kg/ha. O município cultiva ainda limão (800 t), cana-de-açúcar (600 t), mandioca (430 t), maracujá (342 t), banana em cacho (272 t) e coco-da-baía (477 mil frutos). Os dados são do IBGE/2010.

A pecuária no município destacou-se, em 2008, com a criação de bovinos (9.421 cabeças), codornas (5.812), aves (2.954) e equinos (571). Itaboraí também tem criação de caprinos, suínos, vacas e coelhos, além de produzir leite (600 mil litros), ovos de galinha (7 mil dúzias) e mel de abelha (1.910 quilos). Os dados são do IBGE/2010.

## Pesca

*Apesar do protagonismo dos pescadores, há pouco acolhimento das reivindicações da comunidade pesqueira nas decisões referentes à sua categoria.*

*Há preocupação com a falta de infraestrutura principalmente para os pescadores artesanais e com as atividades de pesca predatória.*

*Os pescadores de Itambi também estão preocupados com os impactos das obras do PAC, como a mudança do padrão habitacional e a distância maior entre a moradia e o local de trabalho.*

Uma ação conjunta entre as Secretarias de Agricultura, Educação e Cultura e o Setor de Nutrição, introduziu os peixes sem espinhas produzidos na região na merenda escolar das 74 escolas municipais.



*Pescadores artesanais de Itaboraí buscam maior participação nas decisões que afetam o seu trabalho*

## PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

### ● Capacitação do produtor rural

#### ■ Elaboração de projeto

1. Elaborar projetos técnicos que fortaleçam os arranjos produtivos locais.

#### ■ Capacitação

2. Realizar cursos de capacitação e qualificação profissional para o uso de novas tecnologias voltadas para o desenvolvimento sustentável e utilização de maquinário.
3. Formar profissionais de agronomia e veterinária para prestar apoio técnico aos produtores rurais.

#### ■ Infraestrutura

4. Construir novas escolas técnicas rurais.

### ● Melhoria da produtividade pesqueira

#### ■ Planejamento

1. Realizar um levantamento das demandas das comunidades de pescadores da região.

#### ■ Capacitação

2. Promover a qualificação do trabalho dos pescadores, ampliando o leque de possibilidades na região.

#### ■ Infraestrutura

3. Melhorar as condições de trabalho do pescador artesanal.

#### ■ Fiscalização

4. Fiscalizar as atividades de pesca predatória, principalmente nas áreas de manguezal.

#### ■ Gestão pública

5. Promover a geração de renda para os pescadores da região durante o período de defeso.

### ● Melhoria das condições de trabalho dos pequenos e médios produtores rurais

#### ■ Planejamento

1. Buscar subsídios para fortalecer as cooperativas agrícolas locais.
2. Disponibilizar um serviço de atendimento ao produtor rural que garanta maior produtividade e custos mais baixos.

3. Viabilizar o acesso ao financiamento de pequenos e médios produtores, desde que estejam legalmente aptos a receber as linhas de crédito.

4. Desenvolver cadeias produtivas locais associadas à criação de Sistemas Agroflorestais (SAF).

#### ■ Gestão pública

5. Fornecer maior assistência ao pequeno e médio produtor rural (apoio técnico, capacitação, infraestrutura).
6. Desenvolver mecanismos que estimulem a organização das cadeias produtivas rurais locais.
7. Criar um programa voltado ao desenvolvimento rural sustentável por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura.
8. Criar e executar projetos que visem melhorar as condições de habitação e trabalho de pequenos e médios produtores rurais, fixando-os no campo.

#### ■ Articulação

9. Estabelecer parcerias com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e o Fórum da Agenda 21 Local para a implantação de programas de capacitação e qualificação dos trabalhadores e empregadores rurais, promovendo novos conhecimentos técnicos e culturais.

### ● Estímulo à legalidade dos assentamentos rurais

#### ■ Infraestrutura

1. Melhorar a infraestrutura dos assentamentos rurais (ex.: vias de acesso, saneamento básico, distribuição de água potável).

#### ■ Gestão pública

2. Renegociar as dívidas tributárias de proprietários rurais que estejam inadimplentes.
3. Cumprir as diretrizes apontadas no Plano Diretor.
4. Demarcar as áreas agrícolas cultiváveis.

### ● Estratégias para escoamento da produção agrícola

#### ■ Infraestrutura

1. Criar Sacolões Volantes.
2. Instalar centrais de abastecimento e entrepostos municipais para escoamento da produção no campo.



3. Definir um local apropriado ao funcionamento do Mercado do Produtor Rural.

#### ■ Planejamento

4. Estimular as feiras distritais dos produtores rurais.

#### ■ Gestão pública

5. Ativar o Mercado do Produtor.

### ● Melhoria no atendimento ao produtor rural

#### ■ Comunicação

1. Divulgar os serviços de assistência técnica oferecidos pelos órgãos públicos competentes.

#### ■ Articulação

2. Fortalecer as políticas agrícolas locais mediante parcerias entre a Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca, as Associações de Produtores Rurais.

#### ■ Infraestrutura

3. Melhorar a infraestrutura das sedes dos sindicatos rurais e de trabalhadores rurais, tornando-os centros de referência em atendimento ao produtor rural.

#### ■ Gestão pública

4. Estimular maior comprometimento das lideranças locais em relação aos direitos e deveres do produtor rural.
5. Instalar hortas comunitárias em escolas, creches e outras localidades por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

### ● Melhoria da qualidade dos produtos agrícolas

#### ■ Articulação

1. Realizar convênios de apoio técnico junto aos centros de pesquisa (ex.: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense).

#### ■ Fiscalização

2. Ampliar a fiscalização da Vigilância Sanitária, visando fornecer produtos agrícolas de boa qualidade.

#### ■ Planejamento

3. Criar um selo de qualidade para atestar a procedência dos produtos agrícolas.

### ● Diversidade da produção agrícola local

#### ■ Planejamento

1. Promover a citricultura local.
2. Ampliar a produção de plantas ornamentais visando tornar o município o maior produtor do estado.

#### ■ Comunicação

3. Divulgar a existência de propriedades rurais que produzem plantas ornamentais.

#### ■ Articulação

4. Buscar apoio técnico junto aos produtores de Holambra (São Paulo), visando melhores resultados quanto à produção de flores ornamentais e de corte.

#### ■ Capacitação

5. Realizar cursos, seminários e palestras para auxiliar os pequenos apicultores da região.

#### ■ Gestão pública

6. Fornecer maiores incentivos fiscais aos produtores rurais, buscando melhorias no cultivo de flores e de plantas ornamentais e de corte.
7. Fomentar a captação de recursos financeiros para auxiliar a apicultura e agricultura em geral.

### ● Minimização de problemas associados ao uso de agrotóxicos

#### ■ Comunicação

1. Informar os produtores agrícolas sobre os efeitos negativos da manipulação de agrotóxicos.
2. Realizar ações que estimulem os produtores rurais a utilizar técnicas agrícolas orgânicas em suas propriedades.

#### ■ Fiscalização

3. Assegurar maior fiscalização da manipulação de agrotóxicos nas propriedades rurais.
4. Cumprir a lei que prevê a devolução das embalagens de agrotóxicos ao comerciante e seu correto encaminhamento para descarte.

## ● Incentivo aos benefícios da agricultura orgânica

### ■ Elaboração de programa

1. Elaborar programas voltado ao desenvolvimento da agricultura sustentável e o uso eficiente do solo e dos recursos naturais.

### ■ Planejamento

2. Criar cooperativas para escoar a produção de produtos orgânicos.
3. Ampliar a produção de produtos orgânicos mediante capacitação dos agricultores e campanhas educativas.

### ■ Articulação

4. Realizar parcerias de apoio técnico com instituições de pesquisa, incentivando a produção orgânica mediante cursos de capacitação e campanhas educativas.

### ■ Comunicação

5. Ampliar os programas de divulgação da importância do consumo de alimentos orgânicos.

## ● Ações para reduzir impactos ambientais nas áreas costeiras

### ■ Comunicação

1. Divulgar os resultados do Relatório de Impacto Ambiental do Comperj em audiências públicas.
2. Discutir as obras do PAC com a população, considerando o meio de vida dos pescadores e da população local (comercialização, beneficiamento e outras atividades paralelas).

### ■ Estudos técnicos

3. Solicitar maior fiscalização do licenciamento conferido às obras do PAC nas áreas próximas da região de Itambi (Áreas de Preservação Permanente).

### ■ Gestão pública

4. Viabilizar um mecanismo de proteção aos pescadores em caso de eventuais acidentes ambientais causados por terceiros.
5. Adotar medidas compensatórias para que as comunidades de pescadores não sejam prejudicadas com os impactos ambientais causados pelas obras do PAC.
6. Transferir os ribeirinhos para lugares mais seguros e ambientalmente saudáveis.

## Possíveis parceiros

Associações de Moradores . Câmara Municipal . Emater . Embrapa . Fiperj . Inea . Marinha do Brasil . Ministérios (Pesca e Aquicultura, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Desenvolvimento Agrário) . MP . OAB . Pesagro . Prefeitura Municipal . SEA . Sebrae . Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento) . Secretarias Municipais (Habitação, Trabalho e Renda, Meio Ambiente, Agricultura, Abastecimento e Pesca) . Sindicato Rural de Itaboraí . Universidades.

## Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . BNDES . BVS&A . Caixa Econômica Federal . Comissão Europeia . CT – Agro . Emater . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Fecam . Finep . FNE Verde . FNMA . Funbio . LOA . Ministérios (Pesca e Aquicultura, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Desenvolvimento Agrário) . Prodetab . Pronaf.

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Em seu Capítulo 30, a Agenda 21 reconhece que a prosperidade constante, objetivo fundamental do processo de desenvolvimento, resulta principalmente das atividades do comércio e da indústria. Mas alerta que o setor econômico deve reconhecer a gestão do meio ambiente como uma de suas mais altas prioridades. Não é possível ter uma economia ou uma sociedade saudável num mundo com tanta pobreza e degradação ambiental. O desenvolvimento econômico não pode parar, mas precisa mudar de rumo para se tornar menos destrutivo.

As políticas e operações empresariais podem desempenhar um papel importante na redução do impacto sobre o uso dos recursos e o meio ambiente por meio de processos de produção mais eficientes, estratégias preventivas, tecnologias e procedimentos mais limpos de produção ao longo do ciclo de vida de um produto. É necessário estimular a inventividade, a competitividade e as iniciativas voluntárias para estimular opções mais variadas e efetivas.

A competitividade também exige das indústrias e do comércio a adequação a esta tendência, o que está propiciando o surgimento de produtos e serviços ambientais que visam à diminuição dos danos ao meio ambiente.

A contribuição deste setor para o desenvolvimento sustentável pode aumentar à medida que os preços de bens e serviços reflitam cada vez mais os custos ambientais de seus insumos, produção, uso, reciclagem e eliminação, segundo as condições de cada local.



*Estima-se que o Comperj vai gerar mais de 200 mil empregos diretos, indiretos e por efeito renda*



*A indústria de cerâmica é tradicional na região*

Em Itaboraí, a existência da *Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL)* é vista como um ponto positivo para o desenvolvimento do comércio. Mas os membros da Agenda 21 se queixam da *falta de políticas de incentivo fiscal para atrair novos investimentos e para a ampliação e geração de novos postos de trabalho.*

O grupo acredita que haverá *maior interesse do poder público com a vinda para a região do Complexo Petroquímico e de outras empresas relacionadas a esse setor, e a consequente geração de novas oportunidades.* No entanto, também mostrou apreensão com a eventual *falta de fiscalização das leis trabalhistas nas empresas que deverão se instalar no município.*

Há temor em relação à possibilidade de *substituição da mão de obra local pela de imigrantes* e também com a possível *perda de competitividade da indústria e comércio locais frente aos novos agentes econômicos que estão se fixando no município.*

## PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

### ● Geração de emprego e renda no setor de indústria e comércio

#### ■ Capacitação

1. Promover cursos de qualificação, capacitação e especialização para a formação de mão de obra, de modo a atender às necessidades das indústrias e empresas instaladas junto ao Comperj.

#### ■ Gestão pública

2. Criar incentivos fiscais que estimulem a instalação de empresas no município.
3. Assegurar o cumprimento das normas estabelecidas no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.

### ● Fortalecimento do setor de indústria e comércio

#### ■ Articulação

1. Articular com os empresários locais a diversificação de seus empreendimentos, buscando o aumento da competitividade.
2. Estabelecer parcerias com as universidades e o Sistema “S” para promover a instalação de incubadoras de empresas no município.

#### ■ Gestão pública

3. Buscar maior comprometimento da Secretaria Municipal de Agricultura, Comércio, Indústria e Turismo com as políticas voltadas para a geração de emprego e renda no setor de indústria e comércio (ex.: redução da carga tributária da cadeia produtiva e comercial).

#### ■ Capacitação

4. Promover capacitação, qualificação e especialização da mão de obra por meio de cursos técnicos e em parceria com o empresariado local.

### ● Ações para a melhoria da infraestrutura do comércio

#### ■ Planejamento

1. Fortalecer a Câmara de Dirigentes Lojistas de Itaboraí.

#### ■ Gestão pública

2. Criar incentivos à instalação de novos empreendimentos comerciais.

#### ■ Fiscalização

3. Fiscalizar os estabelecimentos comerciais que não cumprem as normas de higiene exigidas.
4. Intensificar a fiscalização da instalação de estabelecimentos comerciais, por intermédio do Departamento de Postura para o Comércio.

### Possíveis parceiros

Câmara de Dirigentes Lojistas de Itaboraí . Câmara Municipal . Empresas associadas ao Comperj . FGV . Firjan . IBGE . Ministérios (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Trabalho e Emprego) . Prefeitura Municipal . Prominp . Sebrae . Secretarias Estaduais (Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, Trabalho e Renda) . Secretarias Municipais (Indústria, Comércio e Turismo, Desenvolvimento Social, Habitação, Trabalho e Renda) . Senac . Senai . Sesc . TCE-RJ . Universidades.

### Possíveis fontes de financiamento

BNDES . CT-Petro . Empresas associadas ao Comperj . FAT . LOA . PAC . Planfor . Proger . Prominp.

## TURISMO

O turismo está entre as atividades econômicas que mais dependem da conservação e valorização do meio ambiente natural e construído, especialmente para os destinos cujo destaque são os atrativos relacionados à cultura e às belezas naturais. É considerado sustentável quando consegue alcançar os resultados econômicos desejados respeitando o meio ambiente e o desenvolvimento das comunidades locais.

Os turistas, cada vez mais, favorecem empreendimentos que minimizam a poluição, o desperdício, o uso de energia, de água e de produtos químicos tóxicos. Visitantes satisfeitos, que levam consigo novos conhecimentos e recomendam aos amigos que tenham a mesma experiência, são a garantia de sucesso de um destino turístico.

Um ambiente saudável e preservado, no qual há respeito pela diversidade humana, natural e cultural é o ideal para a prática sustentável do turismo. Se essas condições não são asseguradas, o destino começa a declinar e deixa de gerar os benefícios a que se propõe.

O desenvolvimento do turismo sustentável deve respeitar a legislação vigente, garantir os direitos das populações locais, conservar o ambiente natural e sua biodiversidade, considerar o patrimônio cultural e os valores locais, e estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos.

Negócios turísticos sustentáveis empregam e capacitam a população local, compram produtos da região e usam serviços também locais. Cooperam com a manutenção de habitats naturais, sítios históricos e lugares que se destacam pela beleza da paisagem.



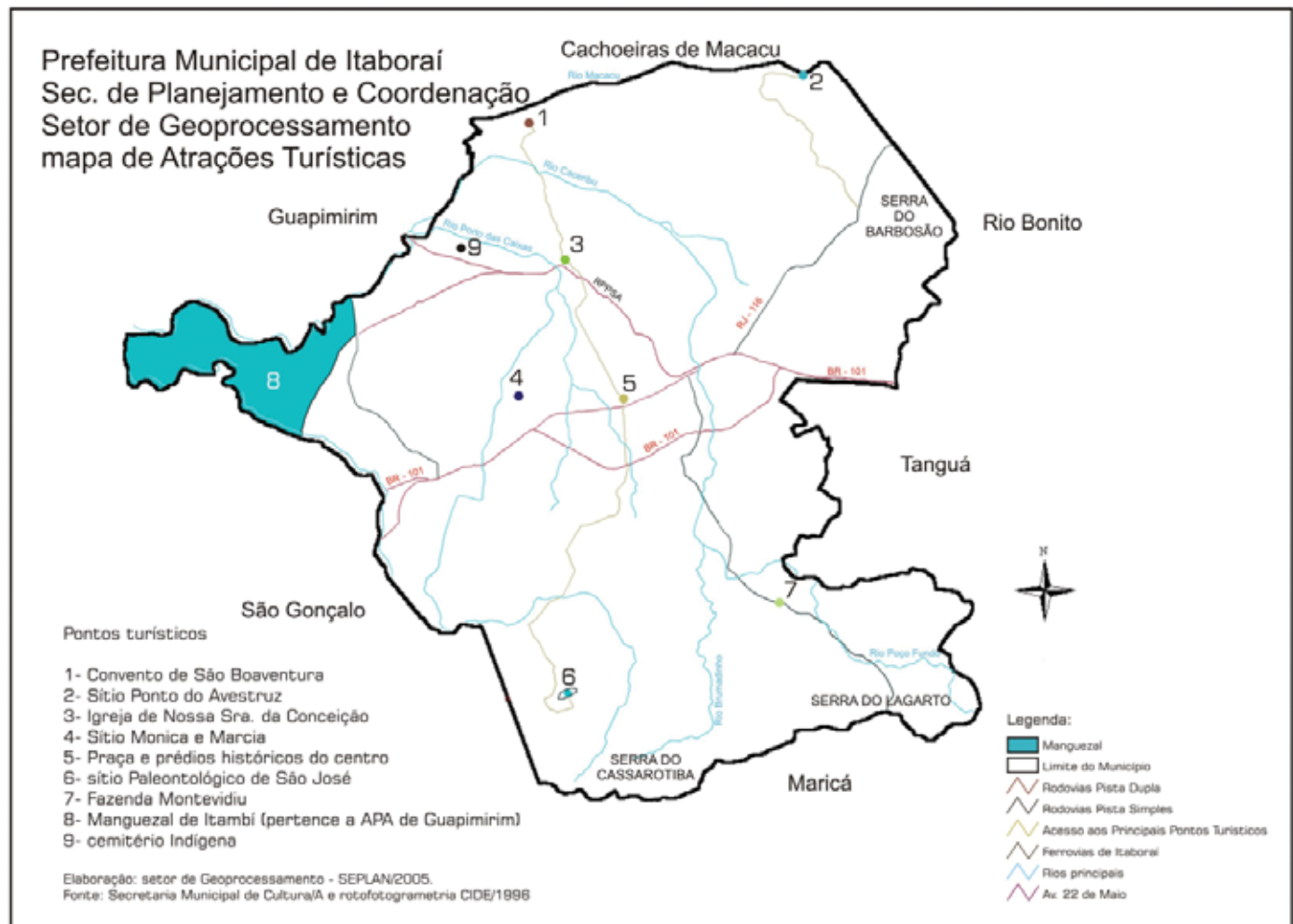
*O patrimônio arquitetônico é uma das atrações de Itaboraí*

**Itaboraí possui diversos** pontos de interesse turístico: Parque Paleontológico da Bacia Calcária de São José; Praça Marechal Floriano Peixoto; Ruínas do Convento de São Boaventura (1660); Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres (sobrado elegante do princípio do século 19, onde funciona um museu); Teatro Municipal João Caetano; Igreja Nossa Senhora do Bonfim; Igreja Matriz de São João Batista; Palacete do Visconde de Itaboraí (atual sede da prefeitura); Prédio da Secretaria de Educação e Cultura; Prédio da Câmara de Vereadores; Casa da Câmara e antiga Cadeia (1840); Fonte Carioca; Biblioteca Municipal; Sede da Fazenda Montevideo (1863), em Pachecos; Maçonaria; Travessa Espírito Santo e Mangue de Itambi.

Para os participantes do Fórum, *o turismo rural é uma potencialidade a ser explorada.*



Mapa 14: Descrição das atrações turísticas de Itaboraí



Fonte: Prefeitura de Itaboraí (2005).

## PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

### ● Promoção do turismo local

#### ■ Projetos

1. Elaborar projetos que incentivem o ecoturismo e o turismo rural e cultural.

#### ■ Infraestrutura

2. Melhorar a infraestrutura dos pontos turísticos locais (ex.: Fonte Carioca, Poço do Bambu, cemitério indígena).

#### ■ Gestão pública

3. Criar um Conselho Municipal de Turismo.

### Possíveis parceiros

Abav . Câmara Municipal . Empresas associadas ao Comperj .  
Fundação O Boticário de Proteção a Natureza . Fundação SOS

Mata Atlântica . Ministério do Turismo . ONGs . Prefeitura Municipal . Prodetur . Sebrae . Secretarias Estaduais (Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda) . Secretarias Municipais (Desenvolvimento Social, Educação e Cultura, Habitação, Trabalho e Renda, Indústria, Comércio e Turismo) . TCE-RJ . Turisrio . Universidades.

### Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . BNDES . Caixa Econômica Federal . Empresas associadas ao Comperj . Funbio . Fundação O Boticário de Proteção a Natureza . LOA . Ministério do Turismo . PAC . Plano Nacional de Municipalização do Turismo . Prodetur.

## GERAÇÃO DE RESÍDUOS

As atividades industriais, agroindustriais, hospitalares, de transportes, serviços de saúde, comerciais e domiciliares produzem grandes volumes de resíduos sólidos sob a forma de plásticos, metais, papéis, vidros, pneus, entulhos, lixo eletrônico, substâncias químicas e alimentos. Para piorar este quadro, a maioria dos municípios não conta com mecanismos de gerenciamento integrado desses resíduos.

Substâncias químicas perigosas de origem orgânica, como os organoclorados, ou inorgânica, como metais pesados (chumbo e mercúrio, entre outros), provocam doenças e não se degradam na natureza. Pilhas, baterias de telefones celulares, lâmpadas de mercúrio e outros resíduos perigosos têm em sua composição metais pesados, altamente tóxicos, não biodegradáveis e que se tornam solúveis, penetrando no solo e contaminando as águas.

Já os resíduos infectantes gerados pelos serviços de saúde constituem risco pelo potencial de transmissão de doenças infectocontagiosas, uma vez que nem sempre são coletados, tratados, eliminados ou dispostos corretamente. É urgente a diminuição, o gerenciamento, a reciclagem e a reutilização dos resíduos gerados ao longo de todas as fases do processo econômico, considerando que muitos deles podem ser reaproveitados, beneficiando a todos.

*Itaboraí enfrenta a falta de um programa de gerenciamento de resíduos perigosos, e não há a devida atenção às populações mais expostas a tais riscos. O município não dispõe de equipamentos nem de mão de obra qualificada para solucionar o problema – para mitigar possíveis impactos ambientais*

### Classes dos resíduos

**1 – Perigosos** – Apresentam riscos à saúde pública e ao meio ambiente, exigindo tratamento e disposição especiais;

**2 – Não inertes** – Não apresentam periculosidade. (ex.: lixo doméstico);

**3 – Inertes** – Não contaminam a água, não se degradam ou não se decompõem quando dispostos no solo (se degradam muito lentamente). Muitos deles são recicláveis (ex.: entulhos de demolição, pedras e areias retirados de escavações).

**Tabela 3: Relação entre origem e classes de resíduos e responsáveis por seu descarte**

| Origem                                      | Possíveis Classes | Responsável        |
|---------------------------------------------|-------------------|--------------------|
| Domiciliar                                  | 2                 | Prefeitura         |
| Comercial                                   | 2, 3              | Prefeitura         |
| Industrial                                  | 1, 2, 3           | Gerador do resíduo |
| Público                                     | 2, 3              | Prefeitura         |
| Serviços de saúde                           | 1, 2, 3           | Gerador do resíduo |
| Portos, aeroportos e terminais ferroviários | 1, 2, 3           | Gerador do resíduo |
| Agrícola                                    | 1, 2, 3           | Gerador do resíduo |
| Entulho                                     | 3                 | Gerador do resíduo |

Fonte: [http://ambientes.ambientebrasil.com.br/residuos/residuos/classes\\_dos\\_residuos.html](http://ambientes.ambientebrasil.com.br/residuos/residuos/classes_dos_residuos.html)

*provocados por resíduos tóxicos e perigosos. Além disso, falta uma política para o manejo adequado das embalagens de substâncias tóxicas.*

*Na percepção dos participantes, o problema tende a se agravar devido ao aumento do fluxo de caminhões que passarão a transportar substâncias tóxicas depois da inauguração do Comperj. Os participantes defendem uma articulação entre os governos municipal, estadual e federal para fiscalizar o fluxo de substâncias tóxicas e perigosas.*

*Outra questão levantada é a existência de vários postos de gasolina e oficinas mecânicas e de lanternagem que trabalham com substâncias perigosas sem monitoramento e fiscalização adequados. Há expectativa de que esta situação melhore devido à convocação prevista de concurso para analista e fiscal ambiental.*

*Os participantes esperam a aprovação do Plano Municipal de Resíduos Sólidos, Lei Complementar 72/2008, ainda em tramitação na Câmara Municipal. O Código Ambiental, encaminhado pelo Comdema, já foi aprovado.*

*A aprovação do Plano Diretor e a existência de um termo de referência para controlar o transporte de materiais radioativos (Cnen/Ibama) são considerados pontos positivos.*

*Itaboraí conta com apenas um posto de coleta de pilhas e baterias, que fica na agência do Banco Santander, no Centro.*

## PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

### ● Gestão dos resíduos gerados pelos processos de produção

#### ■ Gestão pública

1. Cumprir o Código Ambiental Municipal.
2. Elaborar uma legislação adequada que oriente o comportamento ambiental de todos os segmentos da sociedade.
3. Implantar o Plano Diretor de Resíduos Sólidos.
4. Adequar a legislação vigente, visando aumentar a fiscalização.

### ● Ações para redução dos resíduos tóxicos

#### ■ Comunicação

1. Orientar a população sobre o manejo adequado das embalagens de substâncias tóxicas.
2. Realizar campanhas de divulgação sobre os riscos que os resíduos tóxicos podem causar à saúde e ao meio ambiente.
3. Realizar ações educativas em postos de gasolina e oficinas mecânicas para garantir o manejo adequado das substâncias químicas.

#### ■ Articulação

4. Articular com os Fóruns municipais da Agenda 21 a criação de uma Câmara Técnica que discuta a questão dos resíduos tóxicos nas áreas de influência do Comperj.
5. Verificar com as indústrias da região a possibilidade de aquisição de uma frota de caminhões devidamente equipada para o transporte de substâncias químicas tóxicas.

#### ■ Infraestrutura

6. Estabelecer um local adequado para recebimento de substâncias tóxicas.
7. Adquirir equipamentos apropriados ao manejo dos resíduos tóxicos que minimizem os impactos ambientais.

#### ■ Fiscalização

8. Fiscalizar com maior rigor a destinação dos resíduos industriais.
9. Monitorar os caminhões que transportam substâncias químicas tóxicas (ex.: estipular horários para o tráfego dos caminhões nas rodovias que atravessam o município, implementar um plano de contingência).

### ● Gerenciamento de resíduos perigosos

#### ■ Capacitação

1. Capacitar os profissionais que trabalham na coleta do lixo hospitalar.

#### ■ Fiscalização

2. Fiscalizar a empresa terceirizada que recolhe e destina o lixo hospitalar, para que o serviço seja executado adequadamente.
3. Fiscalizar o destino do lixo hospitalar produzido por consultórios, clínicas e hospitais particulares.

#### ■ Infraestrutura

4. Estender os pontos de coleta de pilhas e baterias a outras localidades do município.

#### ■ Capacitação

5. Promover melhor treinamento dos fiscais ambientais e informar a sociedade civil, para que todos possam ajudar no controle da geração de resíduos perigosos.

### ● Controle de resíduos radioativos

#### ■ Gestão pública

1. Cumprir o termo de referência relacionado ao transporte de materiais radioativos (Cnen/Ibama).
2. Articular com o Cnen/Ibama a divulgação de informações sobre o termo de referência que controla a atividade de transporte de materiais radioativos.

#### ■ Infraestrutura

3. Melhorar a infraestrutura da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, para que haja uma fiscalização mais efetiva das empresas que manipulam materiais radioativos.

### Possíveis parceiros

Câmara Municipal . Cnen . Emater . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Ibama . Inea . Ministérios (Ciência e Tecnologia, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Meio Ambiente) . MP . OAB . ONGs . Pesagro . Prefeitura Municipal . SEA . Secretarias Estaduais (Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, Ambiente) . Secretaria Municipal de Meio Ambiente . Universidades.

### Possíveis fontes de financiamento

CNPq . Empresas associadas ao Comperj . Faperj . Fecam . Finep . ICMS Verde . LOA . Pibic.







5

Meios  
de Implementação

## CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Segundo a Agenda 21, o desafio relacionado a este tema é utilizar o conhecimento científico e tecnológico em busca de soluções inovadoras em prol do desenvolvimento sustentável. E um dos papéis da ciência é oferecer informações que permitam desenvolver políticas adequadas à gestão cautelosa do meio ambiente e ao desenvolvimento da humanidade.

A ciência e a tecnologia devem colaborar para a adoção de técnicas de manejo e uso adequado dos recursos ambientais, melhorando a qualidade de vida das populações e permitindo sua participação na elaboração de estratégias de desenvolvimento local.

A fim de alcançar esses objetivos são necessárias ações para melhorar, atualizar e ampliar, ao longo do tempo e de forma permanente, as bases de dados científicos existentes. Isto exige o fortalecimento das instituições de pesquisas, o estímulo aos cientistas e a ampliação das fontes de financiamento, além de uma aproximação das instituições científicas e tecnológicas e dos cientistas com a população.

Segundo a Unesco, o Brasil aplica aproximadamente 1,4% do PIB em ciência e tecnologia, sendo que 1,02% do PIB são investimentos diretos em pesquisa e desenvolvimento. Mas observa que o País enfrenta o desafio de fazer com que os investimentos cheguem de forma mais homogênea à população e possam efetivamente melhorar sua qualidade de vida.

**Em Itaboraí, os participantes** da Agenda 21 manifestaram preocupação quanto à *falta de uma Secretaria de Ciência e Tecnologia e de instituições que estimulem a pesquisa científica no município*. Estas deficiências levam ao *desconhecimento sobre o tema*.

Os participantes apontaram ainda a *inexistência de um Centro de Convenções* como um agravante e informaram que há *disponibilidade de áreas públicas* para a construção de um espaço para a realização de eventos.

Uma das conquistas desta área foi a *criação do Itadados pela Secretaria de Planejamento Municipal, para compilação de dados pesquisados, com o objetivo de apresentar informações do município*. O Itadados pode disponibilizar *informações socioeconômicas, ambientais, culturais etc.*

No entanto, o grupo teme que a *falta de um mecanismo para viabilizar a continuidade de políticas, independentemente da troca dos gestores*, venha a prejudicar a geração, utilização e disseminação dos dados produzidos pelo Itadados.

**Biotecnologia** – Aplicação tecnológica que usa organismos vivos ou seus derivados para fabricar ou modificar produtos ou processos. Especialmente utilizada na agricultura, nas ciências dos alimentos e na medicina.





*O Centro Vocacional de Itaboraí forma técnicos na área de construção civil*

Os participantes se queixam também da *falta de informações adequadas para o gerenciamento dos assuntos ligados ao desenvolvimento sustentável que possam auxiliar os gestores públicos na tomada de decisões.*

Entre os estudos desenvolvidos no município, *há programas de cooperação técnica entre universidades e centros de pesquisas visando à qualificação dos funcionários municipais.* Também foi mencionada a *existência de algumas pesquisas científicas realizadas por instituições como o Instituto Estadual do Ambiente (Inea), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (Emater).*

No entanto, *o município não tem acesso aos resultados das pesquisas realizadas pelas universidades ou institutos de pesquisa, que não democratizam os dados pesquisados.*

*Faltam comunicação e divulgação dos projetos científicos sobre o meio ambiente, bem como instituições que acompanhem as inovações tecnológicas das áreas do meio ambiente e da urbanização no município. Faltam ainda programas de transferência de tecnologias ambientalmente saudáveis.*

*A falta de divulgação sobre manejo ambientalmente saudável da biotecnologia e de um programa integrado de sustentabilidade ambiental local prejudica o aproveitamento de potencialidades do município, como os grupos de produtores rurais.*

O grupo citou especificamente a *falta de um centro de pesquisa de biotecnologia que capacite a população sobre o tema e o desconhecimento dos efeitos negativos da manipulação genética.*

## PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

### ● Criação de uma Política Municipal de Ciência e Tecnologia

#### ■ Gestão pública

1. Criar a Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia.
2. Assegurar, após a criação da Secretaria, a promoção de programas de cooperação técnica com as universidades, de maneira a garantir acesso aos resultados obtidos nas pesquisas realizadas no município.
3. Desenvolver estratégias para aumentar as oportunidades de negócios sustentáveis.

#### ■ Planejamento

4. Criar um Centro de Ciência e Tecnologia no município para o desenvolvimento de projetos ambientais na região.

### ● Disponibilização de dados

#### ■ Planejamento

1. Integrar o Itadados e o Centro de Ciência e Tecnologia (após sua criação).
2. Criar um banco de dados para armazenamento das pesquisas realizadas no município.

#### ■ Gestão pública

3. Assegurar transparência ao processo de troca de gestão a fim de garantir a continuidade das atividades relevantes.

#### ■ Comunicação

4. Criar um plano de divulgação para que todos tenham acesso às pesquisas já realizadas e em andamento.
5. Publicar boletins informativos para divulgação de novas pesquisas e assuntos relevantes.

#### ■ Capacitação

6. Capacitar os funcionários em gestão da informação, para aperfeiçoar o trabalho realizado no Itadados.

#### ■ Infraestrutura

7. Modernizar a infraestrutura do Itadados.

#### ■ Articulação

8. Articular junto ao IBGE a divulgação de informações referentes ao desenvolvimento sustentável da região.

### ● Divulgação de pesquisas realizadas

#### ■ Articulação

1. Firmar termos de cooperação técnica entre universidades e centros de pesquisas.
2. Articular com as universidades a liberação da relação de pesquisas (teses de mestrado, doutorado, graduação) realizadas no município.

#### ■ Comunicação

3. Incluir no Itadados a relação das pesquisas realizadas pelas universidades.

### ● Estímulo ao ensino e à pesquisa

#### ■ Planejamento

1. Desenvolver tecnologias sustentáveis, em parceria com organizações privadas, a fim de encontrar alternativas para a fabricação de tijolos.

#### ■ Projetos

2. Elaborar pesquisas e projetos científicos como medida preventiva para a preservação e melhoria da qualidade de vida da população.

#### ■ Comunicação

3. Cobrar de órgãos como Sebrae e Emater a ampla divulgação de dados obtidos em pesquisas realizadas.

### ● Incentivo à tecnologia sustentável

#### ■ Articulação

1. Promover intercâmbio com centros de pesquisas e universidades, visando à transferência de tecnologias ambientalmente saudáveis.
2. Promover intercâmbio com municípios que tenham maior experiência em biotecnologia.

#### ■ Comunicação

3. Criar um plano de divulgação do manejo ambientalmente saudável da biotecnologia.



## Possíveis parceiros

Emater . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . Fiocruz . Fundação BioRio . IBGE . Itadados . Ministérios (Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente) . Sebrae . Secretarias Estaduais (Ciência e Tecnologia, Educação, Ambiente) . Secretarias Municipais (Governo, Educação e Cultura, Meio Ambiente) . Universidades . Veículos de comunicação local.

## Possíveis fontes de financiamento

CNPq . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Faperj . Finep . FNMA . LDO . LOA . Pibic.

## RECURSOS FINANCEIROS

**ICMS-Verde** – A legislação tradicional do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) prevê que 25% dos recursos arrecadados pelo governo estadual do Rio de Janeiro sejam repassados às prefeituras, segundo critérios como número de habitantes e área territorial. Com a aprovação da Lei do ICMS-Verde, o componente ecológico foi incorporado a essa distribuição, tornando-se um dos seis índices estabelecidos para o cálculo do imposto. Dependendo do tipo de política que adotar em favor do meio ambiente, o município terá direito a maior repasse do imposto. O índice de repasse do ICMS-Verde é composto da seguinte forma: 45% para áreas conservadas (Unidades de Conservação, reservas particulares e áreas de proteção permanentes); 30% para qualidade da água; e 25% para a administração dos resíduos sólidos. As prefeituras que criarem suas próprias Unidades de Conservação terão direito a 20% dos 45% destinados à manutenção de áreas protegidas. Os índices para a premiação dos municípios são elaborados pela Fundação Cide.

*(Fonte: Centro de Informações de Dados do Rio de Janeiro)*

O cumprimento dos objetivos da Agenda 21 Global exige um fluxo substancial de recursos financeiros, sobretudo para os países em desenvolvimento, que ainda necessitam resolver questões estruturais para que sejam construídas as bases de um desenvolvimento sustentável.

No plano local, o fortalecimento da capacidade das instituições para a implementação da Agenda 21 também exige financiamento, e um dos principais desafios enfrentados nesse processo é a identificação de mecanismos para obter recursos financeiros que viabilizem a execução dos Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável.

A busca de financiamento deve não só considerar os recursos conhecidos como também buscar novas fontes, ampliando e diversificando as alternativas existentes para os diferentes processos e localidades. Essa tarefa demanda competências e capacidade técnica para quantificar de forma adequada as necessidades, planejar e desenvolver projetos que permitam a captação, além de monitorar e controlar a aplicação dos recursos e o andamento das ações contempladas.

Nesse sentido, destaca-se a importância de processos de capacitação e formação de quadros locais que possam desenvolver de forma adequada os projetos e atuar de forma transparente na utilização dos recursos disponibilizados. Já para o monitoramento e controle, é importante implementar mecanismos eficientes e criar estratégias que promovam a transparência na prestação de contas à sociedade.

A participação da sociedade deve permear todo o processo, desde a escolha da destinação dos recursos obtidos, visando à eficácia de sua aplicação, até seu acompanhamento ao longo da utilização.

**Em Itaboraí, em 2009** as receitas (municipais) totais somaram R\$ 243,84 milhões, enquanto que as despesas totais foram de R\$ 242,25 milhões, constituindo um aumento de 127% em receita e de 82% de despesas em comparação ao período entre 2003 e 2008. A tabela na página seguinte traz alguns indicadores do TCE para 2009 em Itaboraí.

Em 2010, embora os dados das receitas e despesas totais do município ainda não estejam disponíveis, foi verificado que Itaboraí recebeu, naquele ano, R\$ 493.949,00 referentes ao ICMS ecológico, que foram distribuídos da seguinte maneira: mananciais de abastecimento (R\$ 72.247,00), tratamento de esgoto (R\$ 49.023,00), destino final de lixo (R\$ 147.302,00), remediação de vazadouros (R\$ 107.588,00), e Unidades de Conservação (R\$ 117.789,00).

Os integrantes do Fórum afirmaram que a *verificação da situação das contas municipais* pode trazer bons resultados, como a *expectativa de aumento da arrecadação do município ou a regularização de sua prestação de contas*.

Segundo o grupo, há escassez de recursos financeiros no município, e uma das razões é a *falta de informação sobre mecanismos de financiamento e fundos setoriais*. Segundo os participantes, a *maioria dos municípios de abrangência do Comperj também desconhece os procedimentos e exigências para a participação nas licitações de fundos nacionais e/ou internacionais*. Eles sugerem a *criação de um Grupo de Trabalho para pesquisar estes mecanismos* e levantar outras informações. Outra preocupação é falta de *preparo técnico para captação de recursos financeiros*.

O grupo apontou também a *necessidade de criação de canais que façam a integração e o intercâmbio entre o município e as instituições nacionais e internacionais* de financiamento.

**Tabela 4: Descrição dos índices econômicos no município de Itaboraí**

| Índice | Nomenclatura                                                                  | Fórmula                                                    | Valor  | Descrição                                                                                                  | Série Histórica |
|--------|-------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|--------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|
| 1      | Indicador de equilíbrio orçamentário                                          | receita realizada/<br>despesa executada                    | 1,0066 | Há R\$ 106,66 para cada R\$ 100 executados. Superávit execução                                             | Ver gráfico 10  |
| 2      | Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa | despesas de custeio/<br>receitas correntes                 | 0,88   | De toda a receita corrente, 88% está comprometida com o custeio do funcionamento da máquina administrativa | Ver gráfico 11  |
| 3      | Autonomia financeira                                                          | receita tributária própria/<br>despesas de custeio         | 0,200  | Apenas 20,0% de toda a receita do município é proveniente do próprio.                                      | Ver gráfico 12  |
| 4      | Esforço tributário próprio                                                    | transferências correntes e de capital/receita realizada    | 0,397  | Do total de receitas do município, 39,7% vêm de transferências                                             | Ver gráfico 13  |
| 5      | Carga tributária per capita                                                   | receita tributária própria+cobrança dívida ativa/população | 210,28 | Ao longo do período (2008), cada habitante contribuiu em média com R\$ 210,28 para o Fisco municipal       | Ver gráfico 14  |
| 6      | Investimentos per capita                                                      | investimentos/população do município                       | 98,34  | Cada habitante recebeu da administração pública, R\$ 98,34 em forma de investimentos                       | Ver gráfico 15  |
| 7      | Grau de investimento                                                          | investimentos/receita total                                | 9,0%   | Os investimentos públicos representam 9,0% da receita total do município                                   | Ver gráfico 16  |
| 8      | Liquidez corrente                                                             | Ativo financeiro/ Passivo financeiro                       | 1,82   | Para cada parte devida, existe 1,82 vezes mais receita para pagar.                                         | Ver gráfico 17  |

Fonte: TCE, *Estudo Socioeconômico do Município de Itaboraí (2009)*

Gráfico 10: Indicador de equilíbrio orçamentário

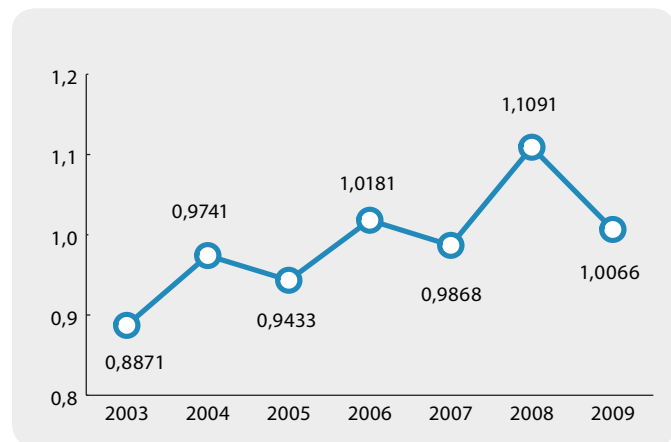


Gráfico 13: Esforço tributário próprio

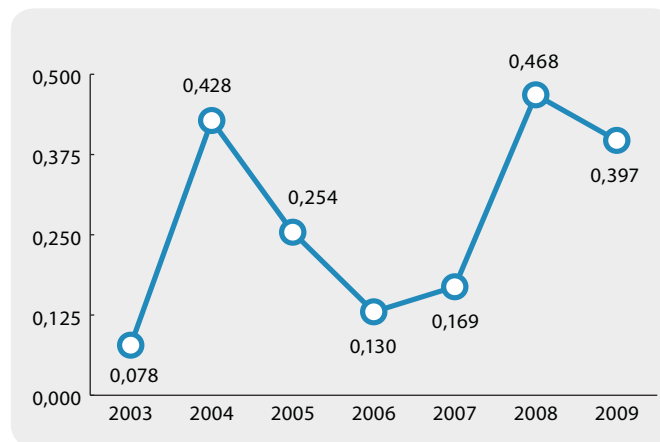


Gráfico 11: Despesas de custeio

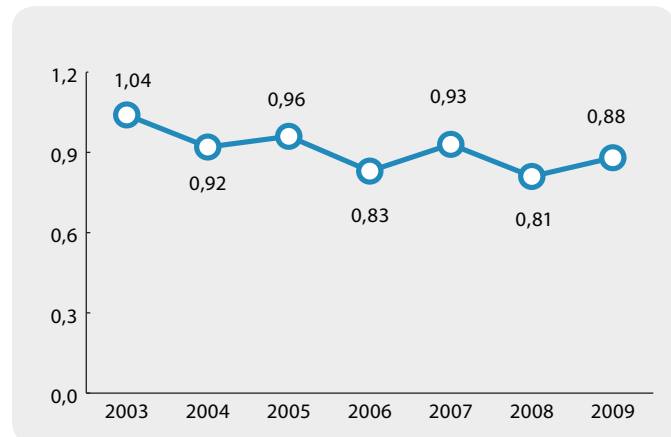


Gráfico 14: Carga tributária *per capita*

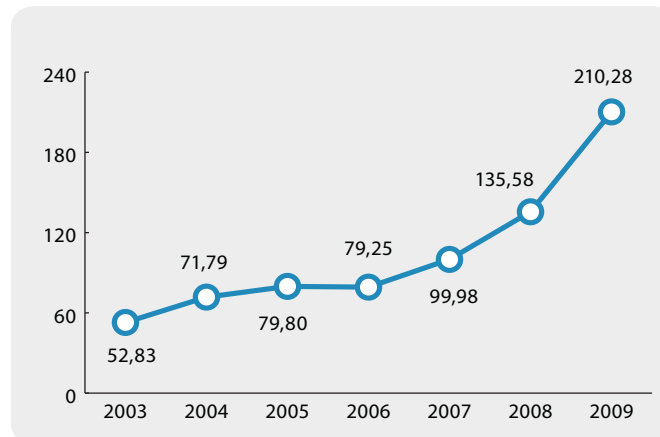


Gráfico 12: Autonomia financeira

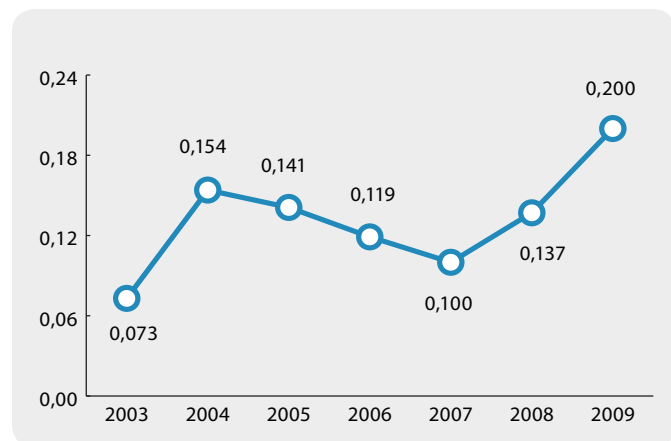


Gráfico 15: Investimentos *per capita*

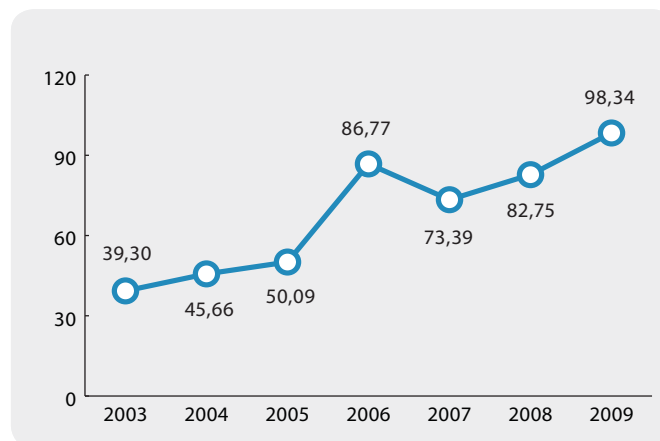


Gráfico 16: Grau de investimento

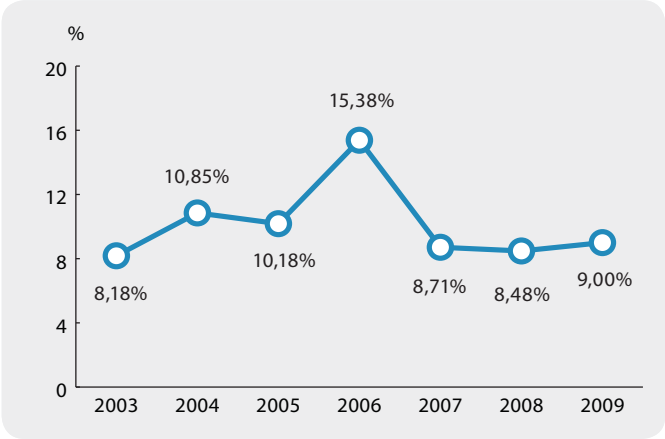
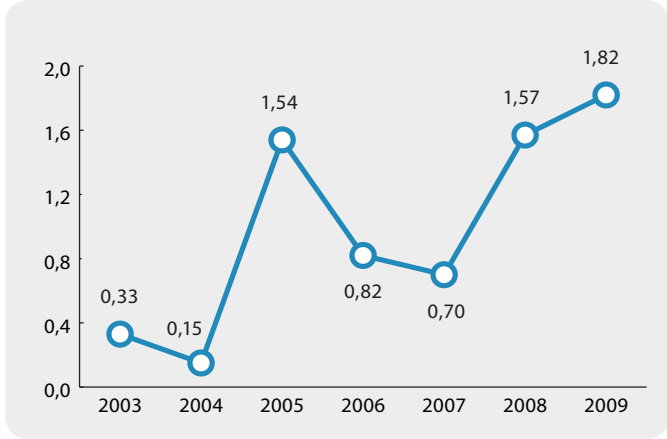


Gráfico 17: Liquidez corrente





## PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

### ● Mecanismos de captação de recursos para o Fórum da Agenda 21

#### ■ Gestão pública

1. Incluir a Agenda 21 Local na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.
2. Tornar obrigatória a participação do Fórum da Agenda 21 Local na elaboração do Plano Plurianual.
3. Cobrar que o repasse dos recursos destinados no orçamento municipal ao Fórum da Agenda 21 Local seja feito ao Fundo 21.

#### ■ Elaboração de projetos

4. Elaborar projetos para captação de recursos alternativos.

#### ■ Capacitação

5. Capacitar os membros do Fórum para elaboração de projetos e captação de recursos.

#### ■ Articulação

6. Realizar intercâmbios com municípios que estejam em processo avançado de elaboração de projetos e captação de recursos.

### ● Mapeamento de recursos financeiros internacionais

#### ■ Gestão pública

1. Elaborar e estruturar o planejamento integrado dos órgãos ambientais, cumprindo a legislação vigente.
2. Prover recursos financeiros para gerenciar os recursos naturais (principalmente os ecossistemas frágeis<sup>11</sup>).
3. Identificar possíveis fontes de recursos financeiros internacionais.

#### ■ Articulação

4. Realizar parcerias com órgãos que orientem e esclareçam dúvidas sobre os recursos financeiros internacionais.
5. Promover intercâmbios com municípios que realizam trabalhos financiados com recursos internacionais, a fim de conhecer o processo.

#### ■ Capacitação

6. Capacitar o Fórum da Agenda 21 Local para a captação de recursos financeiros internacionais.

### ● Captação de recursos financeiros

#### ■ Planejamento

1. Efetuar um levantamento da mão de obra local disponível para realizar tais capacitações.

#### ■ Fiscalização

2. Criar uma comissão para acompanhar os gastos públicos e verificar a situação de adimplência do município.

### Possíveis parceiros

ABNT . Câmara dos Dirigentes Lojistas de Itaboraí . Câmara Municipal . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . FGV . Firjan . IBGE . ILTC . Ibama . ICMBio . Inea . Ministérios (Relações Exteriores, Meio Ambiente, Fazenda, Planejamento) . MP . OAB . ONGs . Prefeitura Municipal . Rebal . SEA . Sebrae . Secretarias Estaduais (Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, Planejamento e Gestão, Fazenda) . Secretarias Municipais (Transporte, Saúde, Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Serviços Públicos, Obras, Indústria, Comércio e Turismo, Habitação, Trabalho e Renda, Esporte e Lazer, Educação e Cultura, Desenvolvimento Social, Integração Regional, Fazenda, Meio Ambiente, Administração, Governo) . Universidades . Veículos de comunicação local.

### Possíveis fontes de financiamento

ABC . Ampla . Banco do Brasil . Banco Real Santander . BNDES . BVS&A . Caixa Econômica Federal . CNPq . Eletrobras . Empresas associadas ao Comperj . Faperj . Fecam . Finep . FMMA . Funbio . ICMS Verde . LOA . Ministérios (Cultura, Ciência e Tecnologia) . Pibic . Programa Petrobras Ambiental . Programa Petrobras Cultural.

<sup>11</sup> São ecossistemas importantes, com características e recursos únicos. Incluem desertos, terras semiáridas, montanhas, terras úmidas, ilhotas e determinadas áreas costeiras.

## MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A participação, essencial em um processo de Agenda 21 Local, tem a função de aproximar o cidadão da gestão e das políticas públicas. Dessa maneira, ele conquista espaço, garante a elaboração de um planejamento que reflita as necessidades locais e acompanha sua implantação.

A mobilização social é parte importante do processo de fomento à participação. Ela acontece quando um grupo de indivíduos se reúne e decide agir para um bem comum. Fazer parte de um processo de mobilização é uma escolha que depende das pessoas se verem ou não como responsáveis e capazes de transformar sua realidade.

O desenvolvimento local depende do acesso a informações organizadas e disponibilizadas com transparência a todos os interessados. Para que possam participar efetivamente dos processos decisórios e influenciar as políticas locais, os cidadãos devem estar bem informados sobre os problemas, oportunidades e potenciais da região.

Embora haja uma quantidade considerável de dados produzidos, é preciso sistematizá-los e atualizá-los para que se transformem em informação útil para as populações e que sua divulgação seja ampla e democrática entre os diferentes segmentos sociais.

O desafio é promover formas de organizar, disponibilizar e divulgar as informações de modo integrado, coerente e acessível a todos, para que elas se tornem ferramentas eficazes de participação social.

**O grupo de Itaboraí** mostrou-se preocupado com a *falta de integração entre o poder público, o setor privado e as comunidades para a tomada de decisões.*

No município existem diversas rádios comunitárias que têm papel relevante na mobilização de comunidades organizadas.

## PROPOSTAS

● *Alta prioridade*

● *Média prioridade*

● *Baixa prioridade*

### ● Mecanismos para promover a integração entre os diversos setores da sociedade civil

#### ■ Comunicação

1. Criar um plano de divulgação dos projetos realizados no município.
2. Criar rádios comunitárias com o apoio das associações de moradores.
3. Convidar oficialmente as autoridades a participar das ações e reuniões realizadas pelas associações de moradores.

#### ■ Planejamento

4. Criar eventos esportivos entre bairros, promovendo a integração entre as comunidades.

5. Criar um plano que promova a integração do Primeiro Setor com as ações da sociedade.

### Possíveis parceiros

Câmara Municipal . Confederação Nacional dos Municípios . Conleste . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . Federação das Associações de Moradores de Itaboraí (Fami) . FGV . Firjan . Ibam . IBGE . MP . OAB . ONGs . Prefeitura Municipal . Sebrae . Secretaria Municipal de Educação e Cultura . Senac . Senai . Sesc . TCE-RJ . Universidades . Veículos de comunicação local.

### Possíveis fontes de financiamento

ABC . Banco do Brasil . BVS&A . Caixa Econômica Federal . Empresas associadas ao Comperj . Finep . FNMA . Funbio . Fundação Roberto Marinho . LOA.

## GESTÃO AMBIENTAL

Nos últimos anos, os municípios brasileiros vêm assumindo um papel cada vez mais efetivo na gestão das políticas públicas, dentre elas a política ambiental. Desde 1981, a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81) define o papel do poder local dentro do Sistema Nacional do Meio Ambiente. A Constituição Federal de 1988, por sua vez, transformou o município em ente autônomo da federação e lhe facultou o poder de legislar suplementarmente sobre a política ambiental, em especial sobre questões de interesse local.

Gestão é o ato de administrar, ou seja, usar um conjunto de princípios, normas e funções para obter os resultados desejados. A gestão ambiental de um território deve cuidar para que este não se deteriore, conservando as características que se deseja e aprimorando aquelas que necessitam de melhoria. Para isto, é preciso conscientizar e capacitar administradores e funcionários para que possam desempenhar seu papel, suas responsabilidades e atribuições.

Uma gestão participativa, como pede a Agenda 21, entende que poder local não é apenas a Prefeitura, mas o conjunto de poderes instituídos, a sociedade civil organizada, outras esferas sociais, o poder público estadual e federal e as relações que estabelecem entre si. Uma boa gestão ambiental depende do bom funcionamento deste conjunto e tem como atribuições cuidar das áreas importantes para o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida dos cidadãos.

**Em Itaboraí, existe o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, o calendário bianual da Conferência Municipal de Meio Ambiente, o Código Municipal de Meio Ambiente e o Código de Arborização Urbana.**

O chamado “Recôncavo da Baía da Guanabara”, que abriga os últimos remanescentes de manguezal da região, é protegido por duas Unidades de Conservação Ambiental Federais: a APA de Guapimirim e a Estação Ecológica Guanabara (Eseg), que se encontra em grande parte no território de Itaboraí, especialmente no distrito de Itambi. Como outras APAs, enfrentam conflitos socioambientais que exigem estratégias de gestão integradas das três esferas de governo e dos demais segmentos sociais.

Outros distritos abrigam Unidades de Conservação, como o Parque Paleontológico de Itaboraí, localizado no distrito de Cabuçu, que abriga importantes registros fósseis.

Na avaliação dos integrantes do grupo, o sucesso do trabalho da Agenda 21 Local depende de infraestrutura, como a *melhoria, a ampliação e a visibilidade das instalações da sede da Agenda 21*. O poder público disponibilizou uma pequena sala, linha telefônica e secretária para esta finalidade.

### A gestão envolve:

- Escolha inteligente dos serviços públicos oferecidos à comunidade;
- Edição de leis e normas claras, simples e abrangentes de defesa ambiental local;
- Aplicação das leis, penalizando quem causa algum tipo de dano ambiental;
- Formação de consciência ambiental;
- Geração de informações que deem suporte às decisões;
- Democratização das instituições, para que permitam e estimulem a participação de cidadãos e cidadãs;
- Planejamento do desenvolvimento sustentável local;
- Implementação das políticas necessárias para realizá-lo.

*Fonte: Programa Nacional de Capacitação – volume 1 – MMA.*



*Equipe de fiscalização do Projeto Defeso, desenvolvido pela prefeitura de Itaboraí em convênio com a APA de Guapimirim (Instituto Chico Mendes), no Rio Caceribú*

Eles afirmam que *falta informar a população sobre a Agenda 21*, explicitando sua relação entre *desenvolvimento sustentável e meio ambiente*, e também divulgá-la, favorecendo a *articulação existente entre os vários setores da sociedade, com vistas a fortalecê-la*.

O *pouco conhecimento, participação e envolvimento da sociedade nos processos da Agenda 21* são entendidos pelo grupo como *falta de interesse do poder público em divulgar o trabalho da Agenda 21*, apesar do reconhecimento ao *apoio das Secretarias Municipais de Planejamento, Meio Ambiente, Educação e Cultura*.

Para a sustentabilidade do processo, na avaliação do grupo, *faltam ações permanentes de divulgação e informação sobre os mecanismos de financiamento do trabalho*. Uma fragilidade apontada é a *interrupção dos recursos financeiros para finalizar a elaboração do primeiro processo de Agenda 21 Local*.



## PROPOSTAS

● Alta prioridade

● Média prioridade

● Baixa prioridade

### ● Acompanhamento das atividades realizadas no Comperj

#### ■ Infraestrutura

1. Criar a infraestrutura necessária ao funcionamento eficaz das Secretarias Municipais.

#### ■ Planejamento

2. Criar um fórum de discussões para encaminhar uma estratégia que promova o fortalecimento das instituições locais, ouvindo gestores e servidores.
3. Promover encontros periódicos com representantes das Secretarias Municipais, bem como com as demais entidades públicas, para atualizar e nivelar as informações relativas ao Comperj.

### ● Fortalecimento dos Conselhos Municipais

#### ■ Comunicação

1. Divulgar para a população os Conselhos Municipais existentes no município.

#### ■ Planejamento

2. Acompanhar a mudança de gestores da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, visando dar continuidade às atividades do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

#### ■ Infraestrutura

3. Autorizar a liberação de um local para sediar os Conselhos Municipais, dotados de infraestrutura para o funcionamento.

#### ■ Gestão pública

4. Fortalecer o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema).
5. Criar no organograma da prefeitura a função de secretaria executiva nos Conselhos.
6. Tornar os Conselhos Municipais consultivos, deliberativos e normativos.

### ● Estruturação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente

#### ■ Gestão pública

1. Contratar novos funcionários, mediante realização de concursos.

#### ■ Infraestrutura

2. Criar uma central de atendimentos, para oferecer esclarecimentos e acolher denúncias relacionadas ao meio ambiente.
3. Providenciar, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, espaços equipados e mobiliados para o funcionamento do Comdema e da Casa da Agenda 21 Local.
4. Criar setor de arborização na Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

#### ■ Articulação

5. Articular junto ao Batalhão Florestal a instalação de um posto fixo no município.

### ● Fortalecimento do Fórum da Agenda 21 Local

#### ■ Infraestrutura

1. Dotar de infraestrutura (linha telefônica, computadores, mobiliário) o espaço permanente para o Fórum da Agenda 21 Local.
2. Criar um espaço permanente para o funcionamento do Fórum da Agenda 21 Local.

#### ■ Planejamento

3. Criar Agendas 21 escolares.
4. Criar Agendas 21 nos bairros, por meio das associações.
5. Promover os processos de desenvolvimento de políticas públicas no município.

#### ■ Comunicação

6. Divulgar a Agenda 21 Local nas unidades de ensino do município.

#### ■ Articulação

7. Articular com os novos secretários (Planejamento, Educação e Cultura, Ação Social, Urbanismo, Saúde e Meio Ambiente) a continuidade das parcerias existentes.

#### ■ Gestão pública

8. Cobrar maior comprometimento com o desenvolvimento da Agenda 21 Local.
9. Firmar compromisso com os representantes políticos eleitos, para o fomento da Agenda 21 Local.
10. Criar no organograma da prefeitura a secretaria executiva da Agenda 21 Local.

## ● Integração do Segundo Setor com as questões ambientais

### ■ Planejamento

1. Realizar um levantamento das empresas interessadas em se instalar no município.
2. Desenvolver mecanismos que estimulem a fixação de empresas comprometidas com as questões socioambientais.

### ■ Gestão pública

3. Conceder alvará de localização e outras licenças às empresas a serem instaladas no município mediante adoção de compromisso socioambiental.
4. Cumprir o Impacto da Vizinhança aprovado pelo Conselho Municipal de Política Urbana (Itaurbe).

### ■ Articulação

5. Articular com as empresas a possibilidade de priorizar a contratação de mão de obra local.

### ■ Comunicação

6. Promover, em parceria com a CDL, eventos que promovam a divulgação de empresas que desempenham atividades comprometidas com o meio ambiente.

## ● Envolvimento da sociedade civil organizada nas questões ambientais

### ■ Comunicação

1. Desenvolver atividades que mobilizem a população em benefício da preservação ambiental e melhoria da qualidade de vida.
2. Criar espaços de diálogo e de participação da sociedade civil, como fóruns e seminários que incentivem o intercâmbio cultural, esportivo, educacional e comercial.

### ■ Capacitação

3. Capacitar os agentes comunitários, mediante cursos de gestão ambiental, para elaborar projetos socioambientais de mobilização comunitária.

## ● Mecanismos de cooperação internacional

### ■ Planejamento

1. Identificar elementos de atração para possíveis financiamentos internacionais.
2. Promover a participação das autoridades locais em projetos sociais de cooperação internacional.
3. Desenvolver estratégias para a criação de arranjos internacionais.
4. Realizar um levantamento das organizações proponentes de projetos que atendem às normas exigidas pelos editais.
5. Identificar, no município, mão de obra qualificada em mecanismos jurídicos internacionais.

### ■ Articulação

6. Articular, junto às organizações competentes, a liberação de informações necessárias para formalizar acordos de cooperação internacional.

### ■ Capacitação

7. Realizar cursos de capacitação sobre mecanismos jurídicos internacionais.

## Possíveis parceiros

ABC . Associações de Moradores . Câmara Municipal . Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CMDCA) . Escolas . Ibama . IBGE . ICMBio . Inea . Itadados . Ministério do Meio Ambiente . MP . ONGs . Prefeitura Municipal . Rebal . SEA . Secretarias Municipais (Transporte, Saúde, Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Serviços Públicos, Obras, Indústria, Comércio e Turismo, Habitação, Trabalho e Renda, Esporte e Lazer, Educação e Cultura, Desenvolvimento Social, Integração Regional, Fazenda, Meio Ambiente, Administração, Governo) . Universidades . Veículos de comunicação local.

## Possíveis fontes de financiamento

ABC . BVS&tA . CNPq . Empresas associadas ao Comperj . Faperj . Finep . FNMA . Funbio . Fundação Roberto Marinho . ICMS Verde . LOA . Pibic.

## AÇÕES DA PETROBRAS NA REGIÃO

Com base na avaliação de todas as questões levantadas e discutidas com os representantes da Agenda 21 dos municípios localizados na área de influência do Comperj, a Petrobras desenvolveu diversos planos e programas para a região, tanto de medidas compensatórias quanto de responsabilidade ambiental e social, para minimizar eventuais impactos causados pelo empreendimento.

### Programas ambientais

#### ■ Monitoramento dos corpos hídricos superficiais e sedimentos

Acompanhar a evolução da qualidade das águas dos rios Macacu e Caceribú, verificando alterações nas características e na qualidade das águas. Essa iniciativa dará origem a um banco de dados que orientará o monitoramento da água em fases futuras do empreendimento, assegurando que não haja degradação de corpos hídricos pelas atividades do Complexo.

#### ■ Monitoramento das águas subterrâneas

Monitorar as variações e interferências na quantidade e qualidade das águas subterrâneas durante a realização das obras de infraestrutura de urbanização do Comperj.

#### ■ Monitoramento dos efluentes líquidos

Monitorar os efluentes líquidos gerados pelas obras na fase de infraestrutura de urbanização e verificar se o tratamento de efluentes é realizado de forma adequada, não só em consonância com as leis pertinentes, mas também em relação aos parâmetros básicos necessários para sua reutilização.

#### ■ Monitoramento de emissões atmosféricas e da qualidade do ar

Monitorar o teor de gases e particulados a serem gerados durante a fase de infraestrutura de urbanização e dar continuidade ao programa de monitoramento da qualidade do ar, iniciado na fase de licenciamento prévio.

■ Monitoramento de manguezais da APA de Guapimirim e Esec da Guanabara

Diagnosticar e monitorar as principais características nas áreas de florestas de mangue da APA de Guapimirim e da Estação Ecológica da Guanabara.

■ Monitoramento da biota aquática

Caracterizar e monitorar possíveis alterações do ecossistema aquático, tanto fluvial quanto marinho, a partir de informações sobre seres vivos e condições do ambiente na fase de terraplanagem do Comperj.

■ Monitoramento da biota terrestre

Realizar o levantamento e monitoramento da composição da fauna terrestre da área de influência direta do Comperj.

■ Revegetação e apoio ao desenvolvimento, divulgação e implantação de práticas agroflorestais sustentáveis

Promover atividades de reflorestamento que contribuam para a recuperação e manutenção da biodiversidade dos ecossistemas das bacias hidrográficas dos rios Macacu e Caceribú.

■ Fortalecimento das atividades de licenciamento e fiscalização ambiental de Itaboraí

Prover subsídios para que a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de Itaboraí possa cumprir as condições para celebração de convênio com o governo do Estado do Rio de Janeiro que visa à descentralização do licenciamento ambiental.

■ Apoio ao Parque Municipal Paleontológico de São José de Itaboraí

Apoiar a implantação de infraestrutura do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, contribuindo para que ele se torne referência enquanto espaço de pesquisa, educação patrimonial-ambiental e entretenimento para a comunidade do entorno.

## Projetos sociais

### ■ Educação Ambiental

O objetivo do programa de Educação Ambiental é desenvolver ações nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento, visando capacitar diversos setores da sociedade para uma atuação efetiva na melhoria da qualidade ambiental e de vida na região.

### ■ Comunicação social

O programa de Comunicação Social do Comperj visa difundir e monitorar continuamente as informações sobre a implantação do empreendimento, informando riscos, situações específicas e evitando criar expectativas irreais entre os diversos públicos de interesse envolvidos.

### ■ Centro de Integração do Comperj

O local foi planejado para permitir a qualificação de mão de obra e o desenvolvimento das vocações locais nos municípios de influência do empreendimento. O objetivo é promover o desenvolvimento socioeconômico por meio da capacitação de micro e pequenas empresas da região, de forma a diminuir o impacto gerado pela mobilização e desmobilização de mão de obra em virtude das fases de construção e montagem do Comperj.

### ■ Centro de Informações do Comperj

O Centro de Informações do Comperj tem por missão coletar, sistematizar e disponibilizar dados e informações socioeconômicos e ambientais georreferenciados sobre os municípios membros do Conleste.

### ■ Apoio e cooperação às políticas públicas para adequação dos serviços públicos locais

O objetivo deste plano é apoiar as administrações públicas municipais e incentivar a articulação dos diversos agentes públicos e privados atuantes na região, de modo a adequar a estrutura dos serviços públicos regionais às demandas oriundas da implantação do Comperj.



■ Capacitação de fornecedores e serviços locais para gestão de resíduos sólidos e insumos para obras

O objetivo deste plano é capacitar e apoiar os municípios da região do Comperj para disposição final de resíduos sólidos, assim como qualificar os fornecedores locais para suprimento de areia, em virtude das obras de urbanização.

■ Monitoramento da evolução demográfica e das demandas por serviços públicos

O objetivo do plano é acompanhar impactos socioeconômicos e ambientais provocados pelo aumento da população e da demanda dos serviços públicos, disponibilizando informações que permitam o planejamento de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida.

■ Valorização da cultura local

O objetivo geral deste programa é apoiar iniciativas para a valorização do patrimônio cultural material e imaterial dos municípios na região do Comperj, em alinhamento à Política de Responsabilidade Social da Petrobras.

■ Acompanhamento epidemiológico

Acompanhamento analítico da evolução de enfermidades e agravos na área de abrangência do Comperj – com foco nos municípios de Itaboraí, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu, São Gonçalo e Guaxindiba –, contribuindo para quantificar e informar possíveis mudanças no comportamento epidemiológico no decorrer do processo de implantação do Complexo.

■ Atitude sustentável

O projeto, desenvolvido no parque ambiental Praia das Pedrinhas, em São Gonçalo, visa oferecer atividades esportivas e culturais, em sua maioria a crianças e adolescentes. O projeto traz ainda benefícios ao meio ambiente, já que a água que abastece o lago artificial (piscinão) é captada por uma balsa localizada na Baía de Guanabara e tratada com fins de purificação, tornando-se própria para o banho.

■ Mova-Brasil

O objetivo do projeto é promover a dignidade humana por meio da alfabetização de jovens e adultos, utilizando a metodologia criada por Paulo Freire.

#### ■ Convivência Positiva

Visa fortalecer a autoestima e os vínculos familiares e comunitários de crianças e adolescentes com HIV e AIDS, por meio de atividades socioeducativas.

#### ■ Reciclando Vidas

Contribui para a inclusão social e o desenvolvimento humano e econômico da comunidade de catadores de resíduos de Itaoca.

#### ■ Agricultura Familiar Periurbana

O objetivo do projeto é ampliar as oportunidades de ocupação socioeconômica e de geração de renda para os agricultores familiares periurbanos de Nova Iguaçu, Queimados, Magé e Rio de Janeiro.

#### ■ Matrizes que Fazem

Tem como objetivo a qualificação profissional de jovens de São Gonçalo, por meio de oficinas de corte e costura, cerâmica, artesanato, entre outras.

#### ■ Projeto PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável)

Visa promover a empregabilidade e o aumento de renda de agricultores familiares, por meio da inserção de técnicas de produção agrícola, dispensando o uso de adubos químicos e agrotóxicos.

#### ■ Projeto CataSonhos

O projeto tem como principal objetivo fortalecer a rede de catadores da região e suas atividades de coleta e comercialização de material reciclável e de óleo vegetal usado.

## GLOSSÁRIO / SIGLAS

|                                                                                     |                                                                                  |
|-------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|
| Abav – Associação Brasileira de Agências de Viagens                                 | CIID – Centro Internacional de Investigações para o Desenvolvimento              |
| Abes – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental                    | CIIE – Centro de Integração Empresa Escola                                       |
| Abrae – Associação Brasileira de Assistência ao Excepcional                         | CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear                                      |
| Abratur – Associação Brasileira de Turismo Rural                                    | CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico             |
| ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres                                   | Coapi-Rio – Cooperativa de Apicultores do RJ                                     |
| Apae – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais                                 | COB – Comitê Olímpico Brasileiro                                                 |
| Apherj – Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiros do Estado do Rio de Janeiro | Codin – Coordenadoria da Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos               |
| Asdi – Agência de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento                   | Commads – Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável      |
| Bird – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento                      | Conade – Conselho Nacional das Pessoas com Deficiência                           |
| BNDES – Banco de Desenvolvimento Econômico Social                                   | Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente                                      |
| BVS&A – Bolsa de Valores Sociais e Ambientais                                       | Coppe – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia |
| Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior                 | COREN – Conselho Regional de Enfermagem                                          |
| CBB – Confederação Brasileira de Basquete                                           | Crea – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia                  |
| Cbratur – Congresso Brasileiro da Atividade Turística                               | CRM – Conselho Regional de Medicina                                              |
| CBV – Confederação Brasileira de Voleibol                                           | CRT – Concessionária Rio-Teresópolis                                             |
| CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas                                                 | CT-Energ – Fundo Setorial de Energia                                             |
| Cedae – Companhia Estadual de Água e Esgoto                                         | CT-Hidro – Fundo Setorial de Recursos Hídricos                                   |
| Cefet – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca              | CT-Infra – Fundo Setorial de Infraestrutura                                      |
| Cenpes – Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello     | CT-Transporte – Fundo Setorial de Transportes Terrestres                         |
|                                                                                     | DER – Departamento de Estradas de Rodagem                                        |

|                                                                                               |                                                                                  |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|
| Detran – Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro                                 | FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação                             |
| Detro – Departamento de Transportes Rodoviários                                               | FNMA – Fundo Nacional de Meio Ambiente                                           |
| Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos                  | Frida – Fundo Regional para a Inovação Digital na América Latina e Caribe        |
| Dnit – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes                                 | Funama – Fundação Nacional do Meio Ambiente                                      |
| DNOS – Departamento Nacional de Obras de Saneamento                                           | Funbio – Fundo Brasileiro para Biodiversidade                                    |
| Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural                                      | Fundescab – Fundo de Desenvolvimento                                             |
| Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária                                         | IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil                                          |
| Faetec – Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro                                 | Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| Faperj – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro                            | IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                           |
| FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador                                                          | ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade                 |
| Febracoop – Federação das Cooperativas de Trabalho do Rio de Janeiro                          | Idec – Instituto de Defesa do Consumidor                                         |
| Fecam – Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano                      | Ieca – Instituto de Estudos Científicos Ambientais                               |
| Fenape – Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos                             | Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária                      |
| Fetranspor – Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro | Inea – Instituto Estadual do Ambiente                                            |
| FGV – Fundação Getulio Vargas                                                                 | Inepac – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural                               |
| Finep – Financiadora de Estudos e Projetos                                                    | Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional                   |
| Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz                                                               | ISP – Instituto de Segurança Pública                                             |
| Fiperj – Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro                              | Iterj – Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro            |
| Firjan – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro                                 | MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário                                      |
|                                                                                               | MDS – Ministério do Desenvolvimento Social                                       |
|                                                                                               | MEC – Ministério da Educação e Cultura                                           |
|                                                                                               | OAB – Ordem dos Advogados do Brasil                                              |
|                                                                                               | Pais – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável                            |
|                                                                                               | Parnaso – Parque Nacional da Serra dos Órgãos                                    |

PDA – Programa de Desenvolvimento Ambiental

Pesagro – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro

Pibic – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

Planfor – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

Procon – Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor

Prodetur – Programa de Desenvolvimento do Turismo

Prominp – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

Rebal – Rede Brasileira de Agendas 21 Locais

Rits – Rede de Informação do Terceiro Setor

Saae – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SEA – Secretaria de Estado do Ambiente

Sebrae – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

Sesc – Serviço Social do Comércio

Sesi – Serviço Social da Indústria

Sinduscon – Sindicato da Indústria da Construção Civil

Suipa – Sociedade União Internacional Protetora dos Animais

SUS – Sistema Único de Saúde

TurisRio – Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro

Uenf – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Uerj – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UniRio – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Unisol – União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos de Economia Social do Brasil

WWF – World Wildlife Fund for Nature



## PARTICIPANTES

### Primeiro Setor

- Ademilson M. da Silva - Prefeitura de Itaboraí
- Altamiro A. M. Junior - Subsecretaria Municipal de Transporte
- Álvaro Adolpho dos Santos - Prefeitura de Itaboraí
- André F. da Silva
- Andréa C. de Farias Mello - Secretaria Municipal de Saúde
- Arlei Galdino Bizzo - Secretaria Municipal de Fazenda
- Carlos C. B. Santiago
- Cheila Camos Dutra
- Cleilene D. Rangel
- Dalva Gomes Rangel - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
- Eduardo Cortes
- Edvaldo Côrtes Moreira - Secretaria Municipal de Saúde
- Eliézer de Marins Coutinho - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
- Gabriela da Silva Barboza - Secretaria Municipal de Planejamento
- Irany R. Maldonado - Coordenadoria Estadual de Educação (Metro IX)
- Ivanir Bento A. Rita - Secretaria Municipal de Governo
- Ivone Chaves de Oliveira - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
- Jana Carla Cardoso - Secretaria Municipal de Saúde
- José Alexandre S. dos Santos - Cedae
- José Antônio Santos Soares - Secretaria Municipal de Saúde
- Karina Pereira Barros Santos - Secretaria Municipal de Planejamento
- Ledi A. Santos - IBGE
- Luciano de Paula da Silveira - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- Magda Cleide Campos Dutra - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
- Marcos André T. Santos - Hospital Geral Manilha
- Maria Ester de Azevedo da Silva - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
- Mario G. da S. Rezende - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
- Mauricio M. Monteiro - Emater
- Mônica Almeida - Secretaria Municipal de Saúde
- Nilceia da Silva Salles - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
- Paulo César Fernandes - Emater
- Rafael Moraes - Prefeitura de Itaboraí
- Raimundo Rodrigues Nobre - Prefeitura de Itaboraí
- Reinaldo Guedes Ferreira - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- Ricardo Vagner da Silva - Cedae
- Ronaldo da Cunha Raposo - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
- Rosimar Barboza - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- Rosinete U. M. Guimarães
- Sandra Scotelaro - Secretaria Municipal de Governo
- Sebastião Rezende Junior - Secretaria Municipal de Planejamento
- Silvana Ferreira de Lima
- Solange Pires Leite - Secretaria Municipal de Meio Ambiente

- Suzana Gabriela Maria do Nascimento - Secretaria Municipal de Planejamento
- Valdair Pinna Machado
- Valter Ferreira Barcellos - Câmara Municipal

## Segundo Setor

- Adelmo Santos
- Ademar Neis
- Adirlei de Souza Delgado - Delgado Imóveis
- Afonso Carlos Cabral de Souza - Ibeu
- Alair Vieira Melo - Câmara de Dirigentes Lojistas de Itaboraí
- Albino Rojas - Ellohim Contabilidade
- Alex Sandro de Santana - Núcleos Informática
- Aline Porcino César - Clínica Santa Lúcia
- Ananda Barbirato Rangel da Silva - Clínica Labor Assessoria em Medicina e Segurança do Trabalho
- Anderson Faria Santana - Itacâmbio Auto Peças
- André Cantareli - Sindicato das Indústrias Cerâmicas
- André Soares Mazza - Mazza Box Mercado
- Andrea Gomes Ribeiro - Fisk Idiomas
- Antonio Gomes Lacerda - Rotary Club de Itaboraí
- Antonio Marcos Coelho - Petrosolda Ltda.
- Belmiro dos Santos
- Britonor Ravano Britto - Boss Cartuchos
- Bruno Azevedo Martins - Fisk Idiomas
- Cândida Rocha - Banco do Brasil S.A.
- Carlos de Abreu - Cid Abreu Imóveis
- Carlos Oliveira
- Carlos Pedro Pinto Vieira - Clínica Santa Lúcia
- Carlos Roberto
- Cíntia Figueiredo Corrêa - Banco do Brasil S.A.
- Dalva Mattos da Rocha - Publita SC Ltda.
- Delson Eduardo Armani - Softwin Ltda.
- Diana C. S. de Oliveira

- Dora Filippo - Rotary Club
- Douglas Nunes Daniel - KMD Alimentação
- Edson Soligo Ribeiro - Piccoli & Miranda
- Élio Gusmão Coelho - Elohim Assessoria Contábil
- Erica Regina Machado - Armazém do Criador
- Fabiano Garcia Cardoso - Super Lojão
- Fernanda Brito Santos
- Gilberto Gomes
- Glaucir dos Anjos Novo - GL Empreiteira
- Greicy Maria Gonçalves - Sítio Santana
- Guilherme Garcia - Faetec
- Hamilton Pereira - Clínica Santa Lucia
- Hudebrando Costa Santos Filho
- Ildeberto da Silva - Bem Viver Corretora de Seguros
- Iranir Ramos Santos - Móveis Famom
- Jairo Lima Félix - A.Lugg.Loca.Equipamentos. Pesados
- Jonas Ricardo - Clínica Santa Lúcia
- Jonatas Batista
- Jordan Marins Brust - Clínica Labor Assessoria em Medicina e Segurança do Trabalho
- Jorge Armando de M. Pimentel
- José Alves Peixoto - Rotary Club
- José Carlos Novis Cardoso
- José Fernando da Costa Cardoso
- José Torcato Vieira Melo
- Kelen da S. Almeida - Móveis Famon Ltda.
- Lílian Moreira Lopes
- Luci Maria Barbosa - Clínica Santa Lucia
- Luciano Vieira
- Luiz Cláudio A. de Carvalho - Bem Viver Saúde
- Luiz Fernando Freitas Fernandes - Aço Loja
- Luiz Orlando Rodrigues - Cerâmica Colonial
- Luiz Torres de Assis Mascarenhas - Facnec
- Manoel Daniel da Silva - KMD Alimentação

- Marcele F. de Almeida - Caixa Econômica Federal
- Márcia Cristina Barbosa - Faculdade Cenecista de Itaboraí
- Márcia Gomes de Britto - Boss Cartuchos
- Márcia Valéria da Trindade - CNA idiomas
- Marcio Vinicius
- Marco Antonio Muniz Coelho
- Marcos Antônio Soares
- Marcos Pimenta - Banco do Brasil S.A.
- Maria do Socorro
- Maria Gorete A. da Cunha
- Maria Irene Soares Almeida de Santana - Núcleos Informática
- Mariana Moreira de Souza Moraes - Fisk Idiomas
- Marilaine Caetano de A. Silva
- Mario Roberto Rebello - Banco Itaú
- Milton Boccaletti Junior - Mantova Alimentos Ltda.
- Mirte Figueiredo
- Mônica dos Santos Coutinho - Móveis Famon Ltda.
- Nadja Araújo
- Nilton João da Silva Ribeiro - Rádio Jornal Itaboraí Publita
- Nilvia Cândida C. Marques - Elohin Contabilidade
- Norma Nunes Vilar Lacerda - Rotary Club
- Pando Angeloff Pandeff - Faculdade Omni
- Patricia Maria da Silva - Cagavagut Caminhões
- Paulo Airton Menezes - Rotary Club
- Rafael Felipe C. Freire
- Raimundo Ribeiro - Microlins Itaboraí
- Raquel Araújo - Super Lojão
- Renata dos S.C.Mata - Fisk Idiomas
- Renata Nascimento de Marins - Clínica Santa Lúcia
- Ribamar Macedo Coelho - Itafrio Indústria e Comércio de Pescado
- Ricardo Caldas Pestana
- Robson Batista da Silva
- Rogério Santarém Pereira - Pet Shop Santarém
- Sandra Regina Peregrino Alves
- Silvio Lobato
- Sueli Silva
- Tatiana Bento de Araújo - Fisk Idiomas
- Tatiana da Silva Delgado
- Terezinha Gonçalves
- Thais Mangueira de Oliveira
- Valber Neves Ribeiro - Fornecedora Ribeiro
- Valéria Figueiredo de Souza - Faculdade Cenecista de Itaboraí
- Vânia Santana - Fabril Material de Construção
- Venicio Luiz O. Gabriel - O Jornal Livre
- Vera Castiglia - Colégio Cesp
- Vera Célia de Souza
- Vinicius Gomes Genuíno - Rocasa Material de Construção
- Vladimir Cunha - Rádio FM Itaboraí
- Wanderson M. da Silva - Fisk Idiomas
- Wellington Nogueira Silveira - Distribuidora de Doces Schüeler
- Wesley Pinheiro
- Wladmir N. R. Castglia

### Terceiro Setor

- Adailton S. da Silva
- Adriano Ramos da Silva - Sindicato dos Empregados em Concessionárias e Distribuidoras de Veículos Automotores no Estado do Rio de Janeiro (Sindcon-RJ)
- Alexandre de Queiroz - Sindicato Asseio e Conservação
- Ana Flavia Godoi
- Ana Paula Araujo - ONG Agora É a Nossa Vez
- Andir Messias Souza - Igreja Evangélica de Mangueira

- Andréas Giannikos
- Barbara Maria Ferreira - Centro de Estudos e Educação em Saúde
- Benvenida Maria da Conceição - ONG Tudo por Itaboraí
- Carlos Alberto Barbosa
- Carlos Alberto Saint Just - Fórum dos Moradores de Sambaetiba
- Carlos Alberto Vasconcellos - Núcleo de Trabalho e Cidadania
- Carlos Albuquerque – Associação dos Agentes Comunitários de Itaboraí (AACs)
- Carlos Henrique Santana
- Carlos Jorge N.da Silva- Igreja Batista em Nova Cidade
- Cecília de Souza Silva - Cooperativa Retaf Reciclagem
- Danielle Julião – Oscip Innatus
- Dermeval Marins de Freitas
- Eliel Castilho
- Erica Moraes
- Fábila Alessandra Andrade
- Francisco José S. Neto - Igreja Batista em Nova Cidade
- Gilda Maria Antunes de Almeida
- Isabel Rodrigues
- Israel Ferreira - Igreja Metodista
- Italo Malta de A. Ramos - Comunidade dos Estudantes e Amigos de Itaboraí
- Janaína Batista – Sindicato dos Servidores Municipais de Itaboraí
- Juarez Ferreira de Alcântara
- Julio Cesar Portugal Vilela - Fórum dos Moradores de Sambaetiba
- Lais Alves
- Marcia B. N. Villela - Fórum dos Moradores de Sambaetiba
- Marco Antonio Duarte
- Marcos José de Faria Siqueira – Creci - 1a Região
- Maria Angelica Botelho Moreira
- Maria de Lourdes de O. Monteiro
- Maria Isabel da Silva Ferreira
- Maria Luiza Ferreira
- Mario Attayde Leite
- Miguel de Souza
- Miriam Fernandes de Jesus – ONG Eco Millenium
- Mychelle Pallot – ONG Agora É a Nossa Vez
- Pastor Gilberto Carvalho Gomes
- Paulo Ferreira de Paula
- Periclis Giannikos - ONG Agora É a Nossa Vez
- Raimunda Gomes
- Renata Cassa Leão Lins Caldas
- Rhoneds Aldora - Centro Brasileiro de Arqueologia
- Roberta Ribeiro
- Roberto Guedes Fliege
- Robson Ramos
- Romeu Marques Ferreira - Associação da Maior Idade
- Ronei de Aguiar
- Rosana M.N.daSilva
- Selmo Lopes Pereira de Jesus – Associação Beneficente de Apoio à Criança e à Família (ABACF)
- Sergio Luiz
- Sonia Maria B. da Silva Martins
- Suely Lima Chaves Oliveira - ONG Eco Millenium
- Thiago Rocha Moreira Pinto - Comunidade dos Estudantes e Amigos de Itaboraí
- Vitor Hugo Lima - CAP
- Zirlene Monteiro Andrade
- Zulmira Cristina Ferreira da Rocha - Fórum Permanente de Mulheres de Itaboraí

## Comunidade

- Adilson da Silva
- Alci de Vasconsellos - Associação de Moradores da Cidade Grande Rio
- Alcione Edna Gonçalves - Associação de Moradores do Bairro Esperança
- Ana de Oliveira Rufino
- Ana Lucia da Silva Rosa
- Ana Lucia Soares Senceita
- Ana Maria de Oliveira Santos
- André Messias
- Angela Maria da Silva Duarte
- Antonia Alves Silva - Associação de Moradores da Marambaia
- Antonio Luis de Jesus - Associação de Moradores de Gebara
- Arlindo de Souza Barboza - Associação de Moradores de Bom Retiro de São Joaquim
- Avanísio Rosa de Sousa
- Bárbara Lese Lima
- Beatriz Rodrigues de Almeida Barbosa
- Bel Ferreira
- Bismarque de Azevedo
- Carlos Marques F. Quirino - Associação de Moradores da Morada do Sol
- Claudia Souza da Fonseca - Associação de Moradores e Amigos do Bairro da Ampliação
- Cláudio de Amorim
- Creusa Balbino Ribeiro da Fonseca - Movimento Geração
- Cristiano Ribeiro
- Davia Ribeiro da Fonseca
- David Alex Ribeiro da Fonseca - Movimento Geração
- Deucimar Zéfiro - Associação Comunitária de Visconde de Itaboraí
- Dinarte Nunes de Oliveira - Associação de Moradores da Morada do Sol
- Edmilson Domingos de Souza
- Ednalva Rodrigues de Almeida
- Edson Enéas Peixoto
- Eli Maurício Daumos Barbosa - Projeto Ser Beleza
- Eliana Mariano
- Eliete Rodrigues Quirino - Cooperativa Pescarte
- Eliezer Lopes
- Elisabete de Lima Azeredo Santos
- Elizete Rodrigues Quirino - Cooperativa Pescarte
- Eva Pereira da Silva
- Fábio Vianna - Associação dos Moradores e Amigos do Rio Várzea
- Flavia Porto Vaz
- Flavio da Silva Carlos
- Francisco Fateich
- Geny Anália Montouro
- Guelfo Silvestro Pereira - Associação de Moradores de Pacheco
- Iara dos Santos
- Izabel Rodrigues de Almeida Barbosa
- Jackson de Goes
- Jaime Vieira de Almeida
- Janete Ferreira Moreno da Silva - Espaço Social Alto do Jacu
- João Carlos Carvalho de A. Vieira
- Jorge Afonso F. M. Paiva
- Jorge de Souza Ribeiro
- Josanie Pereira da Cruz - Associação de Moradores da Marambaia
- José Nogueira - Associação de Moradores Retiro São Joaquim
- Jose Viana
- Josefa Ferreira da Silva

- Josélio P. Guimarães – Associação de Moradores do Jardim Vila Nova
- Josiane Xavier dos Santos - Associação de Moradores de Nancilândia
- Josimara do Carmo Xavier
- Juan Porto Lemos Loura
- Lair de Almeida Santos - Federação das Associações de Moradores de Itaboraí
- Leydiane Rodrigues de Almeida Barbosa
- Lindinalva Soares dos Santos
- Lucas dos Santos Chagas - Associação de Moradores de Nova Cidade
- Luis Carlos de Carvalho - Associação de Moradores do Bairro Azul
- Luiz Carlos Mendes de Oliveira - Associação de Moradores do B. São Joaquim
- Manoel dos Santos - Associação de Pescadores de Itaboraí
- Márcia Simões Filemes - Associação de Moradores de Nova Cidade
- Márcia Souza da Fonseca
- Marcos Marcelo da Silva Bastos
- Maria Amância Pereira
- Maria Angélica Pinto de Paiva - Parque Paleontológico São José de Itaboraí
- Maria Athayde Leite Silva - Associação de Moradores de Jardim Vila Nova
- Maria Cristina Conceição da Silva - Associação de Moradores, Amigos, Produtores e Artesãos de Picos e Perobas
- Maria Cristina de Oliveira Pinto
- Maria da Gloria Gomes de Macedo - Associação de Moradores de Rio Várzea
- Maria Dalva Silva Santos
- Maria das Graças R. Marcal
- Maria de Fátima Lima Schuina - Associação de Moradores de Rio Várzea
- Maria do Carmo Soares dos Santos
- Maria do Rosário Oliveira
- Maria Madalena de Souza
- Maria Nazaré Norberto - Associação de Moradores de Nancilândia
- Maria Thereza Fortunato dos Santos - Associação de Moradores Vila Brasil
- Maurício Braga da S. Vasconcelos
- Michelane Teixeira Cavalcante - Associação de Moradores do Conjunto Residencial de Marambaia
- Minalda Carvalho Rodrigues - Associação de Moradores do Conjunto Residencial de Marambaia
- Neide Maria
- Neiva de Aura
- Nelma Garcia de Freitas - Movimento Geração
- Nilton Bambino Ribeiro da Fonseca – Federação das Associações de Moradores de Itaboraí (Fami)
- Raimundo Almeida - Associação de Moradores da Marambaia
- Renata Brant Ismerio
- Rita Pereira Gomes – Associação de Pescadores de Itambi
- Rosa de Cássia Lorena de Matto
- Rosane Magali Nascimento da Silva
- Ruben Ferreira Maciel Júnior
- Samuel Silva
- Sergio Pereira Ferreira
- Sheila Pego Malhares - Associação de Moradores Nova Cidade
- Silvania da Silveira Espírito Santo
- Sinezio Cardozo de Oliveira - Associação de Moradores Nova Cidade
- Sonia Dias Peixoto
- Sonia Maria da Silva Gomes - Associação Ampliação
- Tânia do Nascimento Vianna – Associação de Moradores e Amigos do Rio Várzea (Amarva)
- Teodoro Ribeiro Rodrigues



- Valdir Alves Rodrigues
- Valeria Rosa
- Velma da Costa Barboza - Associação de Moradores de B. Retiro de São Joaquim
- Verônica S. de Carvalho
- Vilma Louzada – Federação das Associações de Moradores de Itaboraí (Fami)

## PROJETO AGENDA 21 COMPERJ – CRÉDITOS TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS

### **Petrobras**

|                                              |                                     |
|----------------------------------------------|-------------------------------------|
| Gerente de Relacionamento                    | Gilberto Puig Maldonado             |
| Gerente de Relacionamento Corporativo        | Carmen Andrea Ribeiro Vianna Santos |
| Coordenador da Agenda 21 Comperj             | Ricardo Frosini de Barros Ferraz    |
| Assessor (mobilização à construção coletiva) | Caroline Vieira Nogueira            |
| Assessor (formalização à finalização)        | Luiz Cesar Maciel do Nascimento     |
| Encarregado de Logística                     | Paulo Brahim                        |

### **Ministério do Meio Ambiente**

|                                                                         |                                       |
|-------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|
| Diretora do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental | Karla Monteiro Matos<br>Geraldo Abreu |
| Assessor técnico (consolidação municipal)                               | Márcio Ranauro                        |
| Assessor técnico (consolidação municipal)                               | Luis Mauro Ferreira                   |

### **Secretaria de Estado do Ambiente**

|                                                                      |                                  |
|----------------------------------------------------------------------|----------------------------------|
| Superintendente do Grupo Executivo do Programa Estadual da Agenda 21 | Carlos Frederico Castello Branco |
|----------------------------------------------------------------------|----------------------------------|

### **Etapas mobilização da sociedade à formalização do Fórum**

#### **Instituto Ipanema**

|                                          |                                           |
|------------------------------------------|-------------------------------------------|
| Coordenadora Geral                       | Ninon Machado de Faria Leme               |
| Coordenadora Técnica                     | Maria de Lourdes Davies Freitas           |
| Técnico                                  | Eduardo Peralta Vila Nova de Lima         |
| Técnico                                  | Jaime Bastos Neto                         |
| Técnico                                  | Mônica Engelbrecht Deluqui                |
| Assistente Técnica (construção coletiva) | Cristiane Vieira Jaccoud do Carmo Azevedo |
| Assistente Técnica (construção coletiva) | Fernanda Leopardo                         |
| Assistente Técnico                       | Jorge Luiz Gonçalves Pinheiro             |
| Assistente Técnico (construção coletiva) | Leonardo Fernandez Casado Barcellos       |
| Assistente Técnico (construção coletiva) | Nilmar Vieira Magalhães                   |
| Assistente Técnica (construção coletiva) | Polita de Paula Gonçalves                 |
| Assistente Técnica                       | Priscila Amaro Lopes                      |
| Assistente de Apoio                      | Helena Maria de Souza Pereira             |

**ISER**

|                                                    |                         |
|----------------------------------------------------|-------------------------|
| Coordenadora Geral (construção coletiva)           | Samyra Crespo           |
| Coordenador do Projeto                             | Claudison Rodrigues     |
| Coordenadora Financeira                            | Dionei Brollo           |
| Coordenador de Produção                            | Wagner Sabino           |
| Técnica                                            | Márcia Gama             |
| Técnica                                            | Patricia Kranz          |
| Técnica (construção coletiva)                      | Ana Batista             |
| Técnica (construção coletiva)                      | Renata Bernardes        |
| Técnica (consolidação municipal)                   | Nathalia Araújo e Silva |
| Assistente de Coordenação (construção coletiva)    | Martha Guimarães        |
| Assistente Técnico/Financeiro                      | Hebert Lima             |
| Assistente de Produção (construção coletiva)       | Camila Rodi             |
| Assistente Administrativo (consolidação municipal) | Fernando Pereira        |

**Rodaviva**

|                                                    |                         |
|----------------------------------------------------|-------------------------|
| Coordenadora Geral (construção coletiva)           | Cláudia Jurema Macedo   |
| Coordenador do Projeto                             | Claudison Rodrigues     |
| Coordenadora Financeira                            | Rozender Smaniotto      |
| Coordenador de Produção                            | Wagner Sabino           |
| Coordenador Regional                               | Vladimir Falcão         |
| Técnica                                            | Isabel Macedo           |
| Técnico                                            | Marcelo Arantes         |
| Técnica (construção coletiva)                      | Tânia Jandira           |
| Técnica (consolidação municipal)                   | Nathalia Araújo e Silva |
| Assistente Técnico                                 | Hebert Lima             |
| Assistente Administrativo (consolidação municipal) | Fernando Pereira        |
| Assistente de Coordenação (construção coletiva)    | Martha Guimarães        |
| Assistente de Produção (construção coletiva)       | Camila Rodi             |
| Administração (construção coletiva)                | Rosângela Ferrão        |
| Tesoureiro                                         | Jose Pedro Mendes       |
| Suporte Técnico (construção coletiva)              | Raimundo Nonato         |

## **ASA**

|                                               |                                  |
|-----------------------------------------------|----------------------------------|
| Coordenador Geral                             | Roberto Rosa Olivella            |
| Gerente do Projeto                            | Cláudia Passos Sant’Anna         |
| Coordenador Técnico                           | Roberto Wagner Rocco             |
| Coordenador de Campo (construção coletiva)    | Leandro Quintão                  |
| Técnica                                       | Ana Paula Costa de Paula e Silva |
| Técnico                                       | Thiago Albuquerque               |
| Técnico                                       | Flavio Vizeu Soares Bezerra      |
| Técnico (construção coletiva)                 | Alex Bernal                      |
| Técnica (construção coletiva)                 | Christiane Nascimento Santos     |
| Técnica (construção coletiva)                 | Gisele Renault                   |
| Técnica (construção coletiva)                 | Nathália Araújo e Silva          |
| Técnica (construção coletiva)                 | Priscila Amaro Lopes             |
| Técnica (construção coletiva)                 | Patricia Themoteo Teixeira       |
| Técnica (construção coletiva)                 | Renata Villaça                   |
| Técnico (construção coletiva)                 | Thiago Vasquinho Siqueira        |
| Assistente de Relatoria (construção coletiva) | Tatiana de Sá Ferreira           |
| Apoio Administrativo                          | Heidi Marques                    |

### **Consultorias:**

|                                                            |                               |
|------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| Fundação José Pelúcio – Ladec / UFRJ (construção coletiva) | José Luiz de Santana Carvalho |
| ILTC (consolidação municipal)                              | Lucila Martínez Cáceres       |

## **Etapa de Finalização das Agendas**

### **Consultorias:**

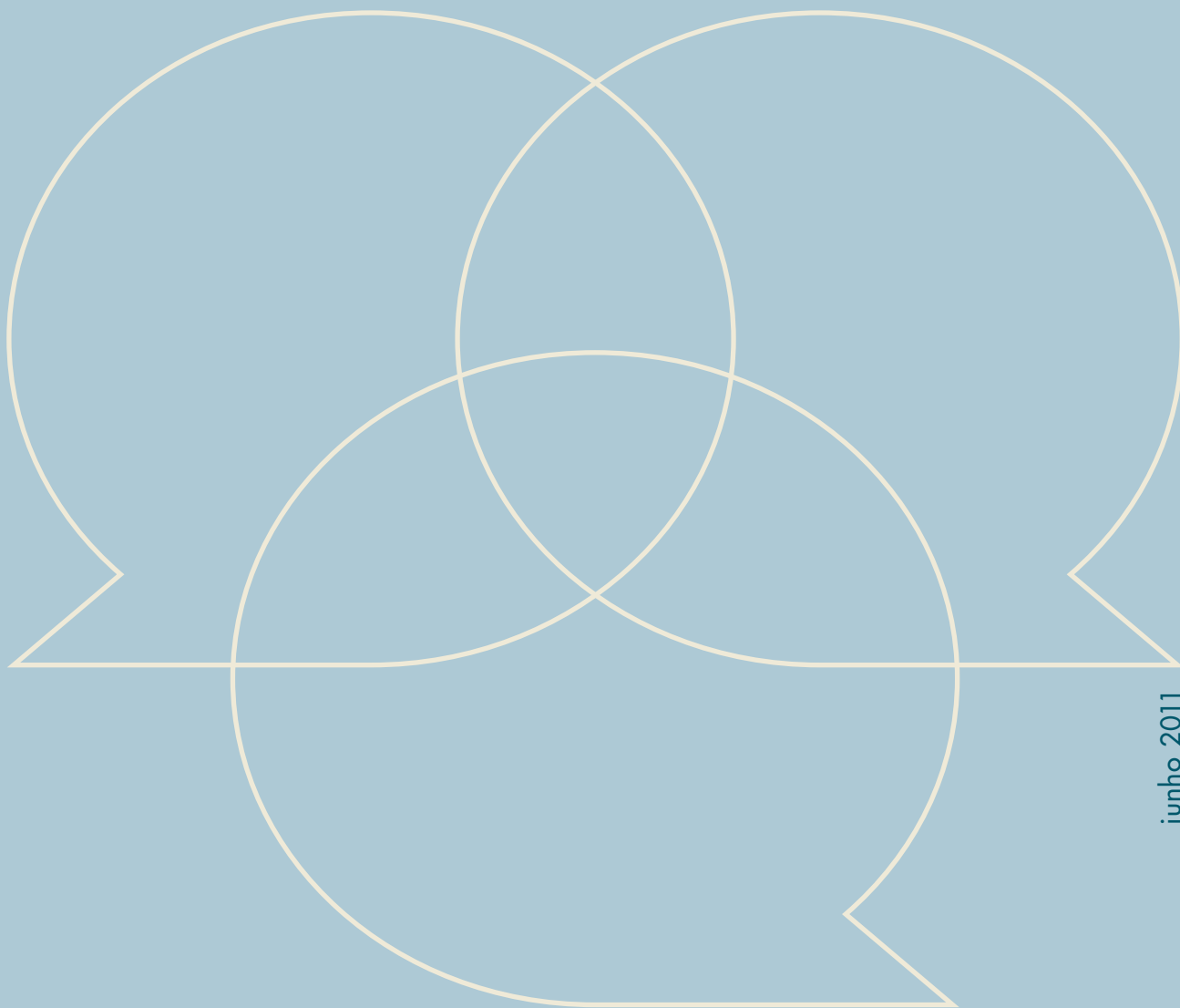
|                      |                                  |
|----------------------|----------------------------------|
| Coordenadora Técnica | Patricia Kranz                   |
| Consultor            | Ana Paula Costa de Paula e Silva |
| Consultor            | Thiago Ferreira de Albuquerque   |
| Consultor            | Mônica Engelbrecht Deluqui       |
| Consultor            | Roberto Rocco                    |
| Consultor            | Leandro Quintão                  |
| Técnica              | Maria Aparecida de Oliveira      |
| Produção de vídeo    | Wellington Gomes de Oliveira     |











junho 2011

[www.agenda21itaborai.com.br](http://www.agenda21itaborai.com.br)